



JEFFERSON PÉRES



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 - 2018

EVOCAÇÃO DE MANAUS

COMO EU A VI OU SONHEI



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda - v. 21



NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE LIVRO ELETRÔNICO

Os direitos sobre os textos contidos neste livro eletrônico são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis de direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Em caso de citação acadêmica deste E-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a), a Academia Amazonense de Letras e a Reggo Editorial.

Este projeto foi contemplado pelo "Programa Cultura Criativa, 2020 / Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana" do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal, Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Fundo Nacional de Cultura.



Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda – v. 21

EVOCAÇÃO DE MANAUS

COMO EU A VI OU SONHEI

JEFFERSON PÉRES



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
(1918-2018)



**DIRETORIA
BIÊNIO 2020/2021**

Presidente

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Secretário-Geral

EULER ESTEVES RIBEIRO

Secretário-Adjunto

ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Tesoureiro

ABRAHIM SENA BAZE

Tesoureiro-Adjunto

FRANCISCO GOMES DA SILVA

Diretora de Patrimônio

CARMEN NOVOA SILVA

Diretora de Promoções e Eventos

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Diretor de Edições

JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Conselho Fiscal

MARIA JOSÉ MAZÉ SANTIAGO MOURÃO

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

Conselho Fiscal – Suplentes

SERGIO VIEIRA CARDOSO

JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

CEP.: 69010-120 – Centro de Manaus

Manaus-Amazonas

Tel./Fax: (92) 3342-5381

Site: academiaamazonensedeletras.com

E-mail: academiadeletras.am@gmail.com

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	7
Da mesa do editor	9
Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei.....	11

© **Jefferson Péres**, 2021

Coordenação Editorial
José Braga

Comissão Editorial

Marcos Vilaça, Elson Farias, William Rodrigues, Bernardo Cabral, Lafayette Vieira,
José Braga, Carmen Novoa Silva, Dom Luiz Vieira, Márcio Souza, Almino Affonso,
Aristóteles Alencar, Sergio Cardoso, Artemis Soares.

Produção Editorial

Marcicley Reggo, Dayana Teófilo

Capa e Projeto Gráfico

Marcicley Reggo

Imagem da capa

Jardim da Praça da República. Álbum "O Estado do Amazonas", 1899.

Digitalização dos originais

Roumen Koynov

Ficha catalográfica

Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287-AM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P437e Péres, Jefferson, 1932-2008

Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei.
Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras,
2021.

Edição digital (formato .pdf)
Coleção Pensamento Amazônico.
Série João Leda – v. 21;

ISBN 978-65-86325-79-9

1. Manaus – História I. Título

CDD 918.113

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994,
de 14 de dezembro de 2004. Todos os direitos reservados (Lei 9.610/98).
Partes desta publicação poderão ser citadas, desde que referenciada a fonte.

2021

REGGO EDITORIAL

Rua Rio Javari, 361

N. Sra. das Graças – Sala 303

69053-110 – Manaus-AM

REGGO

Fone: (92) 98817-0172

@editorareggo

PALAVRA DO PRESIDENTE

Robério dos Santos Pereira Braga

Cronista, advogado, professor e político, o escritor e acadêmico José Jefferson Carpinteiro Péres deixou larga obra publicada na imprensa de Manaus, especialmente crônicas do cotidiano e abordagens precisas sobre os problemas sociais e políticos que, em longo tempo, abalaram a sociedade amazonense, sempre refletindo com lucidez sobre as questões que abordava.

Reconhecido professor do curso de Economia da Universidade Federal do Amazonas, desde há muito anos, no último quartel de sua existência decidiu experimentar a política eleitoral e partidária, segundo ele dizia e praticava, com o propósito de contribuir para a melhor qualificação dos quadros legislativos e a moralidade da vida pública.

Nesse caminho foi vereador de Manaus na legislatura encarregada de elaborar a Lei Orgânica da capital amazonense, da qual fui relator geral, e o fizemos conforme autorização da Constituição da República de 1988. Em seguida foi eleito senador da República em cujo mandato marcou presença destacada no cenário nacional, na tribuna da Câmara Alta e nas comissões técnicas, inclusive, como candidato a vice-presidência da República.

Cultor das artes e das letras, estivemos juntos no Conselho Estadual de Cultura muitos anos antes dessa experiência política, e fomos eleitos (Robério presidente e Jefferson vice) para a direção do colegiado, sem logarmos que a posse se efetivasse por manobra política de quem desejava a perpetuação do marasmo no setor. Ao mesmo tempo, apaixonado pela cidade de Manaus onde nasceu, Jefferson Péres procurou legar obra

de memória para a história da cidade, na qual assentou depoimentos ora rigorosos, ora encantadores, ora hilários, mas, sempre, com boa linguagem como era do seu costume e zelo.

É esta obra que fazemos reeditar, tempos depois do largo sucesso de seu lançamento inaugural, e dessa feita por meio digital para que possa ser incluída no portal da Academia Amazonense de Letras na Coleção do Pensamento Amazônico, Série João Leda, com a qual o sodalício amplia de forma larga e gratuita os estudos de muitos de seus membros titulares.

A passagem de Jefferson pela Academia foi límpida, porém breve, bem ao seu modo rigoroso de ser, viver e conviver, mas gentil e respeitoso. Na Casa havia estado há muito anos e com farta contribuição, o tio, Leopoldo Péres, orador incomum, de modo que a presença de Jefferson recompôs a tradição. Sua presença foi breve porque pouco tempos depois de eleito teve que se deslocar de Manaus para Brasília com o fim de exercer mandato federal, tal como sucedeu com Álvaro Maia e Waldemar Pedrosa, os dois últimos deslocados da presidência da Academia para o Senado Federal.

DA MESA DO EDITOR

Acadêmico José Braga

O livro constitui a principal e mais genuína vocação das academias de letras, uma espécie de missão sempre inconclusa e desafiadora.

Criação engenhosa do mundo novo virtual, o “livro sem papel” muito contribuirá para a difusão e democratização do conhecimento.

Acompanhando os novos tempos, a Academia Amazonense de Letras reuniu 40 obras de seu precioso acervo, que foram vigília e foram luz nesta Casa, legado intelectual de nossos antecessores, cujas edições se acham esgotadas, revitalizando-as e disponibilizando-as sem qualquer custo para a atual e futuras gerações de leitores.

Um resgate de parte do que, ao longo da centenária e luminosa trajetória deste silogeu consubstancia o que se pode chamar de Pensamento Amazônico, inspirado no ideal acadêmico.

Com o uso da nova tecnologia, amplia-se consideravelmente o acesso dos leitores à produção intelectual acadêmica, popularizando-se cada vez mais o livro e sua função libertadora.

Festejemos, pois, esta conquista!

Casa de Adriano Jorge, setembro, 2021.

Jefferson Péres

EVOCAÇÃO DE MANAUS
como eu a vi ou sonhei

*Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(É nem que fosse meu corpo!)*

Mário Quintana

A meu pai, Arnaldo (in memoriam)
Minha mãe, Maria do Carmo (Jandira)
(in memoriam).

Minha mulher, Marlídice, meus filhos,
Ronald, Roger e Rômulo.

SUMÁRIO

	PREFÁCIO	11
	INTRODUÇÃO	19
I	A QUIETA PROVÍNCIA	23
II	OS PADRÕES VITORIANOS	41
III	A GUERRA CHEGA ATÉ NÓS	57
IV	A ESCOLA NEM SEMPRE RISONHA E FRANCA	73
V	A CENA POLÍTICA: DRAMA E COMÉDIA	87
VI	AS ALEGRIAS ETERNAS	103
VII	O BRAVO GUERREIRO	119
VIII	A MELHOR DIVERSÃO	133
IX	O JOGO DO SEXO: PROFISSIONAIS E AMADORAS	147
X	AS LÚDICAS ANDANÇAS	157
XI	OS MONSTROS SAGRADOS	171
XII	SUAVE ERA A NOITE	183
XIII	TESOURA PRESS E ROTOPLANAS	193
XIV	BURROS DE CARGA E LOUCOS MANSOS	205
XV	RAIA A MADRUGADA E PROCLAMA-SE A REPÚBLICA	219
	EPÍLOGO	233

PREFÁCIO

As cidades se modificam. É necessário fixar-lhes os contornos físicos e espirituais no tempo. Esta, parece-me, a motivação subjacente em toda obra de história ou memória das cidades. A mesma que levara Jefferson Péres a escrever o belo livro que temos em mãos.

Poucas cidades brasileiras terão experimentado, nas últimas duas décadas, um processo de transformação tão rápido e tão notável como o de Manaus, a partir da implantação da Zona Franca, com a modificação de toda a estrutura em que outrora repousava a tranqüila e ordeira cidade. E é desta quieta província que Jefferson Péres nos fala, ressuscitando-a e trazendo-a de volta aos nossos olhos, ela mesma, com a sua atmosfera de então, seus tons, seus costumes, sua humanidade.

Cobrem estas páginas cerca de duas décadas, a partir de meados dos anos 40, quando Manaus, no dizer do cronista, "era um modesto aglomerado urbano, de pouco mais de 100 mil habitantes", e estendem-se por toda uma miríade de aspectos resgatados, com sensibilidade e segurança, ao esquecimento, e trazidos outra vez, palpítantes de vida, para a luz da história ou da memória desta cidade.

Que são páginas que se lêem com encantamento e tomam o leitor pela mão e não o largam mais, mesmo quando chegado ao fim do volume, é fato que

logo se constatará, mercê das virtudes do estilo – sóbrio, escoreito, elegante – da fidelidade aos eventos históricos e da mestria, enfim, com que o Autor compõe os amplos painéis do que fora a vida de Manaus, nos anos 40 e 50, com uma variedade de temas e uma riqueza de detalhes que tornam esta *Evocação de Manaus – Como eu a vi ou sonhei* um repositório precioso de um passado recente e que, não obstante, estivera, talvez, a ponto de perder-se.

Vale repetir que nos temas com que Jefferson Péres *monta os quadros reunidos neste livro*, para nos servirmos de uma sua expressão, palpita realmente toda a vida de Manaus daqueles idos, a um tempo tão próximos e tão distantes. O simples enunciar dos capítulos dá-nos idéia dos assuntos versados e das áreas cobertas pelas reminiscências. Vejamo-los, de relance.

Em “A quieta Província” reencontramos a “antiga” cidade, com sua área urbana delimitada pelos então distantes bairros da Cachoeirinha, Educandos, Vila Municipal e São Raimundo. E seus bondes (único transporte coletivo) que faziam as delícias de uma sociedade que sabia desfrutá-los. Vem, em seguida, “Os padrões vitorianos” com o estilo de vida adotado pela sociedade e a família de tipo patriarcal. Em “A guerra chega até nós”, temos de volta, nas cenas captadas pelos olhos adolescentes do escritor, as reações suscitadas pela declaração do estado de beligerância entre o Brasil e as potências do eixo nazi-fascista, com o quebra-quebra dos consulados e residências dos representantes consulares da Alemanha e Itália, e as consequências diretas que se abateram sobre Manaus, em decorrência do afundamento de numerosos navios car-

gueiros, ao longo da costa brasileira: racionamento de gêneros de primeira necessidade e outros, como trigo, açúcar, cigarros, etc.

Devolve-nos o Autor, em seguida, à atmosfera escolar, com suas figuras marcantes e os ensinamentos público e privado disputando a primazia pela qualidade. E, logo, à cena política, com seus dramas e comédias. E às “alegrias eternas”: as belas mulheres que marcaram época e iluminaram com labaredas inextinguíveis o sonho e o coração dos jovens de seu tempo.

E vêm outros temas. Como “O bravo guerreiro”, focalizando comportamentos e figuras típicas de uma época em que a bravura física não passava despercebida aos olhos da juventude, mas se revestia, não raro, de prestigiosas lendas; “A melhor diversão”, capítulo primoroso sobre o cinema e sua enorme importância na vida da cidade, numa época em que não havia televisão; “O jogo do sexo: profissionais e amadoras”, título auto-explicativo e que encerra todo um interessantíssimo ensaio sociológico; e “As lúdicas andanças”, onde se repassam todos os esportes então praticados em Manaus.

Num dos quadros finais, Jefferson Péres retrata o perfil dos “monstros sagrados”: os intelectuais que dominaram toda uma época e eram “cultuados como monumentos vivos, saudados nas ruas com reverência e apontados como celebridades”: Péricles Moraes, Adriano Jorge, Waldemar Pedrosa, Huáscar de Figueiredo, Leopoldo Péres, Álvaro Maia, Américo Antony, Ramayana de Chevalier. De cada um deles Jefferson nos mostra as características essenciais, os traços que lhes vinculavam a personalidade e, de

repente, os vemos de novo, redivivos, inseridos em sua circunstância.

Nos capítulos que se seguem e fecham o volume (“Suave era a noite”, “Tesoura press e roto-planas”, “Burros de carga e loucos mansos”, “Raia a madrugada e proclama-se a República”), o escritor nos traz de volta, sucessivamente, em suas cores e sons fundamentais, a vida noturna de Manaus, os tempos heróicos do jornalismo, o mundo do trabalho e os tipos populares, e, por último, os novos tempos assinalados para a literatura e as artes em Manaus, ao longo das últimas três décadas, pela atuação do Clube da Madrugada, e a vida que fervilhava na *República Livre do Pina*, nos anos 50 e 60, “microcosmo onde se reunia o que havia de mais representativo na cidade, para discutir livremente a respeito de tudo”.

Em suma, são quinze “quadros” em que Jefferson Péres restaura a memória da cidade e a eterniza em seu instante no tempo. Não importa que hoje já não seja a mesma. Importa, sim, que possamos tê-la outra vez ao alcance dos olhos, intacta, ao sol da memória, a mostrar-nos o que e como fomos, em nossos hábitos e costumes, estudos e lazeres, desejos e aflições; em nossos sonhos e realidades, em nossa humanidade; enfim. A tanto, basta abrir este livro e deixar que a narrativa nos leve em seu curso, sob o timão seguro de um escritor que se incorpora para sempre entre os melhores cronistas da cidade de Manaus.

Alencar e Silva

EVOCÇÃO DE MANAUS

como eu a vi ou sonhei



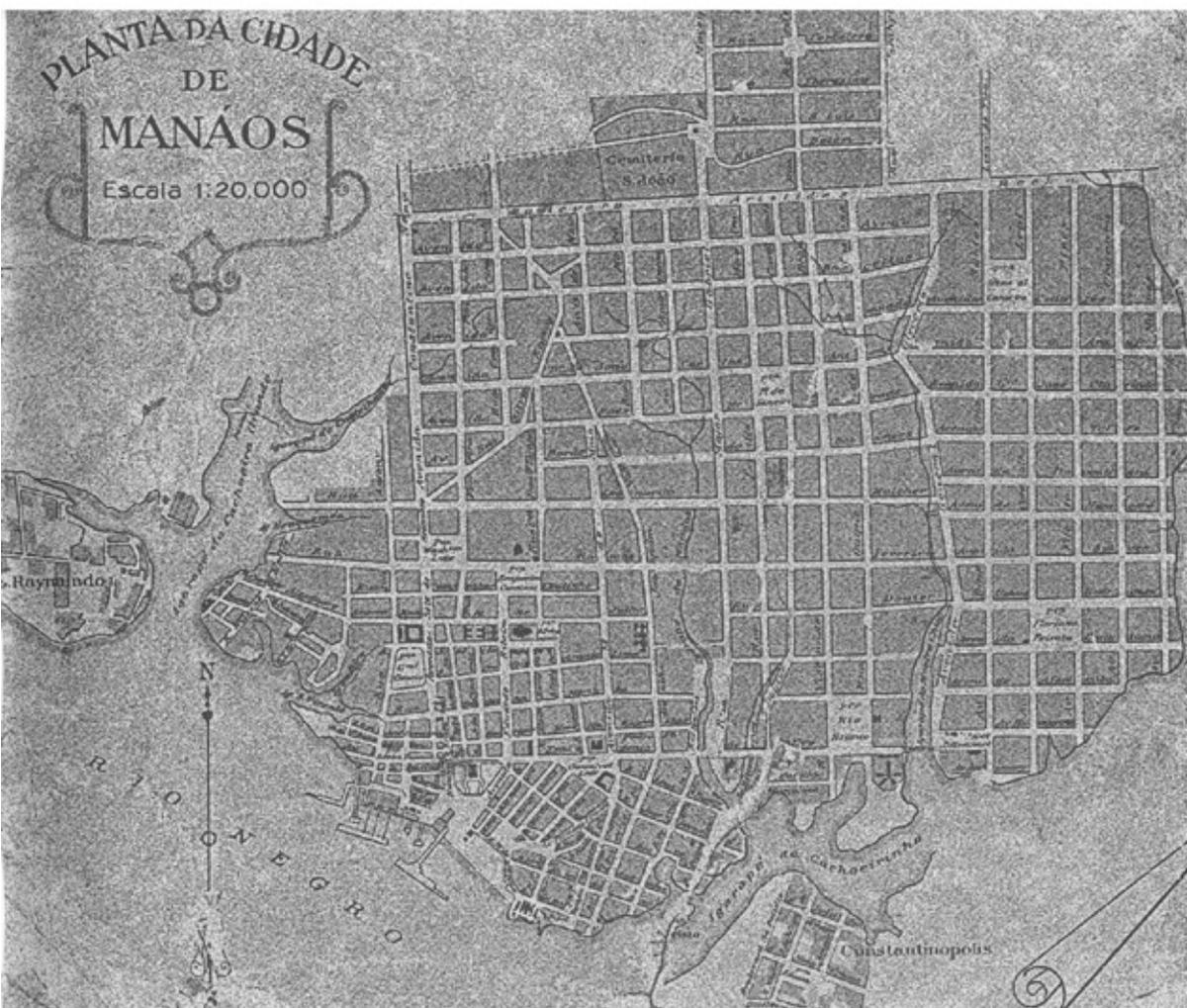
INTRODUÇÃO



THIAGO DE MELLO

Um dos mais destacados poetas do Amazonas, Thiago de Mello nasceu em Barreirinha, de onde saiu ainda criança para estudar em Manaus. Conquistou o reconhecimento da crítica com a publicação de Silêncio e Palavra, publicado em 1951. É autor de Faz escuro, mas eu canto, De uma vez por todas, Amazônia pátria das águas, entre outros.

A leitura de *Manaus – Amor e Memória*, do poeta Thiago de Mello, encorajou-me a bosquejar estas reminiscências da minha juventude, com o propósito de enriquecer – um pouco que seja – a crônica da cidade em que nasci e sempre vivi. Não há qualquer propósito de emular com Thiago que, com talento e sensibilidade, escreveu seguramente uma obra inultrapassável. Foi tomado de grande emoção que revivi, através da narração mágica do poeta, a Manaus dos anos 40 e 50, e comecei a juntar fragmentos que pareciam perdidos, a fim de montar os quadros reunidos neste livro. Não tive a preocupação de ordená-los em seqüência cronológica, nem tampouco de situá-los precisamente no tempo, pois o objetivo não é fazer História, mas apenas dar minha contribuição ao esforço de restauração da memória da cidade. Na construção desse edifício, cada um deve ajudar com o que tem e sabe. Thiago, poeta maior, construiu uma parede inteira do mais fino artesanato, trabalhada com mão de mestre. Eu, mero aprendiz, adiciono apenas meia dúzia de toscos e mal-acabados tijolos.



Mapa da cidade de Manaus na década de 20 ou 30, com o perímetro urbano limitado pelos bairros de São Raimundo (oeste), Vila Municipal – atual Adrianópolis (norte), Cachoeirinha e Constantinópolis – atual Educandos (leste) e o rio Negro ao sul.

Atentar para a nomenclatura à época de algumas ruas e avenidas, tais como a Ephigênio de Salles (atual 7 de Setem-

bro), a 13 de Maio (hoje Getúlio Vargas) e o trecho da atual Av. Joaquim Nabuco, entre a 7 de Setembro e a orla do rio Negro, então chamado de Av. Silvério Nery.

Note-se ainda algumas praças hoje desaparecidas, tais como a Rio Branco, no centro (onde se construiu a Escola Técnica Federal do Amazonas, atual CEFET) e a Floriano Peixoto, na Cachoeirinha, hoje ocupada pelo Hospital Militar.



Vista da Praça da Matriz, tendo o bonde em primeiro plano e o Teatro Amazonas ao fundo.



A QUIETA PROVÍNCIA

Em nenhum outro lugar se passa tão serena e facilmente da realidade ao sonho.

Nikos Kazantzakis

Em meados dos anos 40, do século passado, Manaus era um modesto aglomerado urbano, de pouco mais de 100 mil habitantes, com todas as características de uma típica capital de província. A vida fluía sem pressa e sem sobressaltos, num ritmo ditado pelas condições físicas, econômicas e culturais de uma comunidade pequena, com três décadas de estagnação e obediente a valores tradicionais.

As dimensões da cidade não eram pequenas apenas em termos demográficos, mas também espaciais, alcançando a leste os bairros de Educandos e Cachoeirinha, ao norte a Vila Municipal (hoje Adrianópolis), e a oeste São Raimundo. Mas esses eram subúrbios relativamente distantes. A rigor, a área urbana compreendia o espaço delimitado por esses bairros, nervo e coração da cidade, onde se concentravam o comércio, as repartições públicas, os centros culturais e mundanos, e onde residia maciçamente a classe média. Quando se fala da classe média, compreendendo todos os seus segmentos, fala-se da classe que, pela sua presença em todos os setores de atividade, imprimia à cidade sua marca característica. Manaus era uma cidade de pequenos-burgueses. Praticamente inexistia uma alta burguesia dominante,

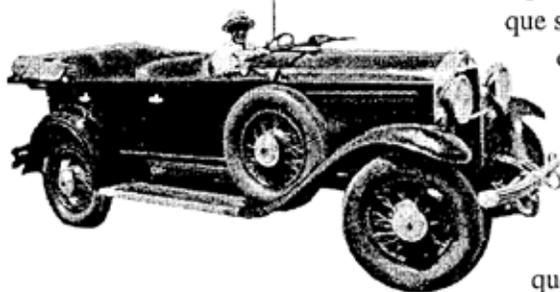
uma vez que ainda não havia surgido um empresariado industrial, e os grandes proprietários rurais, empobrecidos e decadentes, não tinham maior expressão social, apenas exercendo relativa influência política graças ao controle de uns poucos currais eleitorais no interior. O que se poderia chamar de burguesia era constituída por algumas dezenas de comerciantes, agrupados na Associação Comercial, que estavam longe de constituir uma plutocracia opulenta e não se distinguiam da classe média nem sequer pelo estilo de vida que adotavam. Quanto ao proletariado, era um conjunto amorfo, disperso em pequenas fábricas e oficinas ou subempregados em mil e uma atividades, sem consciência de classe e sem organização sindical, desprovido das mínimas condições para se fazer ouvir como grupo reivindicante.

Toda a vida política, administrativa, mundana, intelectual e boêmia era tocada por integrantes dos vários estratos da classe média, constituída basicamente por funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes. Eles eram governadores, secretários de Estado, senadores e deputados; dirigiam os órgãos de imprensa, as entidades literárias e os clubes importantes; enfim, ocupavam todos os postos de expressão social na comunidade.

Cabe o lugar-comum de que a comunidade era uma grande família. Todos se conheciam. Mesmo que as pessoas não pertencessem ao mesmo círculo de relações, sabiam quem era fulano ou beltrano. Quando não sabiam, conheciam-se de vista, de tanto se cruzarem nas ruas. Caminhar da porta de casa até o local de destino, por curta que fosse a distância, podia levar um bom par de horas, tantas as paradas que se faziam para os abraços dos amigos, os papos nas rodas que se formavam e os inevitáveis convites para o cafezinho.

As famílias se visitavam freqüentemente. As mulheres, à tarde, sozinhas ou em companhia dos filhos, sem prévio aviso, e os casais à noite, as visitas marcadas com antecipação, para dar

Modelo de carro utilizado em Manaus – um artigo de luxo em meados dos anos 40.



tempo de preparar os refrescos, licores e doces caseiros com que se obsequiavam os visitantes. Frequentes também eram os convites para almoçar aos domingos, quando se melhorava o cardápio e servia-se um minibanquete variado e farto. Se não vinham os pais, vinham os filhos, passar o dia, principalmente em casa de tios e padrinhos. Entre vizinhos, então, a amizade se tornava íntima, franca, sem cerimônia. Para estes a casa era aberta e podiam entrar sem pedir licença. Não havia nenhuma inibição em mandar buscar, na hora do almoço, café, sal ou açúcar que estivesse faltando. Como é natural, esse convívio se acentuava e se traduzia em forte manifestação de solidariedade nos momentos de festa ou de dor. Em véspera de aniversário ou preparando pratos e ajeitando a noiva. As doenças eram acompanhadas com visitas diárias, e em caso de morte estabelecia-se uma presença constante, através de revezamento, que começava na hora da agonia e terminava na beira da sepultura. Nas noites mais quentes, à falta de televisão e ar-refrigerado, a confraternização se fazia nas calçadas, onde as cadeiras eram postas em círculos, para um papo animado, que se prolongava até muito tarde. Em torno, as meninas brincavam de roda, e os meninos de manja, em correrias sem risco, nas ruas tão tranqüilas que a presença de um carro despertava sempre curiosidade.

Mesmo durante o dia o trânsito era diminuto, pois o automóvel ainda era artigo de luxo, acessível a muito poucos. A frota, que se contava por algumas dezenas, incluindo os chapas brancas e de aluguel, era constituída principalmente de modelos americanos, Fords, Chevrolets, Buicks, Packards, Cadilacs e Studebakers, grandes e caros. Só no final dos anos 40 começaram a ser importados os pequenos Austins e Standards ingleses, ao al-

cance de parte da classe média. Os carros de praça ainda não usavam taxímetro; o preço das corridas era acertado previamente. Também não existiam motoristas autônomos. Todos se vinculavam a firmas que exploravam o ramo e eram chamadas de *garagens*. As duas mais importantes, a Avenida e a Esportiva, ficavam na Eduardo Ribeiro, ao lado da Leitaria Amazonas, hoje desaparecida. Em frente aos escritórios, sentados em cadeiras na calçada, os motoristas aguardavam a clientela. Os carros estacionavam em diagonal, no meio da pista. Alguns desses motoristas, então chamados de choferes, eram conhecidos em toda a cidade e tinham a preferência de muitas famílias, às quais se ligavam afetivamente. Meus pais, por exemplo, só contratavam os serviços do João Avelino e do são Antonico, homens de meia-idade, sérios, educados, a quem davam um tratamento cordial.

Mas esses profissionais só eram requisitados excepcionalmente, para enterros, batizados, casamentos e piqueniques. No cotidiano andava-se a pé ou de bonde. Este, único coletivo existente, era utilizado por todas as classes sociais e cobria o centro e todos os bairros, à exceção de Educandos e S. Raimundo. Uma das linhas, a de Flores, ultrapassava os limites da cidade. Seu terminal se localizava nas imediações da bifurcação da Recife com a Constantino Nery, à época, muito além do perímetro urbano.

Como já foi lembrado por tantos cronistas, o bonde servia para o trabalho e para o lazer. Nos dias úteis, à noite, e aos domingos, o dia inteiro, as famílias saíam para passear nas linhas preferidas, a Saudade, até a praça do mesmo nome, e a Circular, que obedecia ao percurso: 7 de Setembro, Carvalho Leal, Belém, Boulevard Amazonas, Silva Ramos, Ferreira Pena, 10 de Julho, Eduardo Ribeiro e praça Oswaldo Cruz, onde ficava a estação central. Nesta, os passageiros aguardavam os bondes em dois abrigos situados no canteiro em que se erguia

Bonde da Companhia
Manaos Tramways.



Praça Oswaldo Cruz, tendo ao centro o Monumento ao Barão de Sant'Anna Nery, demolido nos anos 70, restando apenas o busto hoje instalado na Praça da Matriz. Ao fundo, os bonde e o prédio da Manaus Tramways.



um pedestal com o busto de Sant'Anna Nery. Um desses abrigos ficava na calçada fronteira ao edifício da *Manaos Tramways*, empresa inglesa concessionária de energia elétrica, e o outro, que o povo chamava de Tabuleiro da Baiana, no lado oposto do canteiro. Nesses abrigos funcionavam pequenos bares e cafés. Na esquina da rua Tamandaré ficava *A Mimososa*, um botequim que sucedera a antiga Bolsa Universal. Um pouco adiante, no canteiro em frente ao Banco do Brasil, sombreado por imensas mangueiras, o velho Pavilhão Universal, mais tarde transportado para o lugar onde se encontra atualmente, na praça Tenreiro Aranha. Esse ajuntamento de bares e cafés, aliado à condição de terminal do sistema viário, transformou a Oswaldo Cruz num dos principais pontos de encontro da cidade, com movimento que entrava pela madrugada.

Dali partiam todos os bondes. Sem portas nem janelas, inteiramente abertos de ambos os lados, com sanefas de lona corrediças, baixadas apenas como proteção contra o sol e a chuva, eram carros ecológicos, claros, ventilados, próprios para o

MANAOS TRAMWAYS

Companhia inglesa, concessionária dos serviços de energia elétrica e de transporte coletivo em Manaus.

nosso clima, além da vantagem óbvia de não causarem poluição. Servidos por um motoneiro, um cobrador e um fiscal, devidamente uniformizados, deslocando-se com rapidez num trânsito que não conhecia congestionamento, esses veículos ofereciam desconforto somente quando superlotados, nas horas de *rush*. Mas quando semivazios, a viagem era realmente um prazer. Eu quase sempre viajava de pé, no estribo, seguro no balaústre lateral, hábito adquirido em criança, que tinha entre suas brincadeiras prediletas a de *morcegar*, tapeando o cobrador ou fugindo à sua implacável perseguição. O bonde foi, assim, um veículo que conseguiu obter a adesão unânime da população, sem distinção de classe, sexo ou idade. Pobres, remediados e ricos; homens e mulheres; velhos, adultos, jovens e crianças, todos o utilizavam. E acredito que não apenas por falta de opção, porque mesmo os poucos privilegiados que possuíam carro particular, vez por outra deixavam seus automóveis na garagem para dar uma volta no Circular ou no Saudade.

Ombus Zepelin em frente ao
Atlético Rio Negro Clube.

No final dos 40, os serviços da *Manaos Tramways* passaram a se deteriorar. Com a encampação da velha conces-



ZEPELIN

Ônibus com carroceria em forma de dirigível, construída por artesãos de Manaus, integrante da primeira frota de coletivos introduzida em substituição aos bondes.

sionária inglesa, essa deterioração se acelerou e os bondes começaram a ser desativados. Foi quando surgiram os primeiros ônibus na cidade. Eram carros improvisados, toscos, com carrocerias de madeira, construídas aqui mesmo, e eram tão raros que chegavam a ser individualizados por nomes próprios, como Pirata da Perna-de-Pau e Periquito da Madame, marchinhas carnavalescas em voga. Depois, surgiu um de melhor acabamento, o Zepelin, em forma de dirigível, que fez enorme sucesso pela sua aparência exótica.

Extinto o serviço de bondes, ainda houve uma tentativa de restauração, no governo Plínio Coelho, em 1955, quando o governador, cumprindo promessa eleitoral, restabeleceu uma linha e guiou ele mesmo o elétrico. Mas foi inútil. Meses depois era retirado de circulação, encerrando definitivamente a era dos bondes em Manaus. É fácil entender as circunstâncias que levaram a esse desfecho; mas difícil é aceitar que não se tenha feito nenhum esforço para conservar pelo menos uma linha, por curta que fosse

(digamos a da Fábrica de Cerveja), a fim de preservar algo inseparável da memória da cidade. Longe disso, os veículos foram sucateados e os trilhos sepultados em camadas de asfalto. As novas gerações, para conhecê-los, terão de se deslocar para o Rio de Janeiro ou São Francisco da Califórnia. Porque aqui, só em fotografia ou na lembrança dos mais velhos.



Trilho do bonde.

* * *

Embora a zona urbana chegasse à Vila Municipal e a linha de bonde se estendesse até Flores, a área efetivamente urbanizada, com pavimentação e meio-fio, era diminuta. Apenas as avenidas e ruas principais, como Eduardo Ribeiro, 7 de Setembro,

Marechal Deodoro e poucas mais tinham calçamento de paralelepípedos. A grande maioria era calçada de pedra *jacaré*, e muitas outras, mesmo no centro, não possuíam calçamento algum. Até uma importante, como a Getúlio Vargas, só era calçada no pequeno trecho entre a 7 de Setembro e a Lauro Cavalcante. Daí para cima era terra batida e matagal, com algumas casas isoladas. Apenas do lado esquerdo, entre a Henrique Martins e a Saldanha Marinho, uma fileira de casas, muitas das quais ainda lá se encontram. Do lado direito, estâncias e terrenos baldios. Um pouco adiante, na esquina da atual Huáscar de Figueiredo, um enorme covão, também utilizado como depósito de lixo.

Igualmente intransitáveis, muitas das ruas transversais. A Ramos Ferreira, interrompida logo após a Joaquim Nabuco pelo famoso Buraco do Pinto; a Leonardo Malcher, no cruzamento da Tapajós, por outro imenso buraco, que muitos pedestres não ousavam desafiar; e até mesmo a Floriano Peixoto, que não passava de um vasto campo de pelada.

A maioria das ruas tinha em comum a arborização, constituída de *ficus benjamins*, oitizeiros e mangueiras, estas últimas, em alguns trechos, formando túneis ensombrados e acolhedores. Assim era na 7 de Setembro, entre Eduardo Ribeiro e Marechal Deodoro, na Saldanha Marinho, entre Eduardo Ribeiro e Getúlio Vargas, e na 10 de Julho, entre Epaminondas e Eduardo Ribeiro, assim como na Constantino Nery, em toda a sua extensão. Oitis e benjamins havia em quase todas. Instalação, Lobo d'Almada, Joaquim Sarmiento, Dr. Moreira, Floriano Peixoto e Joaquim Nabuco eram ruas pontilhadas de benjamins que, na Eduardo Ribeiro, formavam dosséis verdes e davam ao pedestre o privilégio de percorrê-la da 7 de Setembro até a praça do Congresso, à sombra, mesmo com sol a pino.

As praças eram igualmente arborizadas e divididas em canteiros de grama bem cuidada, nas quais a prefeitura afixava tabu-

letas com o apelo ingênuo: *Povo: zelai por este Jardim, pois é vosso*. Menos, talvez, pela eficácia do apelo do que pela presença dos jardineiros e guardas municipais, o certo é que essas praças, impecavelmente limpas e verdes, eram refúgios onde gente de todas as idades espreitava nos mornos e tranqüilos fins de tarde. Mas de todas, nenhuma tinha o charme da minha querida praça da Saudade, circundada por extensos caramanchões cobertos de buganvílias vermelhas – que o povo chamava de *riso do prado* – sob os quais se abraçavam casais de namorados em cenas de cartão-postal. A destruição dessas pérgulas foi um dos muitos crimes que se cometeram contra a nossa paisagem urbana.



Praça da Saudade, com as pérgulas cobertas de buganvílias, à direita.

Além de arborizadas e calmas, as ruas eram, também, seguras, fosse pelo baixo índice de criminalidade, fosse pelo policiamento eficiente. Os chamados crimes contra a propriedade eram praticados geralmente sem violência contra as pessoas. E quando isso acontecia, de tão raro, causava abalo na população e

rendia manchetes nos jornais durante semanas. Não é verdade que todos dormissem de janelas abertas, porque sempre havia o risco da ação dos ventanistas, assim chamados os assaltantes oportunistas que rondavam à procura de janelas escancaradas por onde penetrassem nas residências. Contava Manuel Barbuda, meu professor de Direito Penal e um dos bons criminalistas da cidade, que um dos seus clientes, ladrão incorrigível, conhecido no submundo pelo apelido de *Capitão Blood*, preparava auxiliares, aos quais ministrava aulas de ventanismo. Ao fim do treinamento, submetia os pupilos a um teste, que consistia em penetrar numa casa, previamente estudada, para retirar, sem despertar a vítima, a carteira porta-cédulas guardada sob o travesseiro. Cumprida a missão com êxito, o aluno estava aprovado. Caso contrário, se ainda quisesse ter chance com o chefe, teria de empreender a fuga sem praticar violência, porque isto era contra os princípios do *Capitão Blood*. Claro que nem todos os marginais chegavam a esse requinte, mas é certo que a grande maioria evitava molestar fisicamente as suas vítimas.

Mas a ação dos ladrões era também muito dificultada pela presença da polícia. Durante o dia tínhamos os guardas-civis, fardados de amarelo e armados de cassetetes, espalhados às dúzias pela cidade, que se ocupavam de moleques e desordeiros, porque ladrões mesmo, à luz do sol, nem por exceção. À noite, apareciam os guardas-noturnos, de farda cinza, que circulavam em torno dos quarteirões e se controlavam uns aos outros trilando espaçadamente seus apitos. Nessas tarefas eram apoiados pela cavalaria da Polícia Militar que, em duplas, cobria boa parte da cidade, até determinada hora. Mas os guardas-noturnos permaneciam em seus postos até o amanhecer. Recordo, ainda hoje, o alívio que sentia quando, no regresso à casa, tarde da noite, sozinho na rua completamente deserta, avistava a figura de um guarda plantado na esquina. E creio que todos se recordarão, igualmente, da tranqüi-



Os gradis de ferro adornavam a fachada de vários prédios em Manaus. Um dos mais belos é este exemplar pertencente ao Cabaré Chinelo, antigo Hotel Cassina. Abaixo, exemplo de janela em forma ogival do casario antigo de Manaus.



lidade que sentíamos quando o silêncio da madrugada era quebrado pelo som do apito, seguido de outro mais longe e de um terceiro mais longe ainda. Tinha o efeito de um acalanto.

Nos subúrbios não havia ruas calçadas, mesmo por exceção. Até as principais, como Boulevard Amazonas, Carvalho Leal e avenida Constantinópolis (hoje Leopoldo Péres), lembravam cidades do interior, com suas pistas esburacadas, margens tomadas pelo capim, ao longo das quais se alinhavam casas de madeira, e umas poucas de alvenaria, cobertas de telha ou de zinco.

No centro, com exceção da massa imponente do Teatro Amazonas, nenhum edifício se destacava na paisagem, dominada pelo casario baixo que raramente ultrapassava dois pavimentos. Ainda não tínhamos ingressado na era do apartamento e a classe média habitava as casas de estilo tradicional, erguidas em sua maioria no início do século e das quais ainda restam muitas, embora estejam desaparecendo com grande rapidez.

Quase todas obedeciam basicamente ao mesmo padrão. Erguidas ao alinhamento das calçadas, paredes a meio, fachada com duas janelas e uma porta, dividiam-se internamente em sala de visitas, alcova e sala de jantar, nessa ordem, com um corredor lateral ligando a sala de jantar à porta da rua. Atrás, uma puxada, com extenso corredor enjanelado, ao longo do qual se situavam os quartos, a cozinha, a copa e o banheiro, com uma porta nos fundos se abrindo para o quintal. Nunca entendi por que se colocava o quarto principal, ou seja, a alcova, entre duas salas e muito distante do banheiro, obrigando seus ocupantes, principalmente quando doentes, ao uso anti-higiênico e inestético de urinóis e escarradeiras. Igualmente difícil de entender a localização da cozinha, longe da sala de jantar. É verdade que as refeições diárias se faziam na copa; mas, quando se recebiam convidados – o que ocorria com muita frequência – para almoço ou jantar, este era servido na sala, exigindo dos empregados longas caminhadas



Acima, detalhe dos azulejos que adornam a residência construída pelo ex-prefeito de Manaus, Jorge de Moraes e onde o autor morou.

Abaixo, residência da família Miranda Corrêa, já demolida.



entre os dois cômodos. Outra característica para a qual também não encontro explicação, é a falta de jardim como traço comum, mesmo naquelas que possuíam amplo terreno de fundo, permitindo um bom recuo na frente, sem prejuízo do quintal. Somente as casas maiores, chamadas palacetes, possuíam jardins e, embora apresentassem a mesma divisão, distinguiam-se, ainda, por uma entrada aberta, com escadaria e balaústre, além de porão habitável e sótão, às vezes um cômodo encarapitado sobre a sala de jantar.

Fugindo a esse padrão, tínhamos, ainda, as casas de estilo indefinível, mas de nítida influência francesa ou italiana, ornamentadas com grades de ferro batido e fachadas trabalhadas por mestres-pedreiros, com primoroso acabamento. Uma das mais belas era a da família Miranda Corrêa, lembrando um castelo normando, e que se erguia imponente nos altos da Eduardo Ribeiro, esquina da praça do Congresso; foi demolida para dar lugar ao espigão que lá se encontra. Outra também muito bonita, em que morei no início dos anos cinqüenta, construída pelo ex-prefeito Jorge de Moraes, na rua Rui Barbosa, quase esquina com a Saldanha Marinho. Ainda existe, mas foi transformada em escritório e irreconhecível, após uma reforma que a descaracterizou inteiramente.

Felizmente, o atual proprietário conservou os belíssimos azulejos que revestiam as paredes da sala de jantar.

Felizmente, a fúria demolitória ainda poupou alguns destes exemplares, como o castelinho *art nouveau* da rua São Luís, em Adrianópolis, construído por Adolfo Lisboa, que bem poderia ser um dos cartões-postais da cidade; ou o sobrado da esquina da 24 de Maio com a Barroso, com seu exótico telha-

*Castelinho construído
por Adolfo Lisboa.*



do de ardósia, onde funcionava o consulado português e que hoje abriga uma agência turística; ou, ainda, o esplêndido edifício da extinta firma J. S. Amorim, comercial no térreo e residencial nos altos, hoje agência de banco, em azulejos portugueses cuidadosamente conservados.

Além desses, resta um punhado de outros, ainda não tombados graças à nossa proverbial incúria. E aqui repito o que já disse em outras ocasiões. Parece-me irrelevante discutir se essas construções constituem um subproduto do colonialismo, geradas por uma sociedade economicamente dependente e culturalmente alienada. Importa que têm um valor em si, do ponto de vista estético e como testemunhos de uma época. Como tais, devem ser preservadas.

* * *

ROADWAY

*Cais do porto, explorado pela
concessionária inglesa Manaus
Harbor.*

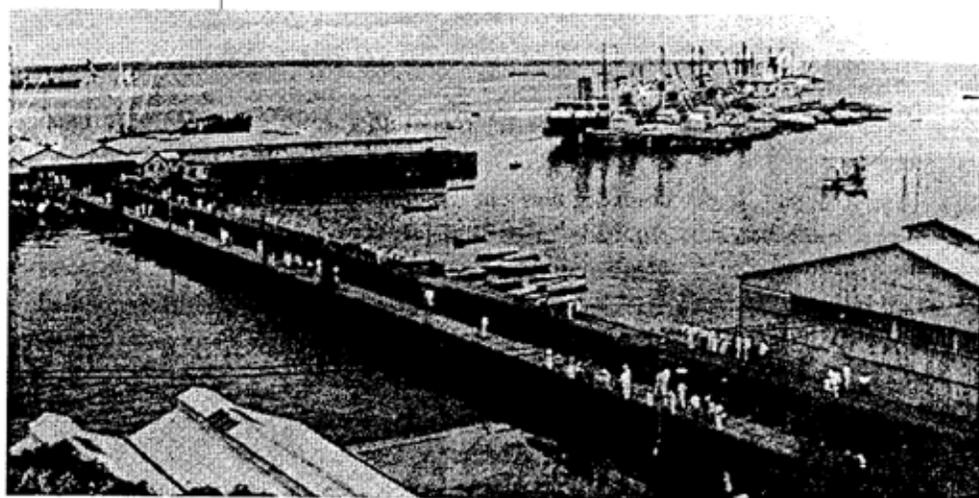
Ponto dos mais importantes da cidade era o cais do porto, o velho "roadway", como todos lhe chamávamos. Exibíamos com orgulho aos visitantes aquela notável obra de engenharia realizada pelos ingleses no início do século, pois era único no gênero em nosso país. Assentado sobre dezenas de bóias de ferro, que acompanhavam o fluxo das águas, permitia à cidade receber navios de grande calado durante todo o ano. Ainda continua assim, mas sofreu consideráveis modificações em sua forma original. Naquele tempo era constituído, como hoje, de duas molhes, mas somente a da esquerda era ligada à terra. A outra, chamada de "torre", ficava ilhada ao largo, sendo a carga trans-

VIAGEM MANAUS-RIO

O tráfego de cargas e passageiros entre Manaus e os portos do litoral era feito por navios do Lloyd Brasileiro, empresa estatal de navegação.

Porto Flutuante de Manaus, o "Roadway".

portada por um teleférico com vários guindastes, conhecidos popularmente por "macacos", porque de longe apresentavam um curioso perfil simiesco. Lá atracavam os navios estrangeiros da Booth Line e da Lamport, como o "Hillary", aos quais só tínhamos acesso através de catraias e com autorização especial da Manaus Harbour, concessionária do porto. Era a única porta da cidade, então insulada do resto do país por via terrestre e, até 1945, desprovida de aeroporto. Pelo "roadway" embarcava e desembarcava todo o fluxo de cargas e passageiros transportados por navios e hidroaviões. Era lá, portanto, que apresentávamos boas-vindas e despedidas a parentes e amigos, em momentos de intensa emoção. A rapidez atual do transporte aéreo transformou as viagens em acontecimentos corriqueiros, banais. Naquele tempo eram ocorrências pouco freqüentes, que exigiam meses de preparação, porque implicavam sempre numa longa ausência. Os navios do Lloyd que faziam a linha Manaus-Rio de Janeiro eram conhecidos da população e seus nomes soavam familiares a todos nós: Baependi, Almirante Alexandrino, Almirante Jaceguay e



tantos outros, que se ligavam às pessoas, associados a viagens inesquecíveis. Nos dias de partida, uma pequena multidão invadia o barco e era aquela efusão de choros e abraços quando o grumete passava a badalar uma sineta dourada anunciando a hora de partir. Pesarosos, desciam todos para o cais e de lá ficavam aceitando até o navio desaparecer. Quando entre os viajantes se incluía uma alta autoridade civil ou militar, comparecia a banda da polícia ou do exército. Então, entre marchas, dobrados e apitos do navio, o cais virava uma verdadeira festa.

A movimentação não ocorria apenas nesses dias. Com ou sem navio, aos domingos, o “roadway” virava local de “footing” das famílias que, a partir das 17 horas, se encaminhavam para lá, onde permaneciam até o anoitecer. Eram centenas de pessoas, principalmente da classe média, jovens e adultos, a desfilar tranquilamente admirando o movimento das embarcações e a evolução dos botos na superfície das águas. De vez em quando, éramos brindados com um pôr-de-sol apoteótico e ficávamos todos deliciados na contemplação muda do espetáculo.

Esses passeios domingueiros tinham o sentido de uma busca nostálgica da visão perdida do rio. Paradoxalmente, numa região onde “o rio comanda a vida”, como disse Leandro Tocantins, Manaus, voltou-lhe as costas. No centro da cidade, em vez de uma avenida litorânea, temos uma barreira descontínua de edificações que só nos permite divisar o rio a breves espaços e a distância. A construção do porto e do mercado, assim como as casas da rua dos Barés emparedaram a área central, impedindo a abertura de uma avenida, que nos daria uma bela visão panorâmica do rio Negro. Quem sabe, a nossa frustração não explicaria essas visitas dominicais como uma espécie de comunhão ritualística com as águas.

* * *

Se a classe média residia, quase toda, no centro, não o fazia, porém, com exclusividade. Uma parte da população pobre também habitava dentro do perímetro central, alojada em cortiços, chamados popularmente de *estâncias*. Nesta acepção, aliás, um regionalismo, porque fora daqui nunca o vi empregado nesse sentido. Eram encontradas às dezenas em toda a cidade, dentro de amplos terrenos, com as casas de madeira, de dois ou três cômodos, contíguas, às vezes formando ruas internas. Ocupadas por famílias de seis ou mais pessoas vivendo em promiscuidade, com banheiros coletivos e separadas por tabiques que não permitiam a menor privacidade. Alugadas por proprietários, geralmente portugueses ou espanhóis, não faziam quaisquer melhoramentos nas casas, davam a seus ocupantes, no entanto, a vantagem de não depender de transporte para trabalhar. Os homens eram operários de oficinas, serventes ou contínuos de repartições públicas, balconistas de lojas ou, ainda, vendedores ambulantes. As mulheres, quase sempre lavadeiras, atendiam à vasta clientela das redondezas. Numa época em que não existia uma lavanderia sequer na cidade, nem eram conhecidas as máquinas de lavar, as famílias de classe média dependiam quase inteiramente do serviço dessas mulheres. Às segundas-feiras, elas ou seus filhos vinham receber a roupa suja, que era amontoada em grandes trouxas, formadas por lençóis amarrados pelas pontas. Aos sábados, era trazida de volta, lavada e passada, cuidadosamente arrumada em tabuleiros. Outras, ainda, completavam a renda familiar costurando para fora, especialmente roupas de crianças e camisas masculinas.

As crianças, além de ajudar as mães, freqüentavam o Grupo Escolar mais próximo, juntamente com os filhos das famílias de classe mais elevada, com os quais partilhavam as mesmas brincadeiras. As turmas de rua eram heterogêneas e até a adolescência não havia discriminação social. A meninada toda se confundia numa grande festa democrática. Apesar de a sociedade

ser preconceituosa, a proximidade física e o espírito de vizinhança tornavam quase impossível a separação.

* * *

Alguns anos antes, contudo, essa comunidade pacata e cordial tivera sua paz perturbada por acontecimentos que vão narrados em outro capítulo.



A clássica foto de família no modelo vitoriano da época: O chefe da casa de pé, com ar patriarcal, rodeado da esposa e de sua prole numerosa. Na foto, os sogros do autor, Henrique e Marina de Souza com três de seus filhos (1944).

II



OS PADRÕES VITORIANOS

Modernos somos apenas nisto – na falta de decoro.

W. H. Auden

A sociedade adotava padrões de comportamento rigidamente vitorianos. Na mente de todos havia clara noção do bem e do mal, do certo e do errado. Os valores estabelecidos nunca eram desafiados abertamente. Quando violados, as aparências deviam ser mantidas a todo custo, sob pena de sanções sociais, às vezes ostensivas, às vezes dissimuladas, mas sempre eficientes.

A família era do tipo patriarcal, centrada na figura do pai, cuja autoridade não merecia contestação. A mãe era respeitada, ouvida, mas as decisões cabiam ao marido, ao qual manifestava inteira submissão. Tratava-se de um problema de ordem cultural, para o qual concorria grandemente a dependência econômica da mulher, que geralmente não possuía fonte de renda. Contavam-se nos dedos as mulheres casadas que trabalhavam fora de casa, e muitas que tinham emprego quando solteiras, pediam demissão depois de casadas, por imposição dos maridos. Para uma senhora da classe média, trabalhar implicava em perda de *status*, além de atrapalhar as suas funções principais, que consistiam em administrar o lar e cuidar do marido e dos filhos. Algumas recebiam mesada para suas despesas pessoais; outras tinham de recorrer

aos maridos a cada vez que precisavam atender às necessidades mais corriqueiras, como pegar o bonde ou tomar um sorvete. Sair, só com autorização e acompanhadas, nem que fosse com uma empregada. E havia aquelas, vítimas de maridos ciumentos, que viviam reclusas e raramente eram vistas, a não ser em companhia dos próprios. Alguns eram tão rigorosamente possessivos e autoritários que até escolhiam os vestidos das mulheres.

A sociedade conjugal era indissolúvel, de direito e de fato. Mesmo quando já não existia vida em comum, o casal continuava coabitando. Conheci um desses casos levado ao extremo. Um cidadão português, comerciante, foi flagrado pela esposa na cama com a empregada, dentro de casa. Desde esse dia romperam relações, mas não se separaram. Comunicavam-se através dos filhos, durante anos, e morreram sem se falar. Outros possuíam amantes *teúdas e manteúdas*, mas continuavam oficialmente com a esposa, única com a qual se apresentavam em público. A separação só ocorria por motivo muito grave, quando a vítima era o marido. Então a esposa discretamente saía de casa, quase sempre mudando-se para outra cidade, porque se tornava insuportável, em seu meio, a condição de *mulher largada*. E quando o marido ultrajado reconstituía o lar com uma outra, esta, por mais digna que fosse, se abstinha de vida social, para não causar constrangimentos. Porque só eram aceitas sem restrições as esposas legítimas. As uniões de fato eram apenas toleradas. Ouvi falar vagamente de manifestações de hostilidade aberta, mas nunca as presenciei, nem soube de fatos concretos. Ao que parece, havia, sim, gestos sutis ou mal dissimulados, que deixavam clara a desaprovação. Por outro lado, a educação conservadora que haviam tido gerava nessas senhoras um forte sentimento de culpa por haver desafiado tabus religiosos e sociais. Daí o modo de vida que se impunham, discreto, recolhido, limitando-se as relações sociais ao convívio de um número reduzido de parentes e amigos, sem dar pretexto à mais leve censura.

* * *

O relacionamento no seio da família era respeitoso. Os filhos, mesmo na idade adulta, davam aos pais o tratamento de *Senhor e Senhora*. Antes de deitar, as crianças, obrigatoriamente, iam *pedir a bênção* ao pai, à mãe e aos avós. Hábito que continuava a ser cultivado pelos filhos casados, que passavam diariamente na casa dos pais, também para *tomar a bênção*. A obediência era absoluta. Dificilmente um filho menor ousava ser *malcriado*. As repreensões eram ouvidas em silêncio, do contrário o castigo viria na forma de cinturão, chinelo ou palmatória. Ou, ainda, com a privação de divertimentos, como a proibição do cinema aos domingos.

Fumar na presença dos pais era impensável. Neste particular, nem os mais liberais, como meu pai, por exemplo, costumavam transigir. Certa ocasião, um dos meus irmãos mais velhos, com dezesseis ou dezessete anos, por inadvertência ou para testar o velho, puxou o cigarro e o acendeu. Meu pai, sem alterar a voz, fulminou: *Apague isso. Da próxima vez você vai engolir o cigarro*. A ordem foi obedecida imediatamente, com um pedido de desculpas, e não houve próxima vez, porque meu irmão jamais repetiu a dose. E havia os mais intolerantes, que não admitiam que os filhos fumassem em qualquer idade. Lembro-me do Augusto Careca, um dos freqüentadores do *Café do Pina*, com mais de trinta anos e uma calvície acentuada, que lhe dava um ar de quarentão. Muito tímido, mesmo nessa idade, tremia em presença do pai autoritário e repressor. Era uma gozação geral quando o velho, um português alto e sisudo, assomava à distância de 100 metros, e o Augusto, mais do que depressa, se livrava do corpo de delito, mal disfarçando o temor e o embaraço de que ficava tomado.

Palavrão era coisa proibida para mulheres e crianças, ou em suas presenças. Era permitido apenas aos homens adultos em

rodas masculinas. Os menores do sexo masculino também o empregavam comumente, mas nunca na frente de adultos, sob pena de castigo. As mulheres de qualquer idade não o usavam em circunstância alguma. Não me lembro de ter ouvido *nomes feios* ditos por minha mãe, minhas tias, minhas irmãs, minhas primas, amigas e namoradas. Era algo que nivelava as mulheres a prostitutas. Tão indecoroso, que um palavrão, proferido em presença de moças e senhoras, provocava violentas reações de pais, maridos e namorados ofendidos que não vacilavam, muitas vezes, em agredir fisicamente o ofensor. E não era raro encontrar homens que, mesmo longe de mulheres, jamais usavam palavras chulas.

Os filhos menores tinham hora marcada para chegar em casa, geralmente dez ou onze horas da noite. Dificilmente a hora-limite era ultrapassada, pois se o fizessem teriam de bater na porta, aberta por um rosto severo que exigia do transgressor penas e cabais explicações para o atraso. Isto quanto aos filhos homens, porque as moças não podiam sequer sonhar em sair à noite desacompanhadas. Sobre elas o controle exercido era dos mais rigorosos. Só namoravam na sala ou no portão, à vista dos mais velhos. Passeios, festas, cinemas, apenas em companhia de alguém, nem que fosse de um irmão mais novo. Sozinha, nunca, porque ficava *falada*. E moça *falada* tinha reduzidas quase a zero suas chances de casamento. A virgindade era um tabu dos mais respeitados. Quando ocorria um desvirginamento, mobilizavam-se as famílias do autor e da vítima para que o caso fosse abafado e o casamento realizado sem demora. Ainda assim, se a noiva casava grávida, o nascimento da criança, sete ou oito meses depois do casamento, provocava comentários maliciosos e desculpas da família de que se tratava de um parto prematuro. Se uma garota ganhava fama de não ser mais *moça*, e aparecia um corajoso capaz de aceitá-la, o infeliz era ridicularizado e chamado depreciativamente de *pedreiro*. Porque, homem que se pre-

zasse, não casaria jamais com mulher desvirginada. E, se casasse enganado, podia reagir de forma radical. Conheci mais de um caso de marido que foi devolver a mulher aos pais, no dia seguinte ao casamento, ao constatar que havia sido ludibriado.

Compreende-se, assim, a preocupação das moças com a própria reputação, e o cuidado especial dos pais em relação às filhas. Principalmente, se levarmos em conta que o casamento era o grande objetivo de toda mulher, educada desde pequena para isso. A instrução formal se limitava ao primário, ao ginásial e ao pedagógico. As poucas que chegavam a fazer curso superior, geralmente Direito, visavam obter o título como ornamento, jamais com o propósito de exercer a profissão. O importante era que a moça estivesse apta a dirigir o lar e freqüentar os salões. Para tanto, era necessário adquirir boas maneiras, saber tocar um instrumento, de preferência piano, e conhecer prendas domésticas, como arte culinária, flores e corte e costura. Feito isso, a garota se concentrava, com total apoio da mãe, na busca de um bom *partido*, que devia ser médico, engenheiro, advogado ou oficial de uma das três armas. Se fosse também bonito e de boa família, representava, então, a encarnação do próprio príncipe encantado com quem sonhavam todas as moças casadoiras. Era a total e plena realização do seu ideal de vida.

Não é difícil entender, portanto, por que o casamento se tornava, para toda jovem, uma obsessão, e por que o medo e a amargura, à medida que o tempo passava. Ao atingir os 20 anos sem casar, diziam que ela havia dado o *primeiro tiro da macaca*; aos 25 anos, dava o *segundo tiro* e sua ansiedade aumentava; aos 30 anos, ao dar o *terceiro tiro*, entrava em pânico, porque, a partir daí, encontrar marido, só por milagre. Com o fim da juventude, a moça estava condenada ao humilhante *caritô* e aos poucos ia aceitando o papel de tia, compensando sua enorme frustração com um total desvelo pelos sobrinhos. Claro que as solteironas existem ainda

hoje, mas não têm o caráter patético que assumiam no passado, especialmente quando se quedavam, desamparadas e solitárias, sem nada a que se pudessem apegar. Entre tantas que conheci, lembro-me em particular das irmãs Coelho. Eram quatro velhinhas, amigas de minhas tias, freqüentadoras habituais da casa da minha avó materna. Filhas de um comerciante português, dono de uma grande casa de ferragens, que abriu falência e morreu deixando apenas dívidas. Educadas à antiga, ricas de prendas domésticas, mas inteiramente despreparadas para a vida. Nunca perderam a esperança de casar. Paupérrimas, vivendo da pensão deixada por um irmão, sempre arranjavam meios de se vestir decentemente, pintadas e arrumadas, procurando disfarçar a idade que nunca revelavam. Era comovente ouvi-las falar com mal dissimulada satisfação sobre casamentos fracassados, acrescentando, insinueramente, pela milésima vez, que *davam graças a Deus por não haver casado*. Mas se traíam, ao voltar dos passeios, que freqüentemente faziam, falando de imaginários flertes com rapazes muito mais jovens que lhes teriam dirigido olhares de interesse. Foram morrendo uma a uma, virgens e sempre apegadas a essa ilusão. A última, chamada Hilda, morreu na Fundação Dr. Thomas e, tenho certeza de que, mesmo na hora da agonia, deve ter acreditado que no último instante surgiria o noivo pelo qual esperou a vida inteira.



Antigo Asilo Dr. Thomas.

Noivado era compromisso muito sério, quase irretratável. Tanto que havia até um ritual. Marcado com antecedência, logo a notícia se espalhava na cidade: “fulana vai ser pedida no dia X”. Havia um “frisson” entre as jovens casadoiras e as respectivas mães, num misto de admiração e inveja, tanto maiores quanto mais importantes e cobiçados fossem os nubentes. No dia designado a vizinhança ficava na expectativa do acontecimento. Casa iluminada, janelas abertas, os pais da moça, solenes, recebiam o

emissário, que podia ser o pai do moço ou uma pessoa ilustre da sociedade, sem a presença dos dois maiores interessados. Após uma breve troca de amenidades, o visitante revelava o motivo da visita e o pai da jovem, com fingida surpresa, dava o seu consentimento. Em seguida, servia-se uma taça de champanhe. Estava selado o compromisso, que não se rompia com facilidade. Quando isso acontecia, alcançava dimensões de escândalo. A ex-noiva sentia-se profundamente humilhada, algumas tinham crises de choro e havia as que eram mandadas para longas viagens de cura e esquecimento. Quanto ao rapaz, ficava malvisto como se fora um vilão, por haver “empatado” a moça tanto tempo. Os noivados podiam ser longos, estendendo-se por muitos anos. Mas o recordista, sem dúvida, foi Adriano Jorge, noivo durante 25 anos de D. Laura Tapajós, com quem afinal casou, já na maturidade.

E havia até noivos eternos, que não se casavam nunca. Lembro de Mário Castro, irmão do médico Flávio de Castro. Durou mais de 10 anos seu noivado com D. Brunhilde Coutinho, de apelido Bubu. Dizem que, por algum tempo, namorou simultaneamente outra moça chamada Lindalva Bastos. Quando Lindalva morreu, ele continuou noivo de D. Bubu. Fui testemunha ocular, já que ela morava quase em frente à minha casa, na Av. Getúlio Vargas. Diariamente eu o via chegar, por volta de 7 horas da noite. Já um homem de meia-idade, baixo, atarracado, sempre de paletó e guarda-chuva, sentava-se em cadeira de balanço na calçada e ficava conversando com a noiva até muito tarde. A rotina não se interrompeu mesmo quando D. Bubu se prostrou, vítima de doença incurável. Apenas Mário trocou a calçada pelo quarto da enferma, com a qual certamente os diálogos mal podiam disfarçar a tristeza e a angústia ante a proximidade do fim. Mas não houve casamento “in extremis”. Pouco depois da morte de D. Bubu, ele se mudou de vez para o Rio, onde morreria solteiro.

Houve, porém, um caso “sui generis” de casamento sem noivado e, a rigor, até mesmo sem namoro. Aconteceu com a minha estimadíssima Eldah Bitton, admirável figura que tinha o dom de render, pela simpatia e bom humor, todos que dela se aproximavam. Eldah atravessara toda a sua juventude cuidando mais de estudos, especialmente de canto lírico, do que de namorados. Já balzaquiana (palavra tão antiga!), permanecia solteira e sem nenhuma preocupação com casamento, que não mais figurava em seu projeto de vida. Mas, entre suas muitas amizades masculinas, incluía-se o seu tio Sabas Teles, meio-irmão de sua mãe. Médico radiologista de nomeada em Manaus, Sabas era, no entanto, um esquisitão, de poucas palavras e avesso a reuniões sociais. Vivía para o estudo e o trabalho, restringindo o lazer à música e, ocasionalmente, ao cinema. Desde o seu regresso a Manaus, formado em medicina, tinha por hábito visitar a irmã e a sobrinha diariamente, para espantar um pouco a solidão, já que morava em casa de sua mãe e não freqüentava bares, clubes ou recepções. À semelhança de Mário Castro e, por coincidência, a poucos passos de distância, no mesmo quarteirão da Av. Getúlio Vargas, ele assinava o ponto todas as noites. Ocorre que Mário ia oficialmente para namorar, Sabas nem isso, pois jamais manifestou a Eldah, por atos ou palavras, nenhuma inclinação amorosa. Nessas reuniões diárias, a três, havia rigorosamente diálogo entre Eldah e a mãe, interrompido por algumas raras intervenções de Sabas, que passava a maior parte do tempo de olhos nas estrelas, alheio à conversa das duas. Um dia, trinta anos após o início dessas visitas, sem aviso prévio, Eldah recebeu a visita de um escrevente do Cartório de Registro Civil, com os papéis, para assinar, do seu casamento com Sabas. Atônita, sem acreditar no que ouvia, ela telefonou para o tio, que confirmou tudo com a maior tranqüilidade, sem demonstrar nenhuma emoção. A cerimônia teve lugar dias depois, perante as testemunhas de lei, mas

sem nenhum convidado. Foi assim que se realizou esse estranho casamento, sem prévia declaração de amor.

* * *

A família e a sociedade em geral eram muito mais liberais com os varões. Salvo a limitação da hora da chegada, imposta aos menores, havia ampla liberdade de locomoção, de escolha de amigos e de ambiente. Desnecessários maiores cuidados, numa época em que não existia o problema de tóxicos. De maconha, então chamada *dirijo*, só se ouvia falar raramente, nas páginas policiais, envolvendo pessoas das camadas mais pobres; cocaína só conhecíamos de novelas policiais; *bolinhas* também não eram consumidas; enfim, entorpecentes, de qualquer espécie, eram inteiramente estranhos aos hábitos da nossa juventude, não havendo, assim, por que os pais se preocuparem com as andanças dos filhos. A única preocupação real era quanto ao homossexualismo. Não tanto o feminino, pois, tanto quanto eu sabia, o lesbianismo era raríssimo. O problema dizia respeito aos homens. Estes podiam ser tudo, bêbados, vagabundos ou arruaceiros, mas homossexuais, nunca. Era o que de pior podia acontecer a uma família. Quando um garoto ou rapaz se revelava como tal, os pais e irmãos morriam de vergonha e desgosto. Alguns reagiam violentamente. Lembro-me de um, meu contemporâneo no Colégio D. Bosco, assumido, como hoje se diz, que levava surras homéricas do pai, um militar que se julgava desonrado pelo filho. Este acabou expulso de casa, indo abrigar-se na casa da avó. Mas a hostilidade existia na escola, na rua, em toda parte. Aqueles de trejeitos mais acentuados eram perseguidos com assobios e piadas obscenas. E quando ousavam replicar, os provocadores reagiam com sonoras vaias e, não raro, com agressões físicas. Os enrustidos, quando descobertos, eram sumariamente excluídos das turmas. Lembro-me, por exemplo,

dos meus tempos de molecagem na rua Saldanha Marinho, hoje Huáscar de Figueiredo. Fazia parte do grupo um garoto chamado Celino, dos mais inteligentes e agradáveis. Um dia, não sei como, correu a notícia de que o Celino *era*. Recebida com estupor e incredulidade, a nova levou algum tempo para ser assimilada. Quando não houve mais dúvida, ficou decidido que ele não mais freqüentaria a roda. Felizmente, a humilhação não se consumou. Nosso ex-colega, por iniciativa própria, não mais nos procurou, e pouco tempo depois tomava o rumo do Rio de Janeiro. Muitos outros fizeram o mesmo; alguns, talvez, para realizar o sonho da metrópole; a maioria, provavelmente, como ele, para fugir a uma atmosfera irrespirável.

* * *

O conservadorismo da sociedade se revelava, também, na maneira de trajar, que tinha suas normas até dentro de casa. Um vizinho nosso, o velho Nogueira, respeitável tabelião, vestia paletó para receber as visitas. Outros, mais requintados, usavam *robes de chambre*. Mesmo na ausência de estranhos, não se andava à vontade. Meu pai jamais sentou à mesa sem camisa, nem permitiu que os filhos o fizessem. E ele não era uma exceção; apenas seguia a norma geral. Da mesma forma, um homem adulto não aparecia à janela de peito nu. Para dormir, o traje usual, para os homens, era pijama, de calças e mangas compridas e, para as mulheres, camisão, até os calcanhares.

Fora de casa, a roupa dos homens adultos era uniformizada em paletó e gravata. Nas festas, na missa, em batizados, casamentos ou aniversários, no trabalho ou no cinema, sempre traje passeio completo. Apenas em piqueniques e jogos esportivos muitos se permitiam mangas de camisa, mas sempre de calças compridas, por que um homem de respeito não mostrava

as pernas, a não ser em roupa de banho. As mulheres, moças ou senhoras, sempre de vestido no joelho ou abaixo, nunca acima. Sob o vestido, uma peça hoje em desuso, a *combinação*, e às vezes uma anágua, para que a transparência do vestido, contra a luz, não deixasse entrever a sombra da calcinha e do sutiã. Calça comprida não era para mulheres. Quem se atrevia a usá-la era chamada de *mulher-macho* e ficava sob suspeita. As senhoras casadas, mesmo no diário, usavam também meias de seda, presas por ligas no meio das coxas. Um acessório indispensável, também, era o leque, que algumas sabiam abanar com graça e elegância. Aliás, usado igualmente por alguns homens. Lembro particularmente de dois, Adriano Queiroz e Moacir Rosas, que não se constrangiam nem um pouco em puxá-lo do bolso interno do paletó numa sala de cinema lotada. O chapéu, chile ou de massa, ainda fazia parte da indumentária de alguns, embora já estivessem algo fora de moda. Quanto aos tecidos, o brim predominava entre os pobres. Os mais abonados usavam casemira inglesa ou linho

irlandês, de preferência acetinado, em ternos, ou *fatós*, como se dizia, feitos nas melhores alfaiatarias, como *100.000 Paletós*, Demasi e Ramalho. Durante algum tempo fez muito sucesso um tecido chamado *tubarão*, brilhante, flexível e que não amassava, novidade numa época em que ainda não haviam inventado o poliéster.

Nos balneários, os homens usavam calções não muito curtos, e as mulheres, maiôs inteiros. Só depois foi lançado o maiô de duas peças, que causou sensação, embora parecesse austero se comparado com o biquíni, que viria em seguida, e com as tangas de hoje. Mas nem mesmo o maiô inteiro era admitido em piqueniques de colégios de freiras, nos quais as alunas eram obrigadas a mergulhar no igarapé de vestido. Também obrigatório, para as internas, no próprio banho diário de chuveiro.



Alfaiataria 100.000 Paletós, na esquina da av. 7 de Setembro com a rua Lobo d'Almada.



Banhistas usando maiô.

Leão de louça que protege a casa situada na rua Saldanha Marinho.



Essa sociedade quase puritana demonstrava um temor reverencial pelos mortos e um respeitoso culto por sua memória. As crianças e muitos adultos tinham verdadeiro pavor de almas do outro mundo. Desde muito pequenos ouvíamos falar de casos arrepiantes de visagens nas quais acreditávamos sem vacilações. Daí por que muitos tinham medo de dormir sozinhos num quarto escuro e outros se recusavam até a atravessar o corredor, à noite, para tomar um copo d'água. Havia até mesmo casas consideradas mal-assombradas, onde à noite vagavam espíritos e se ouviam choros e ruídos de móveis arrastados. A tal ponto se dava crédito a essas histórias que as casas ficavam marcadas e seus proprietários tinham dificuldade em alugá-las. Uma dessas casas ainda existe, na rua Saldanha Marinho, com um portão encimado por dois bonitos leões de louça, e na qual seguramente seus atuais moradores dormem sem nenhuma perturbação.

Mas, além do medo, os mortos legavam aos vivos algo levado muito a sério, que era o luto. Como já mencionei antes, ocorrida a morte, as portas e janelas da casa eram cerradas e os parentes lá se fechavam, até a missa do 7.º dia, saindo apenas para cuidar do indispensável. A casa permanecia em silêncio e nem sequer o rádio era ligado. A partir da missa, os parentes mais próximos do morto, viúvos, filhos e pais, guardavam luto fechado por seis meses, durante os quais os adultos se vestiam rigidamente de preto e se abstinham de comparecer a cinemas e a qualquer reunião festiva. Após esse período, durante outros seis meses se usava luto aliviado, com as mulheres de vestido preto e branco, e os homens de braçadeira negra ou fumo na lapela ou no bolso da camisa. Nesse segundo semestre permitia-se a ida ao cinema, mas não a festas. Quem o fizesse, era reprovado como pessoa insensível e ganhava mesmo a inimizade de outros parentes. Conheci um caso, pelo menos, de pessoa de grande projeção social, que, por

IGREJAS DE MANAUS

A cidade possui três igrejas católicas de grande porte: Catedral, Remédios e São Sebastião.

ocasião da morte do pai, rompeu relações com o primo, ao saber que o mesmo não apenas não colocou luto pela morte do tio, como ainda ousou comparecer à missa de 7.º dia usando uma reluzente gravata vermelha. Considerou-se afrontado, porque naquela época nem mesmo a um estranho se permitia participar de um serviço fúnebre usando roupa ou acessório de cor berrante. Em se tratando de um primo, então, era simplesmente imperdável.

A religião era um valor levado extremamente a sério. A população católica não o era apenas formalmente, por hábito ou tradição. Em sua grande maioria eram praticantes que frequentavam a igreja não para cumprir um dever social, mas por força de uma crença nas coisas sagradas que beirava a superstição. Em quase todas as casas, nas alcovas, havia oratórios, cheios de imagens de santos, com genuflexórios que não tinham caráter meramente ornamental, pois eram usados diariamente para as orações noturnas e matinais. A educação religiosa começava desde cedo, com as crianças aprendendo o Padre-Nosso (ainda não se dizia

Procissão eucarística na Praça do Congresso, 1942.



Pai-Nosso), a Ave-Maria e a Salve-Rainha, que nunca deixavam de rezar antes de dormir. Tão logo aprendiam a ler, eram encaminhadas às aulas de catecismo e, após a 1.^a comunhão, passavam a se confessar e comungar regularmente. A frequência à missa, então, era obrigatória aos domingos. Às vezes em horários bastante impróprios. Lembro-me como ia dormir aborrecido nas noites de sábado, por saber que no dia seguinte seria despertado às 4:30 da madrugada, para estar na missa das 5 da Beneficente Portuguesa.

As procissões eram acontecimentos que levavam gigantescas multidões às ruas, principalmente nos grandes feriados religiosos como os de Senhor Morto, *Corpus Christi* e N. S. da Conceição. Compareciam as mais altas autoridades, a começar



Catedral de Manaus.

pelo Governador, além de pessoas de grande expressão social, muitos integrantes de irmandades, os homens com os trajes vermelhos de Irmãos do Santíssimo, e as mulheres com as fitas azuis das Filhas de Maria. Um número considerável de populares, e até de pessoas conhecidas, compareciam para pagar promessas, vestidas de Cristo, com cruzes aos ombros, andando de joelhos ou com pedras na cabeça. Como ainda hoje acontece, mas seguramente em quantidade muito menor. Naquele tempo a massa era tão grande que a frente do cortejo já dobrava a Joaquim Nabuco, no Canto do Quintela, e ainda havia gente saindo da Catedral. Era realmente um impressionante movimento de massa.

Mas o fervor religioso do povo se manifestava mesmo na Semana Santa. A cidade parava e só se mantinham as atividades essenciais. Muitos não trabalhavam nem em casa, atemorizados pelas histórias que se contavam de desgraças acontecidas aos que cometiam esse sacrilégio. A abstinência de carne era total, as rádios só tocavam músicas sacras ou clássicas e os cinemas só passavam o tradicional *Vida, Paixão e Morte de Nosso Senhor*

Jesus Cristo, que levava boa parte da platéia às lágrimas. Era tão arraigado o respeito a essa data, que a maioria das prostitutas se recusava a receber a clientela.

O ardor da minoria protestante não era menos intenso, o que explica a miniguerra religiosa que então aconteceu. Em 1950, chegou a Manaus um pastor batista chamado Martins, ardoroso orador sacro, que fazia pregações candentes nos templos e através de uma emissora de rádio. Nessas prédicas não se limitava a ensinar a sua doutrina, mas enveredava também por ataques à Igreja Católica, correndo a informação, não sei se verdadeira, de que se excedia, investindo contra alguns dos mais sagrados dogmas e sacramentos católicos, como a eucaristia e a santidade da Virgem Maria. O assunto era objeto de comentários irritados em toda a cidade. Irritação agravada pela circunstância de o pastor ser ex-padre convertido. Um dia, os batistas cometeram a imprudência de convocar uma concentração para a praça da Saudade, à noite, na qual falaria o controvertido pastor. Na hora designada, alguns padres salesianos reuniram um grupo numeroso de alunos no pátio do colégio, os quais, depois de ouvirem exaltados discursos, proferidos por sacerdotes e leigos, marcharam para a concentração armados de pedras e porretes. Lá, dissolveram a manifestação violentamente, provocando ferimentos em várias pessoas, inclusive no pastor e político Antunes de Oliveira, com uma pedrada na cabeça. Dizem que Antunes guardou até o fim da vida a pedra que o atingiu. A confusão só terminou com a chegada da polícia. Felizmente, a guerra também terminou ali, sem deixar seqüelas. No dia seguinte, dirigentes evangélicos publicaram várias notas de protesto, uma das quais assinada, entre outros, pelo meu prezado João Chrysóstomo de Oliveira, então presbítero. Os católicos não responderam, o pivô dos acontecimentos abandonou a cidade e o inquérito policial instaurado foi arquivado meses depois na Justiça. A partir daí

houve como que um acordo tácito de silêncio em torno dos fatos, até que caíssem no esquecimento. Ainda estávamos longe do ecumenismo de João XXIII, as relações entre católicos e protestantes não eram propriamente cordiais, mas não se manifestavam em forma de hostilidade aberta. Como os amazonenses não chegam a ser bem irlandeses, não seria mesmo de esperar que Manaus se transformasse numa Belfast tropical.

III



A GUERRA CHEGA ATÉ NÓS

Eu sou um pouco fruto da cidade onde nasci.

Machado de Assis

Grande parte da minha infância foi marcada pela Segunda Guerra Mundial. Embora muito criança, fui contagiado pelo entusiasmo do meu pai, ardoroso partidário da causa aliada, que se mantinha informadíssimo através da leitura de revistas e jornais, e da escuta diária da BBC. Ainda me lembro de sua expressão fúnebre quando a França se rendeu e as tropas alemãs ocuparam Paris. Como não esqueço a sua vibração, certo dia, quando entrou em casa com o jornal em uma das mãos, gritando a manchete: *A queda de Bardia foi sensacional!* Tratava-se de uma pequena cidade da Líbia, tomada pelas tropas de Montgomery em perseguição ao *Afrika Korps* de Rommel. Fiquei deliciado quando o velho me presenteou um grande mapa colorido da Europa, que preguei com tachas na parede da sala de visitas, através do qual acompanhava atentamente a marcha das operações. A menção a uma cidade ou a um acidente geográfico me levava imediatamente ao mapa, para conferir, e ficava muito desapontado quando não fazia a localização.

Criança ainda, eu acompanhava cuidadosamente as operações de guerra em todas as frentes: no Pacífico, no norte da África, na Itália, na França e na Rússia. Sofri com a derrota dos Aliados, na fase inicial, e vibrei com seus grandes triunfos a par-

tir de 1943. De manhã cedo eu ficava ansioso à espera do jornalista com um matutino, e à tarde aguardava a chegada de meu pai com um vespertino. E então me lançava, sôfrego, à leitura do noticiário telegráfico da Reuters, da Associated Press e do International News Service. Como disse, qualquer referência à ocupação de uma cidade, à travessia de um rio ou ao desembarque numa ilha, me fazia correr ao mapa para conferir. Frequentemente os jornais publicavam esboços das frentes de batalha, nos quais eram assinalados os avanços das tropas aliadas, e que eu recortava cuidadosamente. Às seis horas da tarde, junto com meu pai, sintonizava a BBC, em transmissões cheias de interferências, que, para minha irritação, às vezes se tornavam quase inaudíveis. Mas, no outro dia, lá estava eu a postos, para ouvir, emocionado, o locutor anunciar com sua voz bem impostada: “Estação de Londres da BBC”. Leitura obrigatória era a de *Seleções de Readers Digest* que meu pai comprava religiosamente, todos os meses, mesmo com grande atraso. Eu me deliciava com as suas descrições de batalhas, suas histórias de espionagem e seus relatos de operações de guerrilhas e de comandos nas zonas ocupadas pelos alemães. Creio que todo esse meu interesse pelo assunto – inusitado num garoto ainda impúbere – se devia em grande parte à minha paixão pela geografia.

Era com enorme prazer, também, que recebia a revista *Em Guarda*, distribuída pelo consulado americano, fartamente ilustrada e com noticiário variado sobre a guerra. Assim como lia com avidez as revistas em quadrinhos, com histórias em que os heróis enfrentavam os sinistros espiões nazistas e japoneses.

Mas, emocionante mesmo era ouvir a sirene de *O Jornal* anunciando alguma notícia importante de última hora. Era o nosso *Repórter Esso*. Tão logo soava, uma pequena multidão se aglomerava para ler a notícia afixada a giz num quadro negro em frente à redação. Foi assim que tomamos conhecimento de todos

Prédio da av. Joaquim Nabuco, nos altos do qual funcionou o Consulado da Alemanha nazista, depredado em 1943.



os grandes lances. Pearl Harbour, El-Alamein, Stalingrado, o Desembarque Americano no Norte da África, o Dia D, o Fuzilamento de Mussolini, o Suicídio de Hitler, a Rendição da Alemanha, Hiroshima e, finalmente, a Capitulação Japonesa. Foram dias de expectativa dramática e, sem nenhuma retórica, podemos dizer que tínhamos consciência – no meu caso, intuitivamente – de que eram momentos decisivos para os destinos da humanidade. Por isso, até hoje sou fascinado por tudo que se relaciona com a Segunda Guerra.

Em 1942, o conflito, que até então parecera tão distante, finalmente chegou até nós. O alargamento da guerra submarina alemã no Atlântico e a fulminante ofensiva japonesa no Sudeste Asiático provocaram ondas de choque que vieram agitar as águas remansosas em que nos embalávamos.

Um dia fomos abalados pela notícia do afundamento do *Baependi*, um navio que há muitos anos fazia a cabotagem Rio–Manaus. Entre os mortos, um punhado de amazonenses bastante conhecidos na comunidade. Divulgada a lista, logo surgiram ajuntamentos espontâneos que rapidamente se transformaram em comícios. Oradores exaltados verberavam não apenas a ação dos submarinos nazistas, mas também os próprios alemães e, por extensão, os italianos e japoneses. Daí aos atos de violência foi um passo. Em poucas horas a cidade foi tomada por um bando de desordeiros que se entregou livremente à depredação e ao saque, como há muitos anos não se via.

Como ainda não havia japoneses, concentrados que estavam no baixo Amazonas, a fúria popular se abateu sobre os bens de italianos, alemães e pessoas de qualquer nacionalidade conhecidas como germanófilas. O primeiro alvo foi o consulado da Alemanha, situado na Joaquim Nabuco, nos altos do prédio de



Casa da rua Huáscar de Figueiredo, parcialmente reformada, onde nasceu o autor.

ALEMÃES E ITALIANOS DE MANAUS

Durante a Segunda Guerra Mundial, muitos alemães e italianos tiveram suas lojas e residências depredadas e saqueadas por multidões enfurecidas.

dois pavimentos, que ainda hoje existe, próximo à avenida 7 de Setembro, onde vi muitas vezes desfraldada a bandeira alemã com a suástica. Fui testemunha ocular do saque ao consulado, que é das mais remotas lembranças da minha infância. Morava bem perto, em casa dos meus avós maternos, a três quarteirões de distância, na atual rua Huáscar de Figueiredo. Ao tomar conhecimento do que acontecia, corri para o local, em companhia de outros garotos, a tempo de ver homens e mulheres apressados conduzindo baixelas de prata, bacias, panelas, cadeiras e outros objetos, enquanto os móveis pesados, como cristaleiras e guarda-roupas, atirados pelas janelas, vinham estatelar-se na calçada. Quando finalmente chegou uma patrulha do exército, quase nada restava para ser salvo.

Na mesma hora, outro bando saqueava o escritório de representação da Bayer, na Quintino Bocaiúva, entre as ruas Marechal Deodoro e Guilherme Moreira. O depósito foi inteiramente pilhado, com os saqueadores levando medicamentos em tal quantidade que suprimam farmácias domésticas por meses ou anos. Afinal, o que era Bayer era bom, como dizia o comercial. Quanto ao representante, que era o próprio cônsul alemão, chamado Fluger, refugiou-se no porão, sendo removido mais tarde para a Penitenciária, à guisa de proteção.

Um outro grupo tentou invadir a Semper, Fáber, uma firma de aviamento situada na Marechal Deodoro, ao lado de J. G. Araújo. Foram enfrentados por dois alemães, Fáber e Kremer, que saíram levemente feridos do entrevero mas conseguiram contê-los até a chegada dos soldados do exército. Frustrados nessa tentativa, dirigiram-se para a firma Bhering, de exportação, instalada um pouco adiante, num edifício de três pavimentos, com frentes para a Marechal Deodoro e a Eduardo Ribeiro, ao lado do antigo telégrafo. Depois de arrasar os escritórios, subi-



Joalheria Pelosi.

ram para o último pavimento, onde residia o gerente, o alemão Lindenberg, destruindo tudo que puderam. Praticamente nada sobrou. Os donos da casa, refugiados no quarto do casal, foram salvos pelo exército no último minuto, quando a porta do cômodo já tinha sido arrombada.

Ao mesmo tempo, ocorria a tentativa de invasão da Joalheria Pelosi, a maior da cidade, localizada na 7 de Setembro, ao lado da loja 4.400, atual Marisa; foi repelida por uma tropa do exército, que feriu alguns manifestantes a coronhadas. Mas a residência do proprietário, Giulio Roberti, não escapou. Foi literalmente pilhada e os móveis incendiados no meio da rua. Roberti, em companhia do seu irmão Giusepe Vulcani, vice-cônsul da Itália, buscou refúgio no convento dos frades capuchinhos, na praça de S. Sebastião, de onde saíram para a casa do professor Agnello Bittencourt, na qual ficaram homiziados por três dias. Ironicamente – segundo nos conta o professor Agnello – Giulio Roberti fora vice-cônsul do seu país, posto ao qual resignara por discordar do regime fascista.

Um pouco adiante a turba conseguiu invadir a casa do alemão Schultz, genro do cônsul, situada na praça da Saudade, onde ainda se encontra, quase na esquina da avenida Epaminondas. A poucos passos do quartel do 27.º BC, os soldados ainda conseguiram salvar alguma coisa, mas não um belo piano de meia cauda, completamente destruído.

Também não foram poupados, como já disse, os simpaticantes do Eixo, independentemente da nacionalidade. Eram chamados, com muita propriedade, de germanófilos, porque sua posição decorria menos de uma adesão ideológica ao nazismo do que de uma exaltada admiração pela Alemanha. Uma atitude emocional, como a de um torcedor de clube. Pelo menos, foi a impressão que me ficou de tantas discussões que presenciei. Inclusive em família, entre meu pai, intransigente anglófilo, e um



*Aristophano Antony,
aos 19 anos.*

de meus tios, seu concunhado, germanófilo doente, o primeiro exaltando as qualidades britânicas e o segundo louvando as virtudes do povo alemão. Antes destes acontecimentos, ninguém fazia segredo de suas convicções, de sorte que os partidários de um e de outro lado eram notórios, o que facilitou a *caça às feitiças*.

Uma das primeiras vítimas foi o advogado Levon Rumian, de origem armênia e perfeitamente integrado à sociedade local, que teve inteiramente saqueada sua residência, nos altos de um prédio de dois pavimentos, na praça Heliodoro Balbi, quase esquina da rua Dr. Moreira. Nesta mesma rua, no ferro de engomar que a separa da Floriano Peixoto, quebraram o botequim de um espanhol, que escapou do linchamento refugiando-se no telhado, de onde atirava pedaços de telhas sobre os seus perseguidores. Outro espanhol, o velho Gil, já falecido, foi salvo pela intervenção providencial de uma patrulha militar. Já o português Alhadas, que tinha uma loja de redes, perto do Mercado Central, teve seu estabelecimento totalmente arrasado. Dentre os brasileiros, a maior vítima foi o jornalista Aristophano Antony, diretor e proprietário do jornal *A Tarde*, que por pouco não teve sua redação invadida e empastelada. Em compensação, foi ele mesmo preso e recolhido ao quartel da Polícia Militar, de onde foi solto seis meses depois, sem julgamento, após um inquérito que apurou a improcedência da denúncia que o levara à prisão. Afinal, estávamos em pleno Estado Novo.

Vale registrar um fato, pouco conhecido, mas importante, porque bastante esclarecedor. Na véspera do quebra-quebra, D. Márcia Coelho, proprietária da Foto Alemã, um dos principais estúdios da cidade, foi procurada por um professor do Ginásio, seu amigo, que a alertou para o que iria acontecer. Imediatamente, antes mesmo de proceder legalmente à mudança da razão comercial, mandou trocar o nome, pintado na placa da

fachada, para Foto Artístico. Graças a essa providência, não foi molestada no dia seguinte.

Esse furacão durou apenas algumas horas. Antes de findar o dia a ordem fora restabelecida e nunca mais as violências se repetiram. Mas italianos, alemães e germanófilos continuaram a sofrer por algum tempo a hostilidade de uma parte da população. Manifestava-se na forma do insulto aberto, da negativa de cumprimento, ou de denúncias anônimas e nunca provadas, sobre atividades de *quinta-colunismo* com mensagens enviadas através de transmissores clandestinos. Contou-me o meu amigo Stefano Gennaro Novellino que seu pai, italiano imigrado há alguns anos, com excelente relacionamento com brasileiros, foi procurado por um respeitável cidadão que, algo envergonhado, comunicou-lhe sua decisão de fingir não conhecê-lo até o fim da guerra. Ao que o bom italiano replicou, tranqüilamente, que lhe agradeceria se assim o fizesse pelo resto da vida. Outros trataram de se defender, como o proprietário da Vila Itália, conjunto de casas situado na rua 24 de Maio, quase esquina com a Costa Azevedo, que logo mudou o nome para Vila Baependi, afixado na forma de um letreiro de ferro ainda existente.

* * *

Depois, os torpedeamentos, ao virarem rotina, deixaram de causar comoção. Mas passaram a incomodar a todos, na medida em que a interrupção do suprimento regular privava a população, com freqüência, de gêneros essenciais. Toda vez que era afundado um navio com grande carregamento de determinado produto, o mesmo escasseava ou desaparecia totalmente durante semanas. Estabelecia-se o racionamento, com a distribuição de cupons, e formavam-se filas imensas para a aquisição da mercadoria. Ou então apelava-se para o mercado negro, pagando

preço muito mais elevado. Às vezes o desaparecimento era total e tínhamos de recorrer aos sucedâneos. Perdi a conta das ocasiões em que, à falta de café, tomamos chá-mate ou preto; em lugar de pão, comemos batata-doce, cará ou macaxeira; e não raro, adoçamos o café ou o chá com sacarina, pela absoluta impossibilidade de encontrar açúcar. Suplício maior era o dos fumantes, privados durante meses dos cigarros da Souza Cruz, como o Elmo, o Astória, o Continental e o Hollywood, substituídos pelos *mataratos* de fabricação local, especialmente o Princesa e o Duquesa, que nada tinham de aristocráticos, com seu tabaco escuro e de gosto intragável.

Ao desconforto da falta de gêneros somava-se o temor fantasioso de possíveis ataques aéreos alemães. Foi levado tão a sério por alguns, que se organizou uma Liga de Defesa Passiva Anti-aérea, com voluntários de capacetes e braçadeiras, que instruíam a população sobre o que fazer em caso de bombardeio. Distribuíam-se folhetos recomendando abrigar-se em porões ou atirar-se ao chão, se surpreendidos na rua e ensinando a prática dos primeiros socorros. Realizaram-se também exercícios de *black-out*, com a cidade completamente às escuras, porque nos cômodos em que as luzes permaneciam acesas as janelas eram veladas por grossos panos improvisados de cortinas. Ainda hoje me pergunto, ao recordar esses fatos, como alguém poderia acreditar que os *Heinkels* e *Junkers* da *Luftwaffe*, com sua pequena autonomia de vôo, um dia atravessassem o Atlântico para despejar bombas sobre Manaus.

De parte das autoridades talvez visasse ao efeito psicológico, a fim de manter mobilizada a população. Que, aliás, sempre demonstrou um grande fervor patriótico, como ocorreu na campanha do *ferro-velho*, à qual se engajaram milhares de crianças, jovens e adultos, em resposta ao apelo para que se ajudasse o esforço de guerra dos Aliados. Andávamos aos bandos, vasculhando quintais, terrenos baldios e covões, em busca de pedaços

de ferro usados. Reuniram-se quantidades imensas, acumuladas em diferentes lugares, como a rampa de acesso à Catedral e a rua Barcelos, ao lado do cine Popular, depois removidos não sei para onde. Até hoje ignoro se toda aquela sucata foi parar realmente nas siderúrgicas de Pittsburgh ou se foi atirada em algum depósito, inútil, até que a ferrugem a consumisse.

* * *

Nesse mesmo ano ocorreu a ruidosa invasão ianque. Com a ocupação dos seringais da Malásia e da Indonésia pelos japoneses, os Aliados se viram privados de suas principais fontes de borracha natural. Embora a produção de borracha sintética já fosse expressiva, o produto vegetal ainda era indispensável para a produção de artigos como pneumáticos de aviões. Tornava-se imperiosa, assim, a reabertura dos seringais da Amazônia. Veio em seguida a assinatura dos famosos Acordos de Washington, que davam à borracha e outras matérias-primas garantia de preço fixo e compra de toda a produção pelo governo americano que se comprometia, ainda, a dispensar amplo apoio técnico e financeiro para aumentar a oferta desses produtos. Em consequência, foi mobilizado um enorme aparato de agências americanas e brasileiras, que logo se instalaram em Manaus e Belém. Entre elas, o Banco da Borracha (atual BASA), o Serviço Especial de Saúde Pública e a *Rubber Reserve* (depois, *Rubber Development Corporation*). O primeiro, obviamente, para assegurar o indispensável suprimento de crédito; o segundo, para promover o saneamento da região; e a última, como dizem os economistas, para emprestar apoio logístico aos seringais.

Com isso, a economia do Estado venceu a inércia, ganhando novo impulso, e quebrou-se a rotina da cidade. Estava iniciada



Seringueiro.

CATALINAS

Aviões anfíbios trazidos pelos americanos, durante a Segunda Guerra Mundial, como parte do programa destinado a aumentar a produção de borracha na Amazônia.

a Batalha da Borracha, que não pretendo, aqui, avaliar, porque tal avaliação fugiria inteiramente aos propósitos deste livro.

A primeira novidade foi a presença dos Catalinas, os primeiros aviões anfíbios que conhecíamos, ideais para as condições da região. Os cargueiros aquatizavam na ilha de Monte Cristo, onde a RDC instalou um grande terminal de carga. Lá, eram guinchados para terra, recebiam o carregamento de borracha, depois manobravam para a água, de onde decolavam rumo a Miami. Os aviões de passageiros e militares utilizavam o aeroporto de Ponta Pelada, pioneiro no Estado, construído em semanas pelos americanos, com sua costumeira eficiência. Dotado de uma estação de passageiros de madeira, modesta mas confortável, passou a ser visitado como uma curiosidade pela população, habituada, até então, aos velhos hidroaviões da Panair, que atracavam no cais de cimento baixo, à esquerda do *roadway*.

Depois da guerra, a Panair incorporou os Catalinas, que serviram à região durante muitos anos, em suas linhas comerciais. Tal como aconteceria com a pequena frota de navios fluviais trazida igualmente pelos americanos. Lembro-me bem de

Estação de passageiros da Panair. Até para a recepção e a despedida comparecia-se com traje passeio completo, inclusive de chapéu.



AMERICANOS EM MANAUS

Centenas de americanos se estabeleceram na cidade, como funcionários das agências que o governo dos Estados Unidos aqui instalou, graças aos Acordos de Washington, firmados pelo governo brasileiro.

três grandes, o *Cambridge*, o *Virgínia Lee* e o *State of Delaware*, e outro de menor porte, o *Cel. James Moss*, empregados no transporte de cargas e passageiros, também incorporados, no pós-guerra, com outros nomes, ao acervo da SNAAPP. Foi um reforço à navegação regional, servida em grande parte por uma frota envelhecida de vaticanos, gaiolas e chatas.

Com eles vieram, também, transportadas por navio, creio, as pesadas máquinas de construção rodoviária, usadas inicialmente na abertura da pista do aeroporto e, mais tarde, cedidas à prefeitura para obras de terraplanagem em vários pontos da cidade, como a avenida Getúlio Vargas, que teve finalmente aterrado o covão usado como lixeira. Ficávamos durante horas contemplando as evoluções de tratores e *bulldozers* que, manejados habilmente pelos tratoristas, movimentavam enormes volumes de terra e avançavam como monstros rugidores em direção ao abismo, onde nunca despencavam.

Mais curiosidade, porém, despertavam os próprios americanos. Acompanhávamos fascinados aqueles grupos de gringos altos, brancos, corados, de olhos azuis, falando uma língua completamente desconhecida para nós, meninos, e para quase toda a população. Porque só a partir daí começou entre nós a mania de falar inglês. Quando nada, aprendíamos logo a dizer *give me a cigarette*, na esperança de ganharmos um *Lucky Strike*, um *Camel*, um *Chesterfield* ou um *Phillip Morris*, disputadíssimos pelo seu gosto suave e cheiro agradável e que se tornavam especialmente preciosos nos períodos de falta do produto nacional. Os amazenses que trabalhavam na RDC chegavam a dominar tão bem o inglês que alguns, por esnobação, passavam a falar o português com sotaque. Dizem mesmo que certo cidadão bastante conhecido na cidade, vestindo roupa cáqui, capacete de explorador na cabeça, à semelhança de muitos americanos, pegou um bonde e dirigiu-se ao motorneiro, perguntando: *Ó seo condutorr, o senhorr sabe me*

dizerr onde ficarr avenida Joaquim Naboco? Ao que o motorneiro, medindo a figura de alto a baixo, fuzilou: Ora, Fulano, vai à m...!

Mas conquanto nem todos manifestassem esse fanatismo, pode-se dizer que os americanos foram acolhidos com simpatia pela população. Geralmente bem-humorados e extrovertidos, chocavam apenas os mais velhos pela sua irreverência, como, por exemplo, ao se refestelarem nas cadeiras dos bares com os pés apoiados sobre as mesas. Em compensação, graças ao seu alto nível de renda, podiam dar-se ao luxo da generosidade. Não apenas os garotos os cercavam na busca de cigarros e barras de chocolate. Também os garçons disputavam o privilégio de atendê-los, de olho nas elevadas gorjetas, que davam espontaneamente, num tempo em que ainda não se instituíra a obrigatoriedade dos 10%. Outras que se encarniçavam para serem contratadas pelos gringos eram as empregadas domésticas, atraídas por ofertas de salários irresistíveis, especialmente se considerarmos que a grande maioria não recebia salário algum nas casas em que trabalhavam. Da mesma forma, as lavadeiras tiveram seus serviços muito valorizados. Assim como os proprietários de imóveis se lançaram numa corrida para alugá-los aos ianques por preços duas a três vezes superior aos praticados no mercado local. Felizmente para a classe média, o número de americanos era relativamente pequeno, e sua permanência não ultrapassou três anos. Do contrário, a miniinflação que provocaram teria desestabilizado seriamente seus limitados orçamentos.

Sucesso também causaram algumas de suas mulheres. Pois nem todas eram coroas vermelhonas e sardentas, campeãs da deselegância com seus vestidos de cores berrantes e seus sapatos de solas de borracha. Havia umas poucas que entusiasmavam não apenas pela beleza, mas também pela indiferença com que exibiam seus encantos. Nas ruas andavam apenas com o vestido sobre o corpo nu, em casa ficavam inteiramente peladas,

OS NORDESTINOS DE MANAUS

Milhares de nordestinos, recrutados "como soldados da borracha", ficavam alojados na Hospedaria dos Imigrantes, antes de seguir para os seringais.

sem ter sequer a preocupação de fechar as janelas. Lembro que um grupo delas, residente numa casa de sótão, ainda hoje existente, na rua 10 de Julho, entre a Epaminondas e a Ferreira Pena, desfilava tranqüilamente sua nudez, no alto do mirante. E quando a rapaziada, ansiosa, se atropelava nos telhados vizinhos, para observá-las, ainda ganhavam das *ladies godivas* adeusinhos de gozação. Segundo versões correntes, que não pude confirmar, essas moças figuravam nas folhas de pagamento da RDC como secretárias, mas seriam na verdade profissionais do sexo, contratadas para amenizar a vida dos executivos e técnicos, em seu exílio numa distante região tropical. Faria parte de uma política destinada a reduzir, quanto possível, o envolvimento com as nativas, evitando problemas com a comunidade.

A partir de 1945, ao término da guerra, a RDC foi desativando seus serviços paulatinamente e a presença dos americanos se fez cada vez menos ostensiva, até cessar completamente.

* * *

Em contraste com os americanos, mas ao mesmo tempo que eles, chegavam outros adventícios. Feios, macilentos, sofridos, desembarcavam aos montes, dos porões dos navios, para se alojar na Hospedaria do Pensador, em Flores, ou no Trapiche Teixeira, um enorme galpão existente na Marquês de Santa Cruz, em terreno hoje ocupado pela Portobras. Eram os nordestinos, ou *arigós*, isto é, aves de arribação, como lhes chamava o povo depreciativamente. Acontecia a segunda grande transumância amazônica, após a primeira, ocorrida no ciclo da borracha. Quantos vieram desta vez? As estimativas variam: 30, 50, 70 mil, nunca se saberá exatamente. Recrutados pelas agências do governo, muitos se fixaram em Manaus, no refluxo dos seringais, aos quais não conseguiam adaptar-se.

Os que aqui permaneciam não gozavam de boa fama entre a população. Por coincidência ou não, com a sua chegada cresceu sensivelmente o índice de criminalidade. E dos crimes ocorridos nessa época, dois deles chocaram a todos pela brutalidade com que foram praticados. O primeiro, o latrocínio dos irmãos Lopes, dois portugueses proprietários de uma pequena taberna na Vila Municipal, misteriosamente trucidados em seu estabelecimento; outro, o assassinio do *Periquito*, jardineiro do advogado Aristides Rocha, morto a facadas na garagem da residência, com entrada pela rua 10 de Julho, embora a casa fique situada na Eduardo Ribeiro. Os dois crimes permaneceram insolúveis, conquanto fosse aceita pelo povo, como verdade inconcussa, a versão de que teriam sido praticados por nordestinos que serviam como soldados na Polícia Militar.

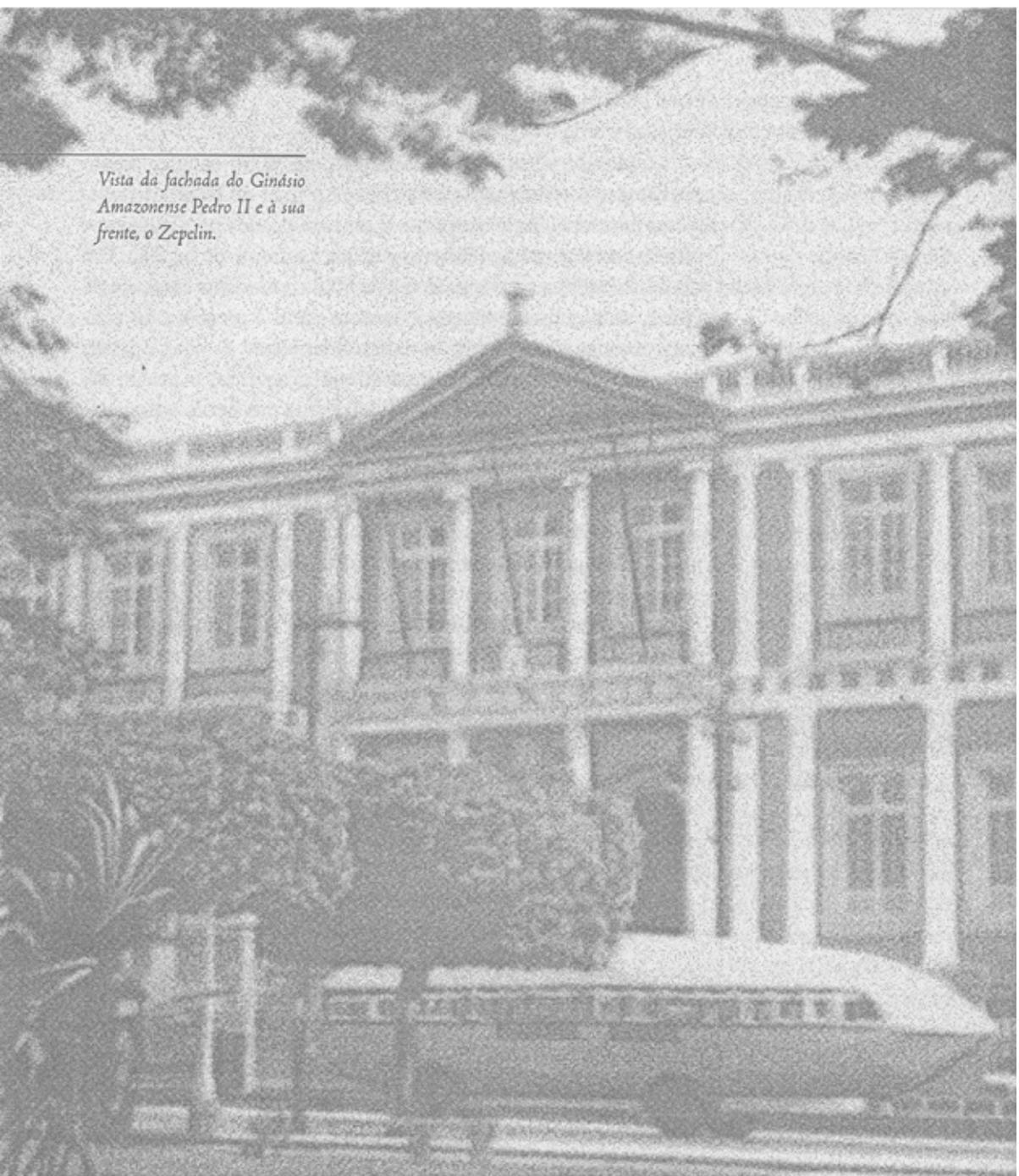
Quase dez anos mais tarde, a cidade foi sacudida pelo caso Delmo Pereira, cujo seqüestro, ocorrido a poucos metros da minha casa, deixei de testemunhar por questão de segundos. Quando lá cheguei, só encontrei a ambulância vazia e cercada de curiosos. Pouco depois Delmo era assassinado no mesmo varadouro em que perdera a vida o motorista de cuja morte era acusado. Por ocasião do julgamento de seus assassinos, o interesse do público era tão grande que meu pai, então presidente do Tribunal de Justiça, teve de distribuir fichas para controlar o ingresso na sala do Júri.

As notícias da crônica policial, sobre ocorrências envolvendo imigrantes, eram freqüentes. Se bem que os envolvidos fossem em número percentualmente insignificante, a pecha de marginais foi estendida a todos, uma generalização injusta para com as dezenas de milhares que vegetavam em condições desumanas no interior dos seringais. Ou mesmo para com aqueles que, em condições apenas um pouco melhores, trabalhavam duramente na cidade.

* * *

Mas a guerra não acabaria sem que outro acontecimento provocasse forte comoção na cidade. Ao final de 1944, os reservistas amazonenses começaram a ser convocados para integrar o último contingente da FEB a seguir para a frente de batalha. Em muitas famílias a convocação era recebida como uma sentença de morte, com choros e lamentações, em meio à presença de vizinhos e amigos que acorriam em solidariedade a mães e irmãs inconformadas. No dia da partida, em dezembro, o pranto foi coletivo, com patéticas cenas de despedida em frente ao quartel do 27.º BC, na praça General Osório, e, mais tarde, no *roadway*, de onde zarparam no *Cambridge* para fazer o transbordo em Belém, rumo ao Rio de Janeiro, e de lá seguir para a Itália, onde desembarcariam em fevereiro de 1945. Depois de algumas semanas de treinamento, foram finalmente encaminhados ao *front*, às vésperas da rendição da Alemanha. Em dezembro, um ano depois da partida, estavam de volta a Manaus, recebidos por uma pequena multidão. Do cais se dirigiram à Catedral, para a missa de ação de graças, mandada celebrar pelos parentes, com a igreja lotada. Em seguida, desfilaram pela Eduardo Ribeiro rumo ao quartel, por entre alas de povo, aclamados como heróis, embora muitos deles nem sequer tivessem entrado em combate.

*Vista da fachada do Ginásio
Amazonense Pedro II e à sua
frente, o Zepelin.*



IV



A ESCOLA NEM SEMPRE RISONHA E FRANCA

*Minha mão pregada na amurada
Por uma flecha lançada de repente
Dos confins de uma juventude que se foi.*

Giorgios Seferis

Pode-se dizer que a escola, pelo menos em nível do curso primário, tinha um caráter essencialmente democrático. Os Grupos Escolares, de ensino público e gratuito, eram frequentados por crianças de todas as classes sociais, que se irmanavam no uso do uniforme azul e branco e do sapato de tênis marrom ou branco. Não o tênis de hoje, sofisticado e variado, mas o de antigamente, simples e de modelo único. No centro da cidade havia sete Grupos: o Marechal Hermes, o José Paranaguá, o Barão do Rio Branco, o Saldanha Marinho, o Nilo Peçanha, o Farias Brito e o Ribeiro da Cunha; com exceção dos dois primeiros, todos ainda existentes. Difícil encontrar uma pessoa com mais de quarenta anos que não tenha estudado em um deles. Eu não fugi à regra e fiz as cinco séries do antigo primário e mais um ano de pré-escolar, que então se chamava de *maternal*, no velho Barão, à época instalado no pavimento térreo do atual quartel da Polícia Militar. No pavimento superior funcionava a Escola Normal, antes de sua mudança para o prédio que hoje ocupa. Eu gostava daque-

Abaixo, grupo escolar Saldanha Marinho, na rua de mesmo nome, ainda hoje existente. Neste prédio foi instalada, em 1909, a "Universidade Livre de Manaus", embrião da atual Universidade do Amazonas. Notar as alterações ocorridas na sua arquitetura, com a supressão de seus belos lambrequins rendilhados.



las salas amplas e arejadas, que mais pareciam salões. Mas gostava ainda mais da minha professora, D. Lucila Freitas, cuja aparência severa ocultava uma alma boníssima. E que tinha especial predileção por mim. Tanta, que me dedicou um livro de H. Van Loon, *História da Humanidade*, nestes termos: *ao Jefferson, o primeiro de sua classe e o primeiro, também, no coração de sua professora*. Creio que só a segunda parte da dedicatória era verdadeira; a primeira ficava por conta do seu confessado amor. Pobre D. Lucila, desaparecida tão cedo e injustamente esquecida nas homenagens que o governo presta aos mestres do passado.

O material escolar era conduzido em pasta de couro marrom, com alça. O livro-texto, "Nosso Brasil", continha narrativas curtas sobre as diferentes regiões do país que um simpático avô ia contando a seus deslumbrados netos. O livro, adotado oficialmente por muitos anos, passava de um irmão a outro, para alívio do orçamento dos pais. Havia mais um caderno grosso, para todas as disciplinas, um outro para desenho e um terceiro de caligrafia. Para escrever, usávamos lápis ou canetas das antigas, que embebíamos em tinteiros da marca "Pelikan". As canetas eram permanentes, mas as penas tinham de ser trocadas com frequência, porque enferrujavam ou se abriam ao meio, tornando-se imprestáveis. Os dedos ficavam sempre manchados de azul, e às vezes, também, cadernos, livros e roupas, quando os tinteiros eram acidentalmente emborcados. Só no curso ginásial ganhei

uma caneta-tinteiro, das comuns, que levava alguns dias para ser recarregada. Mas, foi ao ingressar na faculdade que meu pai me presenteou com uma bela "Parker 51", de corpo bege e tampa dourada, que eu exibia vaidosamente. Além do material escolar, levávamos também, na bolsa, o

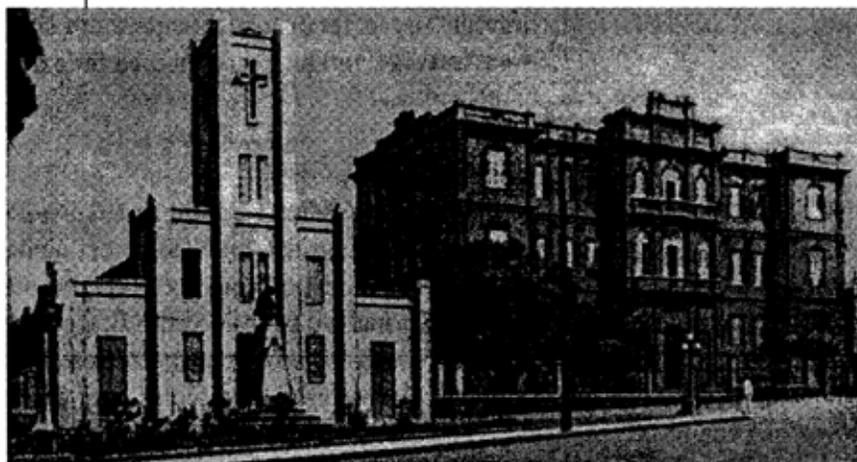
embrulho de merenda, quase sempre um simples pão com manteiga, às vezes enriquecido com uma fatia de goiabada.

* * *

O curso médio, à época, se subdividia em ginásial, com quatro anos, e científico ou clássico ou, ainda, pedagógico, com três anos. Era ministrado nos dois colégios públicos tradicionais, a Escola Normal e o Ginásio Pedro II, e em três grandes colégios católicos, ainda hoje existentes: D. Bosco, Auxiliadora e Santa Dorotéia. Havia, ainda, as escolas com cursos profissionalizantes, como a Escola Técnica e a Escola de Aprendizizes Artífices do Paredão que não atraíam a classe média. E, ainda, os pequenos colégios particulares leigos, mantidos, a duras penas, graças ao esforço de seus fundadores e proprietários. Eram três: o S. Francisco de Assis, do professor Fueth Paulo Mourão, que se manteve alguns anos após sua morte, dirigido pela viúva e por seus filhos; o Rui Barbosa, dos professores Hamilton e Natércia de Brito, que não sobreviveu a seus proprietários; e o Colégio Brasileiro, que conheci modestíssimo, instalado numa velha casa da rua Dr. Moreira, nada fazendo suspeitar que Pedro Silvestre o transformaria num dos maiores colégios da cidade, antes de desaparecer, alguns anos após a sua morte.

Fiz todo o curso médio, do primeiro ginásial ao terceiro científico, no Colégio Dom Bosco, onde ingressei através de um exame de admissão feito com certo rigor, porque as vagas eram muito disputadas, devido a sua boa reputação. Já instalado no prédio onde se encontra até hoje, na avenida Epaminondas, era talvez o maior colégio da cidade, com alunos exclusivamente do sexo masculino, da mesma forma que os colégios de freiras só admitiam moças. Era norma das escolas católicas, que não permitiam mistura de sexos.

Igreja e Colégio
D. Bosco.



LETRAS DE MÚSICAS

Nos colégios católicos, músicas sacras eram cantadas pelos alunos, em português e em latim.

Estranhei muito a mudança de ambiente. A disciplina era rigorosa e os horários bastante rígidos. Às sete horas as portas eram fechadas e nos dirigíamos para a capela, situada à direita do prédio principal, onde assistíamos obrigatoriamente à missa, geralmente cantada, e ouvíamos um sermão, proferido pelo oficiante ou pelo próprio diretor, padre Stélio Dalison. Ainda hoje sei de cor músicas como *Queremos Deus*, *Com Minha Mãe Estarei* e o *Tantum Ergum* inteiro, em latim. Após a missa seguíamos em fila para as salas de aula. No meio da manhã tínhamos quinze minutos de recreio, ao fim do qual nos reuníamos no pátio e, depois de breve oração, retornávamos às salas novamente em fila. Ao término do último tempo, ainda uma prece ligeira, antes de sermos liberados. Qualquer infração às regras era punida implacavelmente e negado ao acusado o direito de defesa. Em cada sala de aula havia um *decurião*, aluno da confiança do padre-conselheiro, encarregado de espionar os colegas. Ao final das aulas o moço entregava ao padre uma lista com os nomes dos companheiros que, à sua discrição, haviam-se comportado mal. Estes ficavam retidos para o castigo, que consistia em perma-



Padre Agostinho.

necer de pé por trinta ou sessenta minutos. Muitas vezes sofri a punição, junto com outros, no velho barracão, ao lado do campo de futebol. Ficávamos, às vezes, até uma hora da tarde, mortos de fome, sob a vigilância do padre Agostinho que, sentado, lia tranquilamente o jornal. Nos casos considerados mais graves aplicava-se a pena de suspensão e, excepcionalmente, de expulsão. Inútil qualquer tentativa de defesa, sempre repelida com palavras grosseiras, às vezes seguidas de sinetadas na cabeça. Isso quando se tratava do padre Agostinho, porque com outros podia ser pior. Jamais poderei esquecer do padre João Rotini, um italiano de físico avantajado, cujas mãos, semelhantes a manoplas, costumavam cair pesadamente sobre o rosto ou a nuca dos que ousavam desafiar-lhe a autoridade. No caso do padre Agostinho é preciso fazer-lhe justiça, como eu e muitos outros fizemos, por ocasião do seu centenário. É que, além de não chegar a esses extremos de violência, diferentemente dos outros, sentia e demonstrava um grande amor pelos seus alunos. Deu inúmeras provas disso, mas vou recordar apenas uma, que me parece bastante expressiva. Naquele tempo, o comunismo era a *bête noire* da Igreja, para quem os comunistas eram a própria encarnação do Anticristo. E os salesianos não fugiam à regra. Ao contrário, enfileiravam-se entre os mais exaltados e intolerantes. É preciso ter isto em mente para compreender a grandeza do padre Agostinho no episódio que vou narrar. No imediato pós-guerra chegava a Manaus Ivan Ribeiro, filho de Ribeiro Jr., candidato a deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro, então na legalidade. Como ex-aluno salesiano, Ivan mandou um emissário perguntar ao padre Agostinho se poderia visitá-lo, ouvindo em resposta que seria recebido com todo o carinho, como efetivamente aconteceu. Não preciso dizer que o gesto do bom padre foi antes de tudo um ato de coragem, pelas reações que provocou em seus colegas de ordem, tomados de um espírito de intolerância a

que não escapavam mesmo aqueles mais intelectualizados. Lembro que o padre Stélio, de enorme talento e extraordinário orador sacro, durante uma aula de religião, contestado timidamente por mim sobre uma questão de teologia, respondeu com ironia e rispidez e, em seguida, abandonou a sala, sem disfarçar a irritação. Pude compreender, naquele momento, que um educador salesiano daquele tempo, por sua formação, não estava preparado para aceitar como normal o livre debate com alunos.

Tudo isso não impedia, porém, que reinasse um ambiente de grande camaradagem em cada turma. Entre os meus colegas, alguns se tornaram meus amigos, como Luiz Maximino de Miranda Corrêa, Mário Alberto Monteiro, Luiz Alberto Couto e Gilberto Alexandre Barbosa, o Gil, pioneiro do moderno colunismo social no Amazonas. Outros daqui se foram e não mais vi, a não ser em rápidos e eventuais encontros, como Pompeu Martinho, Rafael Gil Blanco, Cláudio Marçal Mendes. Com outros, também, apesar de não pertencer à minha turma, estabeleci laços de amizade que se consolidaram ao longo dos anos, tais como Augusto Lacerda, o *Gutinho*, e Mário Jorge Morais, para citar apenas dois.

Com os professores, igualmente, a convivência foi boa e até mesmo cordial. Eram leigos, em sua maioria, recrutados entre os melhores da cidade. Muitos já se foram, levados pela *indesejada das gentes*, como o velho Carneiro, de Geografia Geral, Sebastião Norões, de Geografia do Brasil, Herbert Palhano, de Português, Júlio Valois Ferreira, de Francês, Fueth Paulo Mourão, de Matemática e Paulo Jobim, de História do Brasil e Mário Jorge do Couto Lopes, que lecionou História Geral. Os demais eram padres salesianos, quase todos estrangeiros, de passagem por Manaus, onde ficavam por pouco tempo. Dos brasileiros que eu consigo lembrar, apenas os padres Severo e Pereira Neto, e efetivamente aqui radicados, os padres Stélio e Agostinho. O tratamento dispensado aos mestres era respeitoso, a começar pela



Professor Fueth Paulo
Mourão.

saudação obrigatória que lhes fazíamos, ao nos levantarmos à sua entrada na sala. Muitos gozavam de nossa estima e por eles tínhamos um respeito natural. Outros, apenas aturávamos e não hostilizávamos unicamente por temor à punição. Mas nem todos eram poupados, vítimas de colegas nossos que não se intimidavam com o severo regime disciplinar. Augusto Lacerda, o Gutinho, era um desses. Rebelde, indomável, gaiato, era freqüentador habitual das listas dos decuriões. Não perdia oportunidade de atenuar a vida dos colegas e professores. Como aconteceu certa vez com o padre Orlando, nosso professor de Latim, com um método de ensino *sui generis*, que consistia em nos fazer cantar em coro as desinências e terminações verbais. Por isso, embora não tenha aprendido Latim, nunca mais esqueci, por exemplo, o presente do indicativo do verbo SER, pois cansei de gritar, com os outros, as letras e/ou sílabas finais: M, S, T, MUS, TIS, NT. Essas cantorias às vezes degeneravam em chacota e bagunça, que o padre, irritado, não vacilava em punir. Foi o que aconteceu no dia do seu aniversário, que Gutinho descobriu não sei como. Quando o padre surgiu, para a aula costumeira, Gutinho se adiantou, proferiu meia dúzia de palavras de saudação e entregou-lhe o presente num vistoso embrulho. Surpreendido com a homenagem, principalmente porque prestada por um dos alunos mais indisciplinados, Orlando, que tinha uma careca lustrosíssima, tipo bola de bilhar, começou a desembulhar o presente, quase às lágrimas. E teve uma surpresa ainda maior, ao deparar, no fundo da caixa, com um pente de bom tamanho. Infelizmente, o padre não tinha mesmo senso de humor e, aos gritos, expulsou o gozador da sala. Outra vez, Gutinho implicou com um funcionário leigo do colégio, que eventualmente ministrava aulas. Era extremamente carola e tinha uma vozinha fanhosa que em nada o ajudava, em termos de simpatia. Um dia Gutinho o provocou, discutiram e ele adotou uma postura agressiva, que levou o primeiro a desafia-lo para uma briga, com

ou sem armas, à sua escolha. Imediatamente, o homenzinho meteu a mão no bolso do paletó e exclamou: *Esta é a minha arma!* ao mesmo tempo em que exibia, não um revólver, mas um enorme rosário de contas negras. Desta vez o surpreendido foi Gutinho, com a briga frustrada de maneira tão incomum.

Mas a grande maioria dos alunos preferia evitar confrontos com os padres. E muitos descarregavam suas mágoas e energias naquela grande explosão diária que era o *canindé*. Jamais consegui descobrir a origem desse nome, aplicado à gigantesca pelada, que se caracterizava pela total ausência de regras. Apenas, como exceção, não se podia carregar a bola com a mão. No mais, valia tudo. A começar pelo número de participantes, sem limite, e pela inexistência de times organizados. No início do recreio, os aficionados corriam, em grande algazarra, em direção ao campo, ao lado da Saldanha Marinho, e davam início à partida. Sem a presença de árbitro, cerca de uma centena, talvez, de peladeiros chutavam a bola de qualquer maneira, livrando-se dos adversários aos trancos e empurrões, numa louca correria que durava até o toque do sino anunciando o fim do recreio.

Tínhamos um derivativo, também, nas sessões de cinema e espetáculos realizados no teatrinho que se erguia à esquerda do edifício principal, ao nível do primeiro andar, com o qual se ligava através de um passadiço. Ali, muitas vezes, se exibiu a dupla Lulu & Mourão que nos arrancava boas gargalhadas com seu talento histriônico. O Mourão não era outro senão Fueth Paulo Mourão, nosso professor de Matemática e diretor do Colégio S. Francisco de Assis; e o Lulu era aquele que mais tarde se transformaria no sisudo desembargador Luiz Furtado de Oliveira Cabral. Lamentavelmente, aquele pequeno espaço cultural desapareceu e nada foi feito para substituí-lo.

Fora do colégio, quando nos sentíamos saturados de aula, formávamos grupos para melhor aproveitamento da gazeta, um



Parque 10 de Novembro.

salutar exercício de higiene mental. Quando previamente combinada, já vestíamos por baixo da farda o calção de banho, porque o destino era o Parque 10 de Novembro, onde passávamos o resto da manhã. Quando a gazeta era improvisada, saíamos a esmo, para namorar, jogar sinuca, *conversar fiado* em alguma praça ou, então, por desfastio, dar *espeta* em algum botequim. Com dinheiro curto, fazíamos despesas relativamente pequenas, mas superiores às nossas parcas mesa-

das. Mandávamos servir refrigerantes, refrescos, cerveja, croquetes, pastéis e cigarros, e esticávamos o papo durante horas. À certa altura, e a um sinal combinado, saíamos em desabalada carreira, dispersando-nos em várias direções, a fim de dificultar a perseguição, quase sempre infrutífera. Um dos grandes calotes que demos foi no Pimpão, dono de um barzinho situado na esquina de Epaminondas com 24 de Maio, em frente ao colégio. A partir daí, o português, gato escaldado, passou a exercer severa vigilância sobre os grupos que lá apareciam, o que nos obrigou a procurar novas vítimas.

Mas o nosso grande momento de satisfação ocorria mesmo durante o desfile da Semana da Pátria, quando o Dom Bosco era sempre o mais aplaudido. Tínhamos orgulho da vistosa farda de gala, que fazia com que nos sentíssemos integrantes de um regimento imperial. Na cabeça o quepe alto, com a pala caindo sobre os olhos e o barbicacho circundando o rosto. Sobre os ombros, as platinas azuis, com as divisas em ouro. A túnica branca, de mangas compridas, com botões dourados e as mãos calçadas com luvas de algodão. Na parte inferior, a calça azul-marinho caía sobre os sapatos pretos, parcialmente cobertos por polainas brancas. Isoladamente, o uniforme já fazia efeito, e muito mais ainda no conjunto de cerca de 1.200 desfilantes. À

frente, uma afinada banda com dezenas de tambores e cornetas, seguida de um pelotão a cavalo e, logo após, por um contingente de uma centena ou mais de ciclistas, aos quais se seguiam os pelotões a pé, entre os quais se intercalavam um cavaleiro e um porta-bandeira. Nossa apresentação era sempre aguardada com ansiedade pelo público, que explodia em aplausos tão logo o nome do colégio era anunciado. Descíamos a Eduardo Ribeiro em estado de graça, com a mesma sensação que deviam experimentar os participantes de um triunfo romano. Terminado o desfile, exaustos mas felizes, fomos saborear o êxito junto às alunas dos colégios femininos, especialmente da Auxiliadora, que reunia as garotas mais bonitas da cidade e pelas quais tínhamos especial, e recíproca, predileção.

Afinal, chegou o dia em que, concluído o científico, tive de dar adeus – apesar de tudo, com saudade – ao velho colégio. Posteriormente, nas poucas vezes que lá voltei, não pude conter uma funda emoção ao rever aqueles extensos corredores que percorri durante sete longos anos da minha juventude.

* * *

Chegava o momento crucial da escolha de uma profissão. Por algum tempo me senti atraído pela Medicina. Um engano, a que fui levado, talvez, pelo prestígio social de que gozava o médico naqueles anos. Ainda cheguei a estudar o programa do vestibular, que logo abandonei, ao verificar que não possuía nenhum talento para Matemática, Física e Química, todas matérias eliminatórias. Assim, antes de começar, dei adeus à arte de curar, fazendo meu pai economizar um gasto inútil com a minha viagem a Salvador, e poupando à classe médica o acréscimo de mais um profissional medíocre. Logo descobri que minha vocação era mesmo para a área de humanidades e cuidei de ingressar na nossa

*Faculdade de Direito
do Amazonas.*



Faculdade de Direito. O que aliás consegui sem muita dificuldade e sem cursinhos que, ainda, não existiam. Eu havia feito um curso médio regular; a disputa não era acirrada, com a proporção de três a quatro candidatos por vaga, de forma que passei sem esforço na primeira tentativa.

A velha *Jaqueira*, como lhe chamávamos carinhosamente – esvaziada a palavra do sentido pejorativo original – era conservadora e tranqüila. Ainda no regime seriado, o curso se escalonava em cinco turmas, cada uma correspondendo a uma série, da 1.ª à 5.ª. Com trinta alunos, em média, por turma, o total não ia além de cento e cinqüenta. Todos se conheciam e a maioria se relacionava entre si. Não havia curso noturno. Geralmente tínhamos duas aulas de manhã e duas à tarde, a última encerrando às 18 horas, com o sino da Igreja dos Remédios tocando o Angelus. Os professores somavam cerca de duas dezenas e constituíam um corpo de elite, alguns deles em condições de lecionar em qualquer curso jurídico do país. O transcurso do tempo não me fez esquecer as aulas brilhantes de Aderson de Menezes, Manuel Barbuda, Oyama Ituassú e Francisco Xavier de Albuquerque, o *Xavico*, este ainda muito moço, mas já mostrando o dedo do gigante. Ainda durante os meus anos de Faculdade, eles tiveram de se submeter ao crivo do concurso para o preenchimento das respectivas cadeiras, e todos se saíram bem, com exceção de Barbuda, vítima de circunstâncias adversas.

O regime seriado, então vigente, mantinha os mesmos alunos juntos durante cinco anos, com pequenas modificações causadas por transferências, mortes, desistências ou reprovações. Por outro lado, como o período letivo se estendia por um ano, e não por um semestre, o convívio com os professores também era prolongado. Em algumas disciplinas se estendia por dois anos o contato com o mesmo profes-



Igreja dos Remédios.

sor que, no caso de Direito Civil, chegava a quatro anos. Como é natural, essa convivência criava fortes laços de camaradagem dos alunos entre si e com os professores. Ao final do ano, por ocasião da última aula, a turma apresentava suas despedidas ao professor, através de um aluno designado para saudá-lo. Coube a mim, por exemplo, na primeira série, saudar Aderson de Menezes, professor de Teoria Geral do Estado, o que fiz com muita alegria porque ele era um mestre realmente fora de série. A amizade com os professores, no entanto, era respeitosa e formal, porque o formalismo marcava o comportamento de quase todo o corpo docente. A começar pelo traje, obrigatoriamente paletó e gravata, assim como pelo tratamento que davam aos alunos, sempre polido, às vezes cordial, jamais, porém, caloroso. Intimidade, então, nem pensar. Da formalidade no trajar não escapavam os próprios alunos, obrigados também ao uso do paletó, embora sem gravata. Para alguns a exigência constituía um pesado ônus, fosse por carência financeira, fosse por aversão ao paletó. Um dos nossos colegas atravessou os cinco anos com um único casaco, guardado na portaria, onde ele o vestia apenas para entrar na sala de aula. No fim do curso promoveu-se uma tocante “cerimônia de adeus”. Na calçada fronteira à Faculdade, a turma inteira presente, foi solenemente incinerado o velho e amarfanhado jaleco.

Emprestava-se formalidade até às provas parciais. Os alunos não podiam entrar livremente nas salas. Tinham de aguardar no corredor, até que se procedesse à chamada, quando iam entrando e tomando assento, um a um. Em seguida, entrava a banca examinadora, composta de três professores que mandavam o bedel fazer a distribuição dos papéis de provas, e ficava-se na expectativa ansiosa do sorteio do ponto. Este era feito pelo secretário, já então meu amigo Arnaldo Rosas, que entrava na

sala sopesando a urna. Com a meticulosidade habitual, Arnaldo colocava dentro as papeletas numeradas, sacudia a caixinha e chamava um aluno para sortear o ponto, que ele anunciava com o seu conhecido vozeirão. Só então a prova era iniciada.

Soleníssima era a cerimônia de formatura, geralmente no Teatro Amazonas, com mesa armada no palco, onde marcavam presença altas autoridades, inclusive o governador do Estado e toda a congregação em vestes talares.

O senso de ordem e disciplina se achava estampado no próprio edifício da faculdade, o velho casarão da praça dos Remédios, antigo mas bem cuidado, o que se notava logo ao entrar em seu amplo vestibulo de assoalho impecavelmente encerado.

Minha turma era coesa, com os seus integrantes mantendo um relacionamento amistoso, o que nos permitia agir quase sempre em bloco, com poucas dissensões. É curioso que, apesar disso, depois de sairmos da Faculdade jamais nos tenhamos reunido numa festa de conagração. Mas sei que a amizade se conservou entre quase todos. Dentre outros, faziam parte da turma Francisco Queiroz, Arlindo Porto, Maury Bringel, Pedro Soriano de Mello, Eduardo Donald, Lúcio Cavalcante, Aristóteles Mello e João Chrysóstomo de Oliveira, o mais velho de todos. O contingente feminino, formado por Yole Diniz, Moema Rabello, Elza Araújo, Maria de Lourdes Guerra, Josefina Dias e Dulce Freitas, era o mais numeroso da Faculdade, onde havia turmas que não contavam com uma só mulher. Essa presença feminina acabou provocando o surgimento de dois romances que resultaram em casamento: o de Hélio Lima com Elza, e o de Pedro Mello com Moema, a doce Moema, tão cedo desaparecida.

Tive uma vida acadêmica agitada, não tanto dentro da Faculdade, onde me limitei a participar de júris simulados e concursos de oratória, além de emprestar apoio a colegas candidatos



Arlindo Porto.

TURMA DA FACULDADE

A Faculdade de Direito era o único estabelecimento de ensino superior da cidade oficialmente reconhecido.

Vista do interior do Teatro Amazonas.



ao Diretório. Mas fora tive intensa atuação na campanha do *Petróleo é Nosso*, que resultou na criação da Petrobras e na instituição do monopólio estatal. Os comícios eram convocados pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, que no Amazonas tinha como presidentes de honra Djalma Batista, André Araújo e meu pai, Arnaldo Péres. Foi uma campanha que empolgou o país e, depois de vitoriosa, evoluiu para a defesa de outros temas, sob a égide da Frente Nacionalista, da qual fui o primeiro presidente no Amazonas. Ao mesmo tempo, eu ajudava Francisco Queiroz a criar um movimento de âmbito local, a Cruzada Amazonense de Resistência, de protesto contra a situação semicaótica da administração estadual. Depois de algum tempo, deixei de falar nos comícios da Cruzada, embora continuasse solidário ao movimento, atendendo a um apelo do meu pai que, por sua vez, atendia a pedidos de amigos comuns dele e do então governador Álvaro Maia.

Ao final do curso, como não poderia deixar de ser, tivemos uma festa de formatura rigorosamente dentro do figurino, cumprida uma programação que se iniciava com a missa solene na Catedral e terminava com o baile no Ideal Club. De permeio, a cerimônia de entrega dos diplomas, no Teatro Amazonas, presente toda a congregação, em vestes talares. Foi orador da turma Francisco Queiroz que me vencera na disputa por uma diferença de dois ou três votos. Na ocasião, recebi um cintilante anel de ouro e rubi que, por algum tempo, exibí, orgulhosamente, no dedo anular, mas cedo arqueei, quando percebi que anel de grau não dá *status* a ninguém.

V



A CENA POLÍTICA: DRAMA E COMÉDIA

*A cena política foi também
para mim um puro encantamento.*

Joaquim Nabuco

Em 1945, com a convocação de eleições para Presidente da República e para a Assembléia Nacional Constituinte, a nação se reencontrou com a democracia, após um longo jejum de quase oito anos. Logo se constituíram dois grandes partidos, o PSD, congregando os políticos egressos do Estado Novo, e a UDN, aglutinando os que se haviam oposto à ditadura. Além desses, surgiu ainda meia dúzia de organizações de menor porte, das quais tinha alguma expressão o PTB, que reunia os getulistas mais fiéis.

As seções estaduais do PSD eram dirigidas pelos ex-interventores, com sustentação principalmente nos remanescentes do coronelismo no interior. A UDN também, mas com penetração bem maior na classe média urbana. Era assim em todo o Brasil, e o Amazonas não fugiu à regra. O grande líder pessedista era Álvaro Maia, que governara o Estado, com pequena interrupção, desde 1930 – uma figura quase mitológica. À frente da UDN, Manoel Severiano Nunes, ex-auxiliar do governo e compadre de Álvaro, com o qual se desentendera por motivos até hoje não



Álvaro Maia.

muito bem explicados. A campanha se travou com ênfase nos candidatos a Presidente, o brigadeiro Eduardo Gomes e o Marechal Dutra, com o candidato comunista, Yedo Fiúza, concorrendo sem nenhuma chance. A campanha udenista empolgou a cidade, com seus símbolos, como o lenço branco acenado nos comícios, suas frases de efeito, *o preço da liberdade é a eterna vigilância*, e seus slogans, *vote no brigadeiro, que é bonito e é solteiro*. Como se não bastasse, era candidato pela UDN a uma das vagas no

Senado, outro mito estadual, Adriano Jorge. Tudo inútil. Não obstante a neutralidade do governo, chefiado pelo Desembargador Stanislau Afonso, a máquina pessedista funcionou, elegendo Álvaro Maia e Waldemar Pedrosa para o Senado e Leopoldo Péres, Cosme Ferreira e Pereira da Silva para a Câmara Federal. As outras duas vagas de deputados ficaram com Severiano Nunes, pela UDN, e Leopoldo Neves, pelo PTB.

Promulgada a Constituição, em 1946, no ano seguinte realizavam-se as eleições para a Assembléia Constituinte estadual, para Governador do Estado e para a terceira vaga de senador. A campanha, que se desenrolou nos últimos meses de 46 e nos primeiros dias de 47, foi das mais apaixonantes, pois o povo não escolhia o governador desde 1930, já que a eleição de 1934 fora indireta, pela Assembléia. Os candidatos eram Ruy Araújo ao governo e Cunha Melo ao Senado, pelo PSD. Do outro lado, uma surpreendente aliança PTB-UDN lançava Severiano Nunes para o Senado e Leopoldo Neves para o governo. O candidato pessedista ao governo era conhecido pela sua integridade moral e franqueza. Ex-chefe de Polícia e ex-secretário-geral do Estado, no exercício dessas funções ganhara fama de não prometer nem tapear, dizendo *não* tranqüilamente quando lhe faziam pedidos que não podia ou não queria atender. Mas exatamente essa virtude era apontada como defeito pelos seus adversários, que o

acusavam de tratar grosseiramente os que o procuravam. Seu competidor, chamado carinhosamente de Pudico, também com fama de homem probo, em pouco tempo conquistou enorme popularidade, especialmente junto à população mais pobre. Para isso contribuiu a exploração habilidosa da palavra *gentinha*, que teria sido empregada por um candidato do PSD em relação ao povo humilde. Uma repetição da técnica utilizada um ano antes contra o brigadeiro Eduardo Gomes, impopularizado pela palavra *marmiteiro*, que em verdade nunca usou. Além disso, o



Neste edifício funcionou o jornal A Tarde.

interventor federal, Syzeno Sarmiento, discretamente favorecia a máquina udenista no interior. Como se não bastasse, os dois jornais de maior circulação na cidade, *O Jornal* e o *Diário da Tarde*, desencadearam uma violenta e demolidora campanha contra a candidatura de Cunha Melo. Deram-lhe o apelido de *meteco*, por ser pernambucano e estar há muitos anos afastado do Amazonas, com ataques pessoais que não lhe poupavam a vida privada, culminando com a publicação, às vésperas da eleição, de uma fotomontagem em que aparecia vestido de Carmem Miranda. O resultado não poderia ser outro senão, como aconteceu, a vitória de Pudico e Severiano.

A grande surpresa foi a Assembléia, para a qual foram eleitos alguns chefes políticos do interior, intelectualmente limitados, mas também um grupo bastante expressivo de estreantes do melhor quilate. Assim, pela UDN, elegeram-se Abdul Sá Peixoto, Paulo Nery, Jaime Araújo e Gama e Silva; pelo PSD, Arthur Virgílio Filho e Aderson Menezes; pelo PTB, Áureo Mello, Plínio Coelho e Aristophano Antony; e, como solitário representante do PTN, Vicente de Mendonça Júnior. Neófitos em política, alguns deles, porém, já tinham experiência de lutas estudantis, com militância na Liga de Defesa Popular, um movimento constituído por estudantes de Direito, sob a liderança de Arthur Virgílio e de Paulo

Nery, que já era professor da Faculdade. Surgido no final do Estado Novo, o movimento foi tolerado pelo governo, que permitiu a realização dos seus comícios, nas imediações do Relógio Municipal, mas veio a ser reprimido na interventoria Júlio Nery, desaparecendo a seguir, com o início da campanha eleitoral.

Essa primeira legislatura foi marcada por dois acontecimentos de ampla repercussão. O primeiro, conhecido como o *caso da mudança*, surgiu quando a Assembléia, já transformada em Legislativa, com a promulgação da Constituição estadual, mudou-se do prédio do Instituto de Educação, onde se instalara a Constituinte, para os altos da Biblioteca Pública, na rua Barroso. A mudança foi efetuada pela Mesa Diretora e implicou gastos vultosos. Quando se fez a prestação de contas e foi dado a conhecer o montante das despesas, o assunto pegou fogo. Arthur Virgílio, líder do PSD, fez a denúncia, num discurso inflamado, ao qual a imprensa deu a maior divulgação, e a coisa ganhou as proporções de um escândalo. O novo presidente da Assembléia era o *coronel* José Negreiros Ferreira, homem de poucas letras, chefe político de Borba, com grandes castanhas e seringais no rio Aripuanã, e fiel soldado da UDN. Mas diante da pressão, Negreiros decidiu constituir uma comissão de inquérito, que tinha o udenista Gama e Silva como presidente e o próprio Arthur Virgílio, pessedista, como relator. Os trabalhos se desenrolaram durante semanas, dezenas de depoimentos foram tomados, pilhas de documentos examinados, apurando-se fatos como a compra de um caríssimo aparelho de som, que nunca fora entregue, e o não recolhimento do pequeno saldo constante da prestação de contas. O aparelho não apareceu, mas o dinheiro foi trazido por um deputado, que o guardara em casa alegando falta de segurança no prédio da Assembléia. Terminado o inquérito, com



Relógio
Municipal.

relatório conclusivo, apontando todas as irregularidades, Negreiros levou os autos para casa e, depois de alguns dias, exarou um longo despacho que, pelo seu inusitado, haveria de se inscrever definitivamente em nossa história político-administrativa. Após uma série de *considerando*, concluía com esta pérola: *Considerando, finalmente, que onde há saldo não há esbanjamento*. E mandava arquivar o inquérito. No outro dia Arthur Virgílio dava uma longa entrevista à imprensa contra a decisão esdrúxula e terminava dizendo, em gozação: *Quebraram a espada do coronel*. Ao tomar conhecimento dessas declarações, o velho Negreiros tirou um enorme facão que trazia à cintura e comentou: *Este aqui ninguém quebra*.

Outro acontecimento rumoroso foi a cisão do PTB e o rompimento da ala dissidente com o governo de Leopoldo Neves. O núcleo principal do PTB amazonense era constituído pela antiga *Colméia*, uma agremiação literária informal que se reunia frequentemente na casa do velho Vivaldo Lima, na rua Rui Barbosa, ainda hoje de pé. Ali, Plínio, Áureo, Kideniro Teixeira e alguns outros se encontravam, a pretexto de debater literatura, mas na verdade para se deliciarem com a comida servida pelo anfitrião, que tinha uma das melhores cozinheiras da cidade. Vivaldo, que se dava ao luxo de colecionar cinco diplomas de curso superior, tinha também veleidades literárias e gostava de se cercar de intelectuais. Daí para a política foi um passo. Com a redemocratização, fundaram o Partido Trabalhista no Amazonas, sob a presidência de Vivaldo e fizeram o governador, uma vez que Pudico era filiado ao partido, pelo qual se elegera deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 45. Ao tomar posse no governo, cedeu a vaga de deputado federal para Vivaldo Lima, que era seu suplente. Plínio e Áureo, deputados estaduais, em poucos meses se desentenderam com Pudico e passaram a criticá-lo da tribuna da Assembléia. Como Vivaldo permaneceu fiel ao governo, os



Vivaldo Lima.

dois, junto com outros, criaram uma ala dissidente do PTB, extremamente aguerrida em seus ataques ao governo e à direção do partido. Áureo, então, fazia um sucesso enorme com sua oratória cascadeante, em que as palavras saíam aos borbotões. As galerias ficavam cheias de espectadores curiosos por ouvi-lo. Era, também, excelente articulista – ainda está bem vivo, graças a Deus, mas não sei se conserva a antiga forma – e escrevia como falava, batendo seus artigos quase sem fazer pausa. Combativo, mas elegante, evitava os ataques pessoais, desde que não o provocassem. Então, virava fera e sabia ser ferino e desagradável. Foi o que aconteceu. Um dia, Pereira da Silva declarou ter ouvido Vivaldo Lima chamar os dissidentes de *patifes*, que teriam cometido o pecado da ingratidão. Foi o bastante. Áureo respondeu através da imprensa, com um artigo virulento desde o título: *Patife és tu!* Nesse mesmo dia, após a sessão da Assembléia, Plínio e Áureo entraram no bar Avenida para tomar um refrigerante, quando foram abordados por dois filhos de Vivaldo Lima em atitude hostil. Imediatamente, Áureo sacou do revólver, Plínio ameaçou fazer o mesmo, mas antes que o *bang-bang* começasse, houve a intervenção de terceiros, que afastaram os contendores, e o incidente morreu ali. Pouco depois, com a morte de Vivaldo Lima, a ala dissidente assumia a direção do partido, com Plínio na presidência.

Muitos encaravam a política como uma guerra, dura mas leal, com seu próprio código de honra. Outros já iniciavam a vida pública com todos os vícios dos mais velhos, e alguns se desiludiam muito cedo. Foi o que ocorreu com o poeta Kideniro Teixeira, candidato do PTB, que ingenuamente confiou na lealdade de um amigo e concorrente, já falecido, mas cujo nome prefiro omitir. Naquele tempo ainda não havia cédula oficial. As *chapas*, como eram chamadas, uma para cada cargo, eram impressas e distribuídas pelos próprios candidatos ou seus cabos eleitorais. Isto, como

VOTO DE CABRESTO

Um grande número de eleitores comparecia às urnas com cédulas distribuídas por cabos eleitorais, sem sequer saber em quem estava votando.

é evidente, favorecia em muito o *voto de cabresto*, porque o eleitor analfabeto, ou quase, recebia dos aliciadores um envelope com um conjunto de chapas que nem examinava. Na cabine indevassável, apenas transferia as chapas para o envelope rubricado pelos mesários, que a seguir depositava na urna, sem saber em quem estava votando. Além disso, o eleitorado era pequeno. Dependendo da legenda, era possível eleger-se deputado estadual com menos de mil votos. Pois bem, o candidato de quem estou falando conseguiu, com a ajuda de amigos, arrebanhar cerca de duzentos eleitores da Terra Nova e do Careiro, que deveriam votar aqui. Mas tinha o problema do alojamento, já que os eleitores teriam de ser trazidos na véspera da eleição, pernoitando em Manaus, para serem levados no dia seguinte às seções eleitorais. Kideniro estava aflito porque esses votos, somados aos que contava como certos na capital, e mais alguns pingados no interior, seriam suficientes para elegê-lo. Ao narrar o seu problema para um dileto amigo, também candidato, mas pela legenda da UDN, ouviu do confidente palavras de solidariedade e uma oferta generosa. Sem pedir nada em troca, comprometia-se a conseguir com a Diretoria do Clube Amazônico de Regatas, da qual fazia parte, a cessão da sua garagem náutica, no começo da avenida Joaquim Nabuco. E realmente, horas depois, informava que a autorização fora concedida. Escusado dizer que o nosso candidato ficou radiante e se desfez em agradecimentos. Na véspera do pleito, pegou uma lancha e passou o dia recolhendo os eleitores, que despejou à tardinha no local cedido e foi dormir, cansado mas feliz, sonhando com a deputação. Acordou bem cedo e dirigiu-se, cerca de 7 horas, à garagem para verificar, com surpresa e raiva, que estava deserta. O seu generoso amigo passara mais cedo ainda e levara todos. Ao término da apuração, o nosso candidato estava derrotado por menos de cem votos. Desgostoso, renunciou à vida pública. Quanto ao espertalhão, elegeu-se e continuou deputado por várias legislaturas.



LUIZ CARLOS PRESTES

Líder do PCB e figura mítica, reverenciado pelos comunistas brasileiros.

Com a redemocratização do país, em 1945, o Partido Comunista obteve sua legalização após um longo período de clandestinidade. E emergiu montado na crista de uma onda de popularidade sem precedentes. Dois motivos contribuíam para a elevação do prestígio do PC. Primeiro, a vitória da União Soviética sobre a Alemanha Nazista na Segunda Guerra Mundial recém-terminada; segundo, a figura mítica de Luiz Carlos Prestes, ungida de heroísmo por sua participação na legendária Coluna que recebeu seu nome, e aureolada de martírio por sua longa permanência nos cárceres do Estado Novo. Para a Constituinte de 46 o partido elegeu uma expressiva representação, Prestes à frente, como senador pelo Distrito Federal, e uma bancada de 17 deputados, entre os quais Jorge Amado, Pedro Pomar, João Amazonas, Carlos Marighella e Maurício Grabois, os dois últimos mortos pela repressão na década de 70. No Amazonas não conseguiu eleger um único representante, apesar da vibrante campanha liderada por Ivan Ribeiro, filho de Ribeiro Júnior, candidato à Câmara Federal. Seu dirigente maior era o jornalista Aldo Moraes, também diretor do jornal oficioso do Partido, "A Luta", na verdade um boletim semanário mimeografado. Eram filiações, também, expressivas figuras da comunidade, tais como advogados, médicos, professores e intelectuais, tudo indicando que o Partido cresceria ainda mais, apesar do fracasso nas urnas. Mas logo sobreveio a decisão da Justiça Eleitoral que o jogou na ilegalidade, seguida da cassação dos mandatos dos seus parlamentares. A partir daí o PC continuou vivo como organização ilegal, mas seus quadros começaram a minguar. Aqui, sua direção ficou reduzida a uma dúzia de pessoas, entre as quais, Francisco Alves dos Santos, Letício de Campos Dantas, Gualter Aguiar, Belarmino Marreiro e meu tio Geraldo Campello. Além das reuniões sigilosas, realizadas em diferentes locais, costumavam encontrar-se na barbearia de Belarmino, na rua Joaquim Sarmiento, onde ficavam horas discutindo política e

doutrinando fregueses. Devido à minha participação na “Campanha do Petróleo é Nosso”, eu era tido como um “simpatizante”. Por isso um dia a direção do PC enviou dois emissários à minha casa para me convidarem a disputar a vereança pelo Partido Social Progressista. Sem experiência, nem dinheiro, ainda assim anuí ao convite, esperançoso de que o apoio do partido fosse suficiente para me eleger. Ganhei apenas uma segunda suplência e a disposição de nunca mais me candidatar a coisa nenhuma. Nos pleitos seguintes, o PC continuou em suas tentativas de eleger representantes em pleitos locais, até que finalmente conseguiu colocar na Câmara Municipal o vereador Manoel Rodrigues, cassado e preso em 64. Seus dirigentes mais conhecidos, porém, jamais se candidatavam, apenas trabalhavam, com a mais completa desambição, em favor do partido. Neste particular, creio que Geraldo Campello é uma figura exemplar de idealista inteiramente devotado à sua causa. Demitido injustamente do Banco da Borracha (hoje, Banco da Amazônia) após um movimento grevista, ficou marcado e não mais conseguiu emprego em parte alguma. Passou, então, a trabalhar para o partido em tempo integral e dedicação exclusiva, sobrevivendo franciscanamente graças a pequenas comissões recebidas pela venda de jornais como *Imprensa Popular* e *Voz Operária*, revistas como *Problemas da Paz e do Socialismo*, e livros como a *História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*. Suas únicas atividades de lazer consistiam em assistir, esporadicamente, a brigas de galos e partidas de futebol, aos domingos. Os outros dias da semana eram dedicados ao PC, de manhã, de tarde e de noite. Sempre em companhia de Maria Pucu, primeiro como namorada, depois como esposa. Jamais os vi em colóquio amoroso ou em discussão sobre assuntos domésticos. Os problemas ideológicos e partidários monopolizavam suas conversas. O partido parecia ocupar todos os seus espaços mentais e temporais. Por mais de uma vez teve sua casa vasculhada por forças

policiais e militares, com apreensões de seus livros jamais devolvidos. Durante o governo Dutra, quando o PC sofreu dura perseguição, esteve foragido por várias semanas, até ser descoberto escondido num cômodo da Pensão Maranhense, pertencente a D. Verônica, sua amiga de longos anos. Preso, foi recolhido à Penitenciária, onde ficou mais de um mês. Ao eclodir o movimento de 64, novamente se evadiu, reaparecendo um ano depois para responder a um IPM, junto com a mulher, em liberdade mas em permanente sobressalto. Não obstante essas provações, nunca vislumbrei, em qualquer dos dois, sinais de fraqueza ou de arrependimento. Mesmo na velhice, afastados da militância pela idade, e já sem o entusiasmo de antes, continuaram sonhando com um mundo comunista. No Amazonas, somente Thomás Antônio Meirelles Neto, por sinal primo de Maria, deu mais à causa do que eles, já que sacrificou a própria vida. Thomasinho, como lhe chamávamos, era nosso companheiro da República do Pina e ativista desde os bancos escolares. Anos mais tarde, no Rio de Janeiro, após a edição do AI-5, mergulhou na luta clandestina e nunca mais foi visto, morto em circunstâncias ignoradas, pelas forças da repressão. Hoje é nome de rua no subúrbio de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Em 1950 deu-se o esperado confronto entre os dois grandes caciques políticos do Estado: Álvaro Maia e Severiano Nunes, como candidatos a governador. O primeiro apoiado por uma ampla coligação que incluía o PSD, o PTB, o PSP e o PDC. Tinha como companheiro de chapa, para o Senado, Vivaldo Lima Filho, indicado pelos trabalhistas, que assim prestavam homenagem póstuma ao velho Vivaldo, na pessoa do filho. Severiano disputava pela UDN, junto com Leopoldo Neves, que se desincompatibilizara seis meses antes para concorrer ao Senado.

Álvaro Maia, como já disse, era um mito. Poeta, escritor, brilhante orador, dotado de grande carisma, a seu respeito cir-

CANÇÃO DE FÉ E ESPERANÇA

Discurso famoso de Álvaro Maia, que havia provocado um forte sentimento glebarista na população.



Manuel Severiano Nunes.

culavam histórias com sabor de lenda, desde o início dos anos 20, quando pronunciara a muito citada mas pouco lida *Canção de Fé e Esperança*. Daí se originaria o movimento glebarista, muito simpático à população porque, embora sem um programa definido, tinha como mensagem a valorização dos homens e das coisas do Amazonas. Em 1930 sua popularidade aumentaria com a firme posição que tomou contra a repressão policial aos ginásianos rebeldes. Depois viriam os quase quinze anos à frente do governo, primeiro como interventor, a seguir como governador por eleição indireta e, em 37, novamente como interventor. Deixara o Poder em 45, para eleger-se senador e tentava novamente chegar ao governo, desta vez por eleição direta. Pesava contra ele o passado de administrador sem pulso e negligente, além da fama de mau pagador de promessas. Em seu favor, no entanto, de par com o carisma, a aura de liberal, que mesmo durante o Estado Novo, com plenos poderes, jamais agira arbitrariamente para reprimir ou perseguir. O episódio do fechamento do Tribunal, na primeira interventoria, fora uma exceção infeliz, distante e quase esquecida.

Severiano Nunes era um homem comum, sem grandes dotes intelectuais e com uma biografia que não registrava lances notáveis. Mas era tido como homem de atitudes firmes, que cultivava o sentimento de amizade e por isso gozava de enorme prestígio, com um número incontável de admiradores e amigos incondicionais. Seu ponto negativo na campanha era a condição de candidato situacionista. Depois de quase quatro anos de governo, Leopoldo Neves sofrera uma erosão em sua popularidade, pelo natural desgaste do Poder, e isso se refletia na candidatura de Severiano. Tal desvantagem na capital era compensada pelo uso da máquina oficial no interior, o que tornava incerto o resultado da eleição.

Em pouco tempo a campanha empolgou a cidade, com todos tomando partido. Os comícios eram realizados diaria-

mente, com grande afluência e transmitidos pelas emissoras de rádio para todo o Estado. Durante o dia, dezenas de carros percorriam as ruas, com alto-falantes, num barulho infernal. O fundo musical eram duas marchinhas exaltando os dois candidatos ao governo. Tão fáceis de decorar que ainda hoje ressoam em meus ouvidos. A do PSD terminava assim:

*E viva Álvaro Maia
E fogos e louvor
No dia da vitória
Do nosso libertador.*

Ao passo que os udenistas replicavam com a sua, que começava assim:

*Severiano Nunes
Nesta pugna eleitoral
Que já venceu
E há de ser
Para o Amazonas
O governo estadual.*

Mas a guerra verbal não se limitava às marchinhas ingênuas. Os discursos eram virulentos, carregados de ataques pessoais, dirigidos principalmente contra os dois líderes. Álvaro era chamado, pelos udenistas, de *Cabeleira*, embora suas melenas já não fossem tão bastas e viçosas como antigamente, ao passo que Severiano levava o troco, com o apelido de *Frasquinho de Veneno*, em alusão à sua baixa estatura. Mas o dirigente pesedista era o mais atingido, pois não poupavam sequer sua vida particular. Álvaro não revidava ataques. Seus discursos eram divagações sobre coisas abstratas, como Democracia, Liberdade

e Justiça, repassados de imagens e metáforas. Mas um dia, com a paciência esgotada, mudou de tom.

Foi num comício na praça dos Remédios, a que assisti. Com a voz alterada, cheio de indignação, depois de relacionar as injúrias e infâmias que lhe eram assacadas, entrou na peroração, usando a segunda pessoa do plural, mas referindo-se, obviamente, a Severiano: *Se fui ladrão, então, cobardes* (com b mesmo), *por que participastes do meu governo? Se cometi indignidades, então, cobardes, por que referendastes os meus atos? Se sou um destruidor de lares, então, cobardes, por que me convidastes para as vossas casas? Se sou um sedutor de moças incautas, então, cobardes, por que me convidastes para padrinho de vossas filhas?* E por aí foi, levando a massa ao delírio a cada pergunta que fazia. Ao terminar, foi carregado em triunfo, e no dia seguinte não se falava em outra coisa. Creio que aquele pronunciamento foi uma peça importante na vitória esmagadora que Álvaro alcançaria alguns dias depois, nada fazendo prever o fim melancólico do seu governo.

Com a sua posse, no início de 51, começava um período tumultuado e cheio de incidentes. Na Assembléia, a nova legislatura denunciava problemas sérios com a presença de dois deputados, um veterano, Alexandre Montoril, reeleito, e um estrepante, Deolindo de Freitas Dantas, eleito para um primeiro mandato. Ambos representavam o município de Coari, onde se digladiavam, como adversários irreconciliáveis e rancorosos inimigos pessoais, o velho Deolindo Dantas, pai, chefe da UDN e o próprio Alexandre Montoril, líder do PSD. Poucos anos antes, essa pendência havia provocado um episódio sangrento.

Servia como delegado de Polícia em Coari o tenente Holanda, da Polícia Militar, um homem corajoso mas violento, a quem conheci pessoalmente, nas duas ou três vezes em que estive em minha casa, em visita a meu pai, com quem tinha um bom relacionamento, desde Codajás, onde estivera, também como de-

legado, e o velho, como juiz. Em Coari, o tenente, ligado à UDN e hostil aos pessedistas, gerou um clima de animosidade crescente. Um dia, acuado em sua residência por um grupo de homens armados, partidários de Montoril, reagiu à bala, ferindo dois deles, sendo assassinado, em seguida, a golpes de faca.

Anos mais tarde, aliás, um dos filhos de Holanda, aqui em Manaus, na rua Lima Bacuri, apunhalou um dos supostos mandantes do crime, o ex-prefeito Edgar da Gama Rodrigues, que sobreviveu ao atentado. Era de esperar, assim, que não fosse pacífica a convivência de Deolindo e Montoril no Legislativo. O primeiro, inteligente, combativo, desde o início fustigou o governo pessedista com denúncias feitas na tribuna. Montoril, calmo, de poucas palavras, raramente discursava.

E apesar de ser um homem de reconhecida coragem, e que andava habitualmente armado, por algum tempo evitou o confronto com o adversário. Até que um dia solicitou um aparte, os dois altercaram, foram aos insultos, e, de repente, Deolindo partiu em direção ao inimigo, sacou o revólver, a dois metros de distância, e disparou, errando o alvo. Surpreendido, Montoril levou a mão à cintura, sendo contido por outros deputados, enquanto seu adversário corria para se abrigar atrás da mesa da presidência. Ignorava Deolindo que Montoril naquele dia estava desarmado, pois deixara seu revólver num armeiro para consertar um defeito no cabo. Seu gesto de levar a mão à cintura fora puramente reflexo. Felizmente, a partir daí os dois adversários firmaram, tacitamente, um pacto de não-agressão e não houve mais incidentes. Além disso, pouco tempo depois, Deolindo tinha interrompida sua promissora carreira política, ao perder a vida num acidente de barco nos arredores de Manaus.

Enquanto isso, o governo começava a se deteriorar. Denúncias choviam de todos os lados, principalmente da área de saúde, e um dia os hansenianos ofereceram um espetáculo

ENCHENTE DE 53

A maior enchente já registrada, que alagou as ruas próximas ao rio Negro.

chocante, ao desfilar pelas ruas da cidade, em protesto contra as péssimas condições do leprosário *Antônio Aleixo*.

Ainda que a passeata tivesse surgido de manipulações políticas, como querem alguns, o certo é que se a situação fosse boa o movimento não teria obtido a adesão dos doentes. Por isso, Arthur Virgílio Filho, na condição de líder do governo, pediu uma Comissão Parlamentar de Inquérito e se indicou para a presidência da mesma. Depois de amplas investigações, a Comissão apurou graves irregularidades, que não provocaram nenhuma providência da parte do Executivo. Em conseqüência, Arthur renunciou à liderança e rompeu com o governo. Seus inimigos o acusaram de ingratidão, por haver, supostamente, recebido benefícios do governo. Sempre cioso da sua dignidade, Arthur escreveu uma carta ao governador, indagando se alguma vez lhe pedira favores pessoais. Álvaro Maia, com a elegância peculiar, respondeu pela negativa. A partir daí, a situação degradingolou. Os erros administrativos, agravados pela grande enchente de 53, que causou sérios danos à frágil economia do Estado, levaram as finanças públicas ao colapso.

Atrasaram-se os pagamentos de fornecedores e funcionários, cujas famílias passavam terríveis privações. Havia filas de servidores na então Secretaria de Finanças, em busca de vales, e



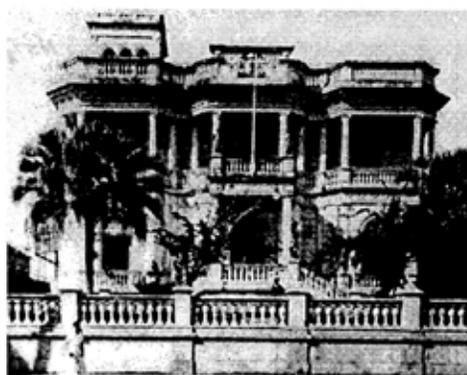
Enchente de 1953, centro de Manaus.



Plínio Coelho.

era comum ocorrerem desmaios de pessoas literalmente com fome. Nas repartições públicas os chefes perdiam o controle sobre os subordinados, a quem tinham de liberar, nas horas de expediente, para que fossem lutar pela sobrevivência. A administração ficou à beira do caos.

Num quadro assim, é fácil imaginar que o governo, sem sustentação popular, marchasse para um desastre eleitoral. Surpreendentemente, porém, foi quando ocorreu a reaproximação dos velhos rivais, Álvaro e Severiano, que selaram um acordo PSD-UDN, para lançar mais uma vez o nome de Ruy Araújo como candidato ao governo, numa aventura que se delineava suicida. Do outro lado, o PTB, rompido com o governo, lançava a candidatura de Plínio Coelho, com amplo apoio popular na capital e forte penetração no interior, onde se beneficiou das inconciliáveis rivalidades paroquiais, que levaram muitos chefes pesedistas e udenistas a se bandearem para o PTB, desgostosos com a aliança udeno-pessedista. As urnas deram consagrada vitória a Plínio, que no início de 55 entrava no palácio Rio Negro, inaugurando em nosso Estado a era populista, sobre a qual não falo por ultrapassar a fronteira que fixei, no tempo, como limite para este trabalho.



Palácio Rio Negro.

VI



AS ALEGRIAS ETERNAS

A thing of beauty is a joy forever.

Keats

Só depois de adulto pude compreender toda a verdade contida nesses versos do grande poeta inglês. Realmente, uma coisa bela, por fugaz que seja, fica retida na memória, com um gosto de eternidade, pois nos acompanha pela vida afora, a nos alegrar para sempre. Hoje, transcorridas algumas décadas, ainda trago vivas comigo as imagens de algumas das mulheres que povoaram os anos da minha adolescência. E foram muitas. Pode-se dizer, sem bairrismo nem saudosismo, que Manaus era uma cidade de moças bonitas, considerando o tamanho da população. Não me refiro apenas a garotas de beleza comum, com um rosto agradável e um corpo bem-feito, como tantas que encontramos no dia-a-dia. Falo das mulheres excepcionais, que, além da beleza física, são dotadas, também, por uma prodigalidade da natureza, de elegância, graça, personalidade e charme. Conheci pelo menos uma dúzia delas. Com nenhuma cheguei a manter qualquer relacionamento mais estreito, até pela diferença de idade, eu, um garoto reservado e tímido, elas, moças feitas, de uma presença esmagante, a me causar aquele alubrimento que só aumentava a minha timidez. Com algumas tive rápidos contatos, com outras nunca falei, e houve aquelas que apenas pude ver por momentos. Mas de todas guardo uma lembrança inapagável. Às vezes chego

a me perguntar se, decorridos tantos anos, essas imagens não seriam algo irreais, porque favorecidas pela filtragem do tempo. Mas logo afasto a idéia e me livro das dúvidas, quando percebo que elas não me apareceram de repente, por um esforço de memória, mas são uma constante, gravadas com nitidez em minha mente. Devem mesmo ter sido como eu as vejo agora.

* * *

As outras que me perdoem, mas na galeria dos vultos femininos do passado a que presto culto, um lugar especial é reservado à figura de Maria Amália Ferreira. Dos homens da minha geração, muito poucos terão escapado ao seu fascínio. Como já disse Thiago de Mello, não há como fugir ao chavão: ela marcou época. Parece que a estou vendo, ainda hoje. Alta, esbelta, cabelos alourados, olhos claros, os lábios repuxados nos cantos, numa expressão irônica e sensual. Mais do que tudo, porém, o andar lhe imprimia a marca inconfundível. Balouçante, gingado, numa cadência graciosa, mas natural, sem nenhuma afetação, presumo que era assim o passo da moça ipanemense imortalizada por Vinicius na canção famosa.



Maria Amália.

De longe se podia identificá-la, e, quando isso acontecia, a notícia se espalhava com a rapidez de fogo em rastilho: *Lá vem a Maria Amália!* E logo a Eduardo Ribeiro se transformava numa vasta passarela, com o público masculino ansioso, na expectativa de ver a deusa passar. As conversas nas rodas silenciavam, balconistas assomavam às portas das lojas, transeuntes se voltavam, alguns mais afoitos lhe diziam galanteios, e ela passava, indiferente e ativa, mas sem arrogância, com a tranquilidade de uma rainha com direito à homenagem dos súditos.

Incluí-me desde muito cedo em sua coorte de admiradores, quando fomos quase vizinhos, na rua Dr. Moreira, eu ainda menino e ela ainda sem grande notoriedade. Morava com seu pai, o velho Benjamim Ferreira, a madrasta e duas irmãs, numa bela casa antiga, onde funcionou a Pensão Rio Negro, no meio do quarteirão entre a José Paranaguá e a Quintino Bocaiúva. Depois foi residir, com a família, na casa da rua 24 de Maio, entre a Costa Azevedo e a Barroso, que tinha sido um escritório da RDC, e era precisamente de lá que saía para desfilarem sua passarela habitual.

Nunca mantive contato com Maria Amália. Simplesmente não apareceu a oportunidade e tive de me conformar com a contemplação distante e silenciosa. Mas sei por informação de terceiros que a personalidade não dissentia do físico. Era educada, alegre, inteligente e dotada de um talento artístico que foi sufocado no nascedouro, graças a um episódio infeliz.

Em 1942 chegou a Manaus, de Recife, um alagoano irrequieto e obstinado, que tinha a mania de fazer coisas. Seu nome, Gebes Medeiros. Entusiasmado pelas artes cênicas, e com alguma experiência no ramo, pois fora um dos fundadores do Teatro do Estudante de Pernambuco, sentiu o grande vazio que existia em nossa terra. O Teatro Amazonas inativo, abrigando em seus bastidores o escritório da RDC, as demais casas de espetáculos funcionando apenas como cinemas, ou fechadas, e nenhum grupo teatral organizado. Um ano depois de sua chegada, já como diretor do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda), Gebes pôs mãos à obra e fundou o Teatro-Escola Amazonense de Amadores, reunindo o velho João Braga (dono da extinta Casa das Sombrinhas), com alguma experiência de direção, Campos Dantas, autor, com algumas peças escritas, Fueth Paulo Mourão e Américo Alvarez, entre outros. Com suas atividades interrompidas dois ou três anos



Gebes Medeiros.

depois de criado, quando Gebes se retirou de Manaus, o Teatro-Escola seria reaberto no seu retorno, cerca de vinte anos mais tarde, já nos idos de 65, durante o governo Arthur Reis.

Por sinal, nessa segunda fase, o grupo passaria por maus momentos, ao ter de encenar, fora do palco, involuntariamente, uma verdadeira ópera-bufo. Sob a direção de Gebes e o patrocínio do MEC, uma *troupe* de moças e rapazes saiu em excursão pela Amazônia e chegou a Macapá, Território do Amapá, onde encenaria *A Prostituta Respeitosa*, de Sartre. Na noite de estréia,



Cena da peça *A Prostituta Respeitosa*.

com a casa cheia e presente o governador, o espetáculo se desenrolou normalmente até o final. Mas antes de cessarem os aplausos, eis que se levanta o governador, um general, e pronuncia um discurso, dizendo que não interromperá o espetáculo em respeito ao público, mas queria manifestar seu protesto contra a encenação de uma peça imoral e subversiva, e por aí foi, sob constrangimento geral. Em seguida retirou-se, deixando os atores perplexos e deprimidos. Nesse estado de espírito regressaram ao hotel, para ter uma surpresa ainda maior, ao encontrarem à sua espera um choque da polícia, que lhes deu voz de prisão, recolhendo

todo o elenco, Gebes no meio, à Delegacia. Foi necessária a intervenção do coronel Jarbas Passarinho, governador do Pará, e de autoridades do MEC, para que o grupo se livrasse do vexame. Pouco depois dessa infeliz excursão, e por outros motivos, o Teatro-Escola encerrava definitivamente suas atividades.

Mas voltemos ao seu início, no distante ano de 1943. Gebes escolhera, como peça inaugural, *Yayá Boneca*, um texto de Ernani Fornari, leve, um tanto açucarado, bem ao gosto do público da época e adequado ao nível dos atores inexperientes que convocara. Entre eles se incluía Maria Amália, escolhida para o papel-título. Os ensaios duraram meses e Gebes estava exultante com o desempenho da protagonista, que se apresentava muito à



MISS AMAZONAS

Os concursos de miss empolgavam a população, com as candidatas endeusadas pelos fãs, ardorosos como torcedores de futebol. Maria Amália (foto) venceu um desses concursos.

vontade, com uma desenvoltura surpreendente para quem nunca pisara num palco. Tudo indicava que tinha potencial para ir muito longe. Se deixassem. Mas não deixaram. Um dia, a três semanas da estréia, Gebes foi procurado pelo velho Benjamim Ferreira, que lhe comunicou, pura e simplesmente, alegando motivos de ordem pessoal, que sua filha não mais participaria da peça. Gebes entrou em pânico. O prazo para substituição da atriz principal era muito curto e o adiamento da estréia seria um transtorno. Argumentou tudo isso, insistiu, implorou, mas Benjamim se manteve irredutível. Nem a interferência de poderosos amigos conseguiu demovê-lo. O jeito foi arranjar outra moça, Laís Teles de Souza, que se adaptou perfeitamente ao papel, permitindo a estréia na data marcada. Evitou-se o fracasso da peça, mas não o malogro do sonho de Maria Amália, que ainda compareceria a um último ensaio, para se despedir dos colegas, com muita dignidade, sem lamúrias, mas sem conseguir esconder, no rosto abatido, a marca da desilusão que lhe ficara.

Essa grande frustração seria compensada, alguns anos depois, por ocasião do concurso para a escolha de *Miss Amazonas*, o primeiro que se realizava desde os anos trinta. Mas era eleição direta, por votação popular, usando-se como cédulas cupons estampados em *O Jornal*, que eram recortados e preenchidos livremente por quem quisesse. Apresentaram-se cinco ou seis candidatas, mas de saída a disputa se polarizou em Maria Amália e Yeda Zalduando. Esta era uma bonita morena, descendente de bolivianos ou peruanos, que trazia nos olhos ligeiramente amendoados um traço denunciador dos seus ancestrais índios. Conheci-a garota, morando na Marcílio Dias e, mais tarde, nos altos da Funerária Almir Neves, na esquina de Lobo d'Almada com Henrique Martins, em companhia de sua mãe, uma senhora chamada D. Pura, e de seu padrasto, um cidadão americano cujo nome eu jamais soube. Ele era portador de um defeito na perna,



Almino Affonso.

que balançava ao caminhar, e por isso ganhou o apelido de *Deixa Que Eu Chuto*, que muito o irritava quando era chamado. O concurso se estendeu por alguns meses e foi empolgante como um campeonato de futebol, com o envolvimento de boa parte da população, que discutia ardorosamente sobre as qualidades das candidatas. Os votos eram apurados diariamente, com Maria Amália sempre na dianteira, terminando com larga margem de vantagem sobre sua rival. Recebeu a faixa numa noite de apoteose, com o discurso de saudação proferido pelo então estudante Almino Affonso, perante um Teatro Amazonas lotado. A partir daí só fez crescer o número de admiradores de Maria Amália, alguns tomados de paixão vulcânica.

Um desses apaixonados, conhecido por toda Manaus, era o capitão Ubirajara Barbuda Thury. O militar, que não chegava a ser um Adonis, não era correspondido, mas insistia com rara tenacidade. A moça era perseguida em todos os lugares, em festas, em cinemas, nas ruas e em casa, através de telefonemas, sempre com propostas de casamento, que ela delicadamente recusava. Quando Amália encetava um namoro, ele procurava o rapaz a fim de persuadi-lo a desistir, sob a alegação inverídica da existência, entre os dois, de um antigo e sólido compromisso momentaneamente interrompido por um arrufo sem importância. Contam antigos vizinhos que muitas vezes viram Barbuda, já às seis horas da manhã, encostado num poste em frente à casa de Maria Amália, na ansiosa espera de que ela assomasse à janela, para vislumbrá-la, ainda que fosse por um momento fugaz. Até que um dia o obstinado capitão lhe tributou a maior homenagem que qualquer militar já terá prestado à sua amada. Vinha ele pela avenida Epaminondas, a cavalo, no comando de uma companhia que se dirigia ao *stand* de tiro, quando Maria Amália apareceu, da praça da Saudade, caminhando em sentido contrário. Tomado de intensa emoção, Barbuda não teve dúvidas, e ergueu a voz de coman-

do: *Companhia, alto! Meia-volta, volver!* E escoltou-a por alguns quarteirões, até que ela, lisonjeada mas encabulada, conseguisse escapar, entrando na primeira casa de amigos que encontrou.

Outro obcecado por Maria Amália era Aducto Rocha, que um dia foi vítima de um episódio hilariante. Aducto era jornalista e escritor, estudioso de problemas regionais, com dois livros publicados sobre assuntos econômicos. Baixo, desmazelado no vestir, cego de um olho, que procurava ocultar atrás de óculos escuros, não era tipo que impressionasse mulher alguma. Como se não bastasse, fumante inveterado, tinha preferência por um matarato de marca *Asas*, que trazia permanentemente na boca, acendendo um cigarro no outro. Apesar de sua paixão por Maria Amália, que não escondia aos amigos, Aducto jamais tentara abordá-la, consciente da sua falta de atrativos físicos. Um dia seus amigos mais chegados, à frente Pedro Ubiratan de Lemos, Alfredo Aguiar e Adel Mamede, resolveram pregar-lhe uma peça. Resumiu-se à expedição de dois telegramas. Um, para Benjamim Ferreira, em nome de Aducto, comunicando que iria à sua casa, no dia seguinte, às vinte horas, pedir Maria Amália em casamento; outro, para Aducto, em nome de Benjamim, o qual, dizendo-se sabedor da admiração que sentia por sua filha, tinha a honra de convidá-lo para fazer-lhe uma visita, no dia seguinte, também às vinte horas, a fim de dar início a um relacionamento que era do gosto de toda a família. É fácil imaginar que as duas mensagens tiveram efeitos bem diferentes. Aducto, perplexo, entrou em êxtase; o velho Benjamim, igualmente atônito, ficou uma fúria. Qualquer pessoa sensata, no lugar de Aducto, receberia com incredulidade o insólito convite e trataria de averiguar a sua autenticidade. Mas a sensatez não costuma ser atributo dos apaixonados, que tomam como reais os seus desejos, mesmo quando contrariam a lógica e o bom senso. Não é de causar espanto, assim, que ele tivesse acreditado piamente no telegrama e, cheio

de emoção, se preparasse para o mais importante acontecimento de sua vida. No dia aprazado, às sete e meia da noite, chegava ao bar Avenida, onde já encontrou a roda de gozadores formada, à espera do desfecho. Era um homem diferente, barba feita, cuidadosamente penteado, recendendo a perfume, o velho terno de tropical lavado e passado, e o rosto a espelhar a própria beatitude. Indagado sobre a transformação, desconversou, com um ar de mistério. Seu nervosismo era traído pelas disfarçadas e freqüentes consultas ao relógio, enquanto os outros fingiam não perceber e, a muito custo, continham o riso. Perto das oito, despediu-se e se pôs a caminho, seguido pelos amigos tão logo dobrou a esquina da Eduardo Ribeiro com 24 de Maio. Ali ficaram, à espreita, protegidos pelas mangueiras existentes em frente à igreja dos padres agostinianos, enquanto Aducto batia palmas na casa de Maria Amália. Atendido à porta pelo próprio Benjamim, puderam perceber, pela gesticulação, que o velho aplicava uma forte reprimenda ao indesejável visitante, sem dar-lhe tempo para explicações. Suspeita confirmada a seguir, quando a porta se fechou e Aducto empreendeu a melancólica retirada. Rapidamente, os deliciados espectadores, a se esbaldarem de rir, voltaram ao bar Avenida, onde ficaram à espera, como se nada tivesse acontecido. Aducto chegou, arrasado, mas *não deu o braço a torcer*. Sentou-se, pediu cerveja e, sem fazer comentários, tomou um pifão monumental.

Meses depois, para grande tristeza de todos nós, Amália viajava definitivamente para o Rio de Janeiro, onde mais tarde se casaria. Que eu saiba, nunca mais pisou em Manaus. Não sei que mágoas terá levado, para não mais desejar rever a cidade que tanto a amou. Ou, quem sabe, terá preferido que guardemos dela a imagem da esplêndida mulher daqueles dias, que, para adotar uma expressão feliz, encheu a nossa juventude como um clarão. Anos depois, ao reencontrá-la no Rio de Janeiro, pedi-lhe uma explicação, mas ela, educadamente, desconversou.

* * *

Mas houve outras, também, que não consigo esquecer. Dentre elas, Flacy Mesquita, a suave Flacy, que nos enternecia com seu ar triste e os traços delicados a lembrar aquelas madonas de Boticelli. Morava com sua mãe, viúva, D. Flacícia, ainda bonitona, sua irmã Flacínia e um irmão caçula, na casa da 7 de Setembro, perto do Polytheama, onde residira Waldemar Pedrosa. Não sei se a sua aparente tristeza resultara da morte do pai, ocorrida num acidente automobilístico em Roraima (então Território Federal do Rio Branco). Nunca tive oportunidade de lhe perguntar. Nesse tempo eu fazia parte de uma turma numerosa de rapazes que circulavam na avenida Getúlio Vargas, entre os bares *Moderno* e *Normal*, nos quais fazíamos ponto, em torno de mesinhas nas calçadas, ou espalhados pelos bancos e no bebedouro de ferro (que fim terá levado?) que ficavam nos canteiros centrais, ou, ainda, encostados nas grades da calçada do ginásio. Entre as garotas que freqüentavam o local diariamente, lembro-me de Luiza e Lourdes Antony, filhas de Aristophano, que moravam nos altos do *Moderno*, onde hoje funciona um cinema;

de Maria Luiza Seixas, irmã do Mário, nosso colega; e de Flacínia, também assídua freqüentadora. Flacy, porém, mais velha, nunca se aproximou de nós, e apenas a contemplávamos, de longe, postada à janela, ou de passagem, em suas idas e vindas. Eram muitos os que a amavam, com ternura, mesmo sabendo-a inacessível. Mas havia um, mais do que todos, obcecado por ela. Era Munir Mamede, irmão do nosso amigo fraterno Adel. Recém-chegado do Líbano, ainda

Cruzamento das avenidas 7 de Setembro e Getúlio Vargas. Em primeiro plano, o sobrado de esquina, hoje demolido, onde funcionou o bar Normal. À direita deste, o cinema Polytheama, cuja fachada, parcialmente alterada, ainda se mantém.





Foto da família do autor em frente ao bebedouro em ferro, localizado na Av. Getúlio Vargas, no canteiro central em frente ao Polytheama. A partir da esquerda, as primas e irmãs do autor: Heliette Péres, Josina e Marise Rocha e Maria Auxiliadora Péres.

brabo, mal falando o português, Munir era o alvo predileto das gozações da turma, que um dia resolveu fazer com ele uma brincadeira semelhante à que vitimara Adauto Rocha. Alberto Amorim, Moacyr Vilela e Aluísio Sampaio, à revelia de Adel, forjaram um bilhete em nome de Flacy, dirigido ao *turco*, marcando um encontro para a sessão do Polytheama de domingo à noite. Era uma sessão habitualmente freqüentada pela chamada alta sociedade, uma platéia bem vestida e educada. Nesse ambiente a abordagem de Munir era um espetáculo imperdível. E não perdi. Junto com os outros, debruçado na balaustrada de uma frisa, vimos o árabe se aproximar de Flacy, sentar-se numa poltrona vaga ao lado e puxar conversa. Nunca mais vou esquecer os olhos espantados da moça e a curiosidade dos circunstantes, até que Munir exibisse o malfadado bilhete, permitindo que tudo se esclarecesse. Mas não aguardamos o final, pois Munir, ao contrário de Adauto, era um miúra, de força e de gênio. Se pegasse os autores, naquela hora, seria capaz de uma violência. E como todos éramos suspeitos, a debandada foi geral.

Não sei se Flacy veio a conhecer a identidade dos autores da molecagem. Ela continuou distante de nós e um dia casou-se e se retirou de Manaus. Nunca mais a vi e, anos mais tarde, recebi a notícia da sua morte prematura. Doeu-me fundo, talvez por ver perdida para sempre a chance de conhecer de perto alguém que, mesmo a distância, representara tanto para mim.

* * *

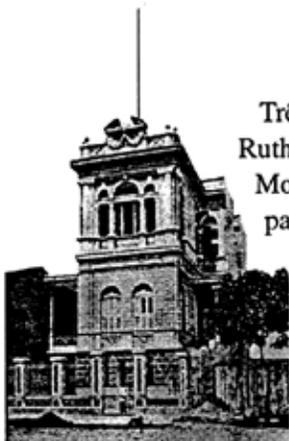
Gláucia Albuquerque era outra, cuja contemplação nos embevecia. Também quase minha vizinha na rua Dr. Moreira, onde morava com os pais, bem perto de Maria Amália, é cunhada de Belmiro Vianez, que se casou com uma de suas irmãs. Estatura

mediana, corpo escultural, rosto bonito, no qual se sobressaíam os lábios rubros e carnosos, impossível esquecê-la. Dela guardo, em particular, a lembrança de um domingo de sol, no Parque 10 de Novembro, que freqüentava habitualmente. Parecia uma chama viva, com seu maiô vermelho inteiriço. De repente, ao fazer um movimento mais brusco, rasgou-se a parte superior do maiô e ela instintivamente se protegeu com os braços cruzados sobre o busto, até que alguém a cobrisse com uma toalha de banho. Foi uma cena banal, sem conseqüências, pois nem sequer consegui vislumbrar-lhe os seios nus. Mas me ficou, marcada para sempre. Um dia Gláucia também se foi para o Rio de Janeiro e não mais voltei a vê-la.

* * *

Era de longe também que acompanhávamos, enlevados, o deslizar tranqüilo de Izete Souza Lima, irmã do Douglas, em direção à sua casa, na esquina da 7 de Setembro com Jonathas Pedrosa. Era igualmente uma das nossas unanimidades. Todos a amavam sem que ela jamais suspeitasse. Recordo como hoje o dia, ao entardecer, em que o céu se pintou de várias gradações de vermelho, como um incêndio cósmico, enquanto Izete atravessava o largo entre a praça da Polícia e a calçada do Guarany. Solitária como sempre, vestido tomara-que-caia branco, que as luzes banhavam de róseo, parecia etérea, indiferente ao grupo de garotos e rapazes que, em torno das mesas do *Normal*, hauriam aquele instante de beleza. Muito lamentei não ser pintor ou fotógrafo para captar a cena inesquecível. Não sei aonde os caminhos do mundo conduziram Izete, de quem não mais ouvi falar.

* * *



Casarão da rua José Clemente, hoje em ruínas. Nesta casa morou Eduardo Ribeiro e, posteriormente, o médico Flávio de Castro e sua sobrinha Ruth, uma das mulheres mais belas de Manaus nas décadas de 40 e 50.

VILA MUNICIPAL

Hoje Adrianópolis, era o bairro residencial mais distante e mais aprazível, com uma luxuriante vegetação.

Três Ruths não podem deixar de ser lembradas. Uma, Ruth Castro, sobrinha do médico Flávio de Castro. Morena clara, alta, cabelos escuros penteados para cima, parecia uma andaluza. Morava com seu tio, no casarão que ainda existe, na rua José Clemente, onde morou Eduardo Ribeiro. A casa solarenga se compunha perfeitamente com sua figura de porte aristocrático. Vi-a poucas vezes, mas o suficiente para me deixar uma forte impressão. Cedo ela saiu de Manaus e nunca mais a encontrei.

Outra Ruth, a Jobim, conheci mais de perto. Era filha do Desembargador Manuel Anísio Jobim, com quem morava, numa casa hoje reformada, na praça da Saudade. Amiga de infância de uma das minhas tias, às vezes passava os domingos em casa da minha avó materna, na Huáscar de Figueiredo, onde vivi boa parte da minha infância. Ainda garoto, olhava com admiração aquela moça cheia de charme e graça, a exibir duas fileiras de dentes perfeitos. Embora tenha fixado residência no Rio de Janeiro, veio algumas vezes a Manaus. E, com satisfação pude constatar, pouco antes de sua morte, que a mulher de meia-idade ainda conservava o bonito sorriso de outrora.

Uma terceira Ruth, de sobrenome Monassa, era a rainha da Vila Municipal, um bairro cheio de sortilégio, com sua profusão de verde e suas ruas pejadas de sombra e silêncio. Residia na velha casa da rua Fortaleza, ainda de pé, rodeada de frondosas mangueiras e de jaqueiras centenárias. Morena jambo, exuberante e coquete, mal suspeitava ela que muitos dos rapazes que iam disputar peladas no campo batizado com o nome de sua mãe, usavam o jogo como pretexto para se deliciarem com a visão do seu vulto gracioso na varanda do casarão. Hoje, passados tantos anos, apesar da amizade que me ligava à D. Maria, sua mãe que chegou lúcida aos seus gloriosos noventa anos, e morreu cen-

tenária, só uma vez pude encontrá-la nas suas rápidas passagens por Manaus, vinda do Rio de Janeiro, onde fixou residência.

* * *

Não demorou muito tempo e aquela menina, que eu vira, criança ainda, com a farda do Grupo, surgia agora como esplêndida adolescente uniformizada de normalista. De baixa estatura, mais gorda do que magra, seu forte era o rosto, expressivo, harmonioso, uma cútis de porcelana rósea, onde se engastavam os olhos escuros e brilhantes, e iluminado por um belo sorriso de Ingrid Bergman. Aos encantos físicos se juntava a magia do nome de princesa nórdica: Astrid. Embora o sobrenome fosse bem lusitano: Garcia Cabral. Em verdade, pertencia à boa estirpe cabocla, pois era neta de Antônio Teles de Souza, professor e diretor, por muitos anos, do Ginásio Pedro II. Órfã de pai, morava em companhia da mãe e do avô, casado em segundas núpcias com D. Eunice Serrano, num velho casarão no centro de um amplo terreno da Av. 7 de Setembro em frente ao Palácio Rio Negro. Como confessaria mais tarde, costumava sentar-se no banco de jardim bem cuidado, para ouvir o avô falar das estrelas distantes, enquanto ela se interessava pelas flores bem mais próximas. Muitas noites deixei o Café do Pina mais cedo, para me postar na segunda ponte, com alguns amigos, a pretexto de ouvir as músicas que saíam dos alto-falantes do Cine Éden. O motivo real, no entanto, era assistir ao "footing" da bela Astrid, que, de braços dados com amigas, ficava passeando de sua casa até a esquina da Jonathas Pedrosa. Encostados ao balaústre, jogávamos gracejos que eram respondidos com olhares cúmplices e risos de aceitação. Mas, sempre fiquei inibido com a presença de tantas testemunhas. Fora dali, numa certa manhã em que ela regressava sozinha do Instituto de Educação, enchi-me de co-

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Antiga Escola Normal, onde estudavam principalmente moças que pretendiam exercer o magistério.



ASTRID CABRAL

Escritora e poeta, que na sua adolescência encantou muitos rapazes da época.

ragem e abordei-a. Marcamos encontro para o mesmo dia, à tarde, quando mantivemos uma longa conversa, durante a qual Astrid me confessou que rompera pouco antes com o seu primeiro namorado e não estava em condições de iniciar novo “affair” enquanto não curasse aquela “chagrin d’amour”. No decorrer da conversa perguntei: “mas você não pretende ficar celibatária, não é?” Visivelmente embaraçada, ela respondeu que não. E só muito depois vim a saber que ao regressar a casa, naquele dia, Astrid correu ao dicionário para saber o significado de celibatária, que ignorava, daí a razão do embaraço. Ficamos amigos, mas antes que a ferida cicatrizasse, Astrid se foi. Como ela mesma disse, seu “lado pássaro” prevaleceu sobre o “lado árvore”, levando-a a bater asas para o Rio de Janeiro.

Voltei a vê-la trinta e dois anos depois, aqui em Manaus, por ocasião do lançamento do seu livro de poemas *Visgo da Terra*. Fui a esse reencontro emocionado e apreensivo, com receio de que os anos lhe tivessem deixado sua marca devastadora. Mas verifiquei, surpreso e feliz, que o tempo, generoso, a preservara. Conservava a mesma silhueta de adolescente, até mais delgada. E o belo rosto quase não mudara, como se um milagre me fizesse ressurgir a menina de três décadas atrás. E para maior alegria minha, pude constatar, com a leitura do seu livro, que se realizava plenamente sua vocação literária manifestada desde muito cedo. Seus poemas maduros demonstram que Astrid já adquiriu o completo domínio de sua arte. Neles, entre irônica e nostálgica, numa linguagem de grande densidade poética, ela fala da Manaus de sua infância. E com tamanha força telúrica que nos faz sentir quão vivo permanece o seu “lado árvore”, de raízes fincadas profundamente na terra-mãe.

* * *

ÁUREO MELLO

Poeta, jornalista e político de grande popularidade nos anos 50.

Um dia ela surgiu em Manaus, vinda do Rio de Janeiro, onde estudava. Pertencente a família tradicional da terra, filha de Análio de Rezende, advogado de renome e emérito professor de Direito, Elza fez sucesso imediato. Exuberante de formas, cintura fina, quadris largos e pernas grossas, seu corpo se enquadrava nos padrões estéticos da época. Rosto bonito, de traços finos e um ar esnobe, acentuado ainda mais pelo uso de "Iorgnon", que assestava nos olhos míopes com um charme irresistível. Muitas tardes a vi desfilar nos canteiros centrais da Av. Getúlio Vargas, em companhia do namorado, que eram seguidos pelos olhares invejosos da rapaziada do bar Moderno. Mas Elza parecia não tomar conhecimento do que se passava em torno, com uma expressão orgulhosa que apenas disfarçava sua invencível timidez. Muito mais tarde, quando passei a desfrutar de sua amizade, nela descobri uma mulher sensível, inteligente e espirituosa, dotada de um rico senso de humor. Elza despertava também paixões vulcânicas de admiradores que passavam muitas vezes na rua José Paranaguá, esperançosos de vê-la assomar à janela do belo palacete da família no qual residia. Um desses empedernidos era o poeta Áureo Mello, que conseguiu uma apresentação e, certa noite, decidiu fazer-lhe uma visita que terminou de forma desastrosa. Sentado numa cadeira de balanço, Áureo procurava impressioná-la com a declamação de um de seus poemas. Mas, empolgado, foi deslizando para a ponta do assento, até que finalmente se estatelou no assoalho de madeira, num estrondo seguido da gargalhada que Elza não pôde controlar. Depois dessa, não prosperou a corte do poeta, até porque, meses depois, ela se casaria com o seu primeiro marido, deixando "viúvos" dezenas de consternados pretendentes.

* * *

Várias outras mereceriam referência, como Teresa Santoro Andrade, Maria Helena Cunha e Enila Montezuma. Mas este capítulo já se alonga demais e devo encerrá-lo. Não sem antes manifestar meu pesar por haverem todas essas belas mulheres, sem exceção, por estranha coincidência, deixado Manaus, algumas para uma viagem sem retorno. Muitas, provavelmente não voltarei a ver jamais. Só me resta, como consolo, dizer com Marcel Proust que *sua beleza mais real esteve porventura em meu desejo. Elas viveram suas vidas, mas talvez só eu as sonhei.*

VII



O BRAVO GUERREIRO

Sua juventude faz barulho, ele não ouve.

Mme. de Servigné

Naquele tempo era baixo o índice de violência, pelo menos em suas manifestações mais brutais, como, por exemplo, os crimes de sangue. Isto não significa que o relacionamento humano fosse sempre ameno, isento de agressividade. Ao contrário, a mentalidade machista dos homens, inculcada desde o berço, criava em muitos a necessidade de se afirmarem, um tipo de comportamento que a sociedade aceitava como próprio dos varões. Um macho não podia demonstrar fraqueza. Chorar, nunca, em nenhuma circunstância, que isso era coisa de mulher. A dor tinha de ser disfarçada, contida a qualquer custo, já que o pranto masculino era ridicularizado sem piedade. Por igual, era inadmissível que um homem *levasse desaforo para casa*. Uma provocação devia ser respondida com uma reação igual ou superior. Desde criança, nas rodas de molecagem, éramos acostumados assim. O início da briga obedecia até mesmo a um ritual. Quando dois companheiros *se estranhavam*, um terceiro, geralmente de maior tamanho, fazia dois riscos no chão representando as respectivas genitoras dos contendores. Se cada um pisasse simbolicamente na mãe do outro, a disputa evoluía para a luta corporal, que só terminava com a derrota de um ou com a intervenção de adultos. Esse ânimo belicoso era estimula-

do por muitos pais, que ameaçavam castigar os filhos não por haverem brigado, mas por terem perdido a briga ou fugido à luta. Era comum a expressão *filho meu que apanhar na rua, apanha também em casa*. Como não havia academias de karatê, onde os jovens pudessem descarregar sua agressividade e adestrar-se em artes marciais, aprendia-se a brigar na rua e na escola, em lutas nas quais valia tudo, menos dentada e puxão de cabelos. Quem apelasse para esses recursos era xingado de desleal e maricas. Homem usava os punhos e os pés. Estes não apenas podiam, mas deviam ser usados como prova de macheza.

* * *

Era natural, portanto, que os jovens fossem portadores de uma boa carga de agressividade, à qual procuravam dar vazão em manifestações grupais de bandos aguerridos. Era grande o número de turmas famosas pela sua belicosidade. Ganhavam o nome do espaço físico em que se reuniam diariamente. Havia a turma do Ginásio, a da Bandeira Branca, a da Major Gabriel, a do Pedro II e a do Alto de Nazaré, dentre outras. A do Ginásio era constituída por um grupo de rapazes, alguns homens feitos, alunos das últimas séries, como José Caitete Filho, Volmar Simões, Zilmar Bonates, Paulo Jacob, mais tarde desembargador, Jonas Limaverde e Benayon, cujo primeiro nome esqueci. Brigavam por prazer, a troco de nada, por motivos reais ou inventados. Tiveram atritos freqüentes com os alunos do Colégio D. Bosco, velhos rivais, travaram uma pancadaria com a rapaziada do Tijuca, e até deflagraram uma guerrinha com a *Manaos Tramways*. Com esta o pretexto foi dos mais banais. A antiga farda cáqui do Ginásio um dia foi trocada por um novo modelo de cor cinza. Por coincidência, pouco depois a concessionária inglesa adotou um uniforme também cinzento para os motor-

neiros e cobradores dos bondes. Foi o suficiente para que o grupo desencadeasse uma campanha contra a *Tramways*, que ia da hostilidade aos funcionários até à prática de atos de sabotagem, como o descarrilamento dos elétricos, provocado por sabão passado nos trilhos. A campanha durou semanas e já não me lembro se veio a cessar com a mudança de fardamento dos empregados da *Tramways* ou por cansaço dos beligerantes. O recinto do Ginásio era sagrado e ai do estranho que ali entrasse sem permissão do grupo. Certo dia vi um dos nossos colegas da turma do *Moderno*, chamado Celestino – por sinal, também um famoso brigão – ser expulso a pontapés por Volmar e Zilmar. Não pontapés simbólicos, mas reais, pesadamente aplicados no traseiro. Inúmeras outras passagens poderiam ser contadas desse grupo, que perdeu o elã a partir da morte de Aníbal Santos, atingido por uma bala disparada, acidentalmente, dentro do Ginásio, por um dos integrantes da turma.

*Ginásio Amazonense Pedro II,
situado na avenida 7 de
Setembro.*



Esses grupos tinham um forte espírito gregário. As ações eram empreendidas coletivamente, com a participação obrigatória de todos. Em contrapartida, como no lema dos Três Mosqueteiros, os agravos feitos a um eram vingados por toda a grei. E o senti-



*Placa da rua Saldanha
Marinho.*

mento de posse dos seus territórios se estendia, muitas vezes, às moças neles residentes, que se viam impedidas de receber namorados. Lembro-me de um amigo que namorava uma garota no Alto de Nazaré, como era conhecido o trecho da Joaquim Nabuco entre a rua Japurá e a praça Santos Dumont. Depois de resistir a um sem-número de provocações, afinal desistiu na noite em que teve o paletó de linho branco inutilizado por uma grande mancha de piche que haviam passado nos postes em que habitualmente se encostava. E ainda se deu por feliz de não haver apanhado na frente da namorada, como acontecera a tantos outros.

Quando a pessoa molestada pertencia a outra turma, o episódio podia provocar uma verdadeira guerra, como a que foi declarada entre as turmas da Major Gabriel e do Pedro II. A primeira era liderada por Ugo Zuany, um dos mais notórios valentões da cidade. Morava em frente ao Palácio Rio Negro e tinha um físico de meter medo. Com um protuberante peito de pombo, andava com os braços abertos, à semelhança de um gorila. Fui testemunha de duas ocorrências em que o Ugo se envolveu. Certa noite dois amigos meus, os irmãos Alberto e Augusto Lacerda, baixos, mas fortes e acostumados a brigar, por um motivo qualquer desafiaram a fera, que não se fez de rogada. E durante quase meia hora, no cruzamento da Getúlio Vargas com a Saldanha Marinho, Zuany travou com os dois uma luta que só terminou quando os preliadores, exaustos, resolveram dá-la por empatada. Ainda pude assistir a outra demonstração de ferocidade do Ugo, quando uma de suas irmãs, que estudava à noite no Ginásio, chegou em casa chorando porque um professor a tratara grosseiramente. Eu estava no Café do Pina e vi quando, à aproximação do Ugo, o mestre, avisado, desembestou numa carreira digna de um campeão olímpico, atravessou toda a praça da Polícia e embarafustou pela Marcílio Dias, perdendo-se de vista. Ugo logo desistiu da perseguição, menos por cansaço, talvez, do

que por se sentir vingado em submeter o homenzinho àquele vexame perante toda a comunidade ginasiana.

A turma do Pedro II se reunia na praça da prefeitura e era comandada pelos irmãos Abdalla e Mamede Jezini, filhos do dono da Casa Jezini, que funcionava na esquina da 7 de Setembro com Joaquim Sarmiento. Eram ambos muito fortes e bons de briga. Mais tarde Abdalla se integrou à turma do *Moderno*, que era de paz e amor. A princípio, desambientado e privado de sua diversão predileta, introduziu como sucedâneo uma brincadeira chamada de *revista*. Consistia em reunir um grupo de oito a nove participantes, aos quais se atribuíam postos militares, de soldado raso a coronel. Essa *tropa* era passada em revista por um general, quase sempre o Abdalla, que proclamava ter dado pela falta, digamos, do tenente. Este teria que replicar de pronto que não fora ele e sim outro qualquer. Este, por sua vez, teria de atribuir a falta a outro, e assim sucessivamente. Se o detentor de qualquer dos postos demorasse a responder ou se atrapalhasse na resposta, era submetido ao *sabacu*, o castigo físico aplicado ao infeliz, na forma de pancadas de mão aberta, dadas por todo o grupo, nas costas e na cabeça. Muitos ficavam com os olhos cheios de lágrimas.

Mas antes de se juntar a nós, quando ainda pertencia à turma do Pedro II, Abdalla e outros tiveram um atrito com alguns integrantes da turma da Major Gabriel, e resolveram tirar a coisa a limpo. Seria o confronto definitivo a ser travado num local ermo, livre da interferência da polícia ou de testemunhas. E acertaram a luta para uma data determinada, à noite, nas proximidades do Clube Amazonense de Regatas. E lá realmente teve lugar a grande batalha campal, que terminou com a derrota das hostes de Ugo. Este, excelente nadador, escapou atirando-se ao rio Negro e voltou para casa pelo Igarapé de Manaus. Foi a última guerra de turmas de que tive notícia.

* * *

Mas nem todos os grandes pelejadores do passado faziam parte de bandos. Havia também os combatentes solitários, que jamais participavam de ações coletivas. Não que fossem necessariamente anti-sociais. Podiam ser até pessoas perfeitamente integradas ao meio, com um amplo círculo de amigos, mas orgulhosas demais para pedir ou aceitar ajuda de terceiros em suas questões pessoais. Agiam sempre sozinhos, enfrentando e vencendo desafios, por mais difíceis que se apresentassem. E assim, iam criando fama de valentes, com a notícia de suas façanhas ajudando a construir o mito em que se transformavam alguns deles, principalmente aos olhos dos mais novos, que os viam como heróis de carne e osso.

Danilo Silva, que mais tarde adotaria o sobrenome Du Silvan e morreria como promotor público da capital, era um cultor da forma física. Narcisista, praticava barra e halteres e gostava de exibir, vaidoso, o tórax protuberante e os bíceps salientes. Seu campo de treinamento e de exibição era o vasto pátio externo do Ginásio Pedro II, onde estudava. Ao lado da quadra de basquete havia uma estrutura metálica, de uns quatro metros de altura, dotada de escadas e barras horizontais e verticais, para a prática de exercícios. Todas as manhãs ele comparecia ao local, vestido com um pequeno calção de banho, para dar o seu mini "show", ante um pequeno público formado por colegas de ambos os sexos, com predominância do feminino. Certa vez, instado pelas fãs, galgou a escada e, lá do alto, resolveu bancar o superherói, saltando para o solo de areia não muito fofa. A proeza custou-lhe fraturas nos pés e uma boa temporada no hospital. Desde então, operou-se uma notável mudança em Danilo, que substituiu o culto do corpo pelo do espírito, dedicando-se com paixão às atividades literárias. Mas um pouco antes desse incidente, ele



RIBEIRO JÚNIOR

Militar que se tornou ídolo, ao chefiar a rebelião que tirou do poder a oligarquia Rego Monteiro.

ainda se envolveria num outro episódio do qual se sairia igualmente de maneira pouco airosa. Um tanto agressivo, já se metera em meia dúzia de brigas, que lhe granjearam a fama de valentão, porque levava a melhor em todas, graças aos seus poderosos músculos. Orgulhoso da fama, enciumou-se quando um sol maior se levantou, na pessoa de Abdalla Jezini, um dos “canções de fogo” da cidade. Um dia, inconformado com a popularidade do rival, Danilo lhe mandou um recado, desafiando-o para uma luta na “Baixa do JG”, um campo de peladas no local onde hoje se ergue o “Palácio do Rádio”. Abdalla prontamente aceitou o desafio e a notícia logo se espalhou. No dia marcado, uma pequena multidão se aglomerou na Baixa para assistir ao combate. E esse público não saiu frustrado. Foi uma luta prolongada e violenta, mas leal. Infelizmente para Danilo, a sorte não o favoreceu. Após uma demorada troca de socos, “gravatas” e pontapés, Abdalla conseguiu afinal dominá-lo, no chão, e castigou-o sem piedade. Danilo retirou-se abatido, com o nariz sangrando e o rosto cheio de hematomas, enquanto Abdalla vivia mais um instante de triunfo.

Dentre todos que adquiriram notoriedade naqueles anos, por sua coragem, um sobreleva em minha memória, acima dos demais, talvez por tê-lo conhecido mais de perto. É Alfredo Aguiar, cujo nome completo, como o de Bilac, é também um alexandrino, embora imperfeito: Alfredo Augusto Braga Vieira de Aguiar. Seu pai era Francisco das Chagas Aguiar, mais conhecido como Chiquito, que, aos trinta anos de idade, assumia a Prefeitura de Manaus, no governo revolucionário de Ribeiro Júnior. Nas poucas semanas que passou à frente da Comuna, não pôde, obviamente, realizar nenhuma obra importante. Mas deixou registrado um episódio denunciador da sua personalidade, dotada de altivez e senso de humor. Chiquito tinha baixa estatura, ao passo que Ribeiro Jr. era um homenzarrão. Um dia os dois conversavam, de pé, sobre um assunto em torno do qual diver-

giam. A discussão se acalorou e Ribeiro Jr., exaltado, levantou a voz. Chiquito, igualmente exaltado, replicou: *Se você está gritando comigo porque é mais alto do que eu, não seja por isso.* A seguir, mais do que depressa, trepou na cadeira mais próxima e concluiu: *Agora eu sou mais alto do que você.* Tomado de surpresa, o governador não pôde deixar de sorrir da audácia e presença de espírito do auxiliar, e a conversa terminou em paz. Continuaram amigos, como prova o nome de Alfredo, que lhe foi dado em homenagem a Ribeiro Jr. Além do pai, a quem não conheci, outro membro de sua família foi um exemplo dignificante. Seu irmão, Gualter, cujo nome pronuncio com respeito. Sério em tudo que fazia, era dotado de coragem física, que demonstrou com serenidade e firmeza, sempre que necessário, mas sobretudo de coragem moral, comprovada ao longo de sua vida, durante a qual se manteve fiel às suas idéias ante as circunstâncias mais adversas. E não mudou em seus últimos anos, quando, alquebrado pela doença, soube enfrentar a morte com galhardia.

Não é de surpreender, assim, que Alfredo tenha sido, em sua mocidade, uma figura singular, que despertava ódio, amor, inveja, admiração, mas ao qual não se podia ser indiferente. Ao contrário dos valentões da época, ele não era um arruaceiro vulgar. Não usava armas, não agredia cidadãos pacatos, não provocava os mais fracos e, como já disse, não se acobertava em turmas. Adorava brigar, mas sempre por um bom motivo e arrostando sozinho as conseqüências. Nem sempre eram questões pessoais. Podia entrar em briga alheia, desde que a causa lhe parecesse justa. Por outro lado, estava longe de ser um bronco intratável, que julgasse resolver tudo pela força. Era na verdade um intelectual, autodidata, com excelente cultura humanística. Produzia pouco, mas quando o fazia se revelava bom articulista e

Os irmãos Gualter e
Alfredo Aguiar.





Placa da rua Joaquim
Sarmento.

razoável poeta. Pelo menos um de seus sonetos poderia figurar em qualquer antologia. Politizado, comunista militante, defendia suas idéias com paixão e conhecimento de causa. Era um prazer ouvi-lo, em especial quando travava discussões, que dificilmente perdia, por ser espirituoso, mordaz e dotado de grande agilidade mental.

Sua aparência física era enganadora. Baixo, magro, dava a impressão de frágil. No entanto, era um feixe de músculos, que lhe dava uma força insuspeitada, capaz de derrubar adversários com quase o dobro do seu peso. Além disso, deslocava-se com incrível rapidez durante a briga, sendo muito difícil atingi-lo. E, quando atacava, os punhos eram acionados com grande velocidade e precisão, numa série sucessiva de golpes que podiam decidir a luta em poucos minutos. Mais do que a destreza e a força física, porém, intimidava seus antagonistas o gênio de Alfredo, que não esquecia agravos nem aceitava derrotas. Levar vantagem sobre ele só podia causar intranquilidade ao vencedor, que tinha de preparar-se para um segundo *round*, porque ele iria fatalmente à forra. Conheço inúmeras passagens da vida de Alfredo, das quais me permito contar algumas.

Seu espaço preferido, como o de muitos intelectuais e boêmios, era o triângulo que tinha como vértices o bar Avenida, na esquina de Eduardo Ribeiro com Saldanha Marinho, o café Leão de Ouro, na esquina de Eduardo Ribeiro com Henrique Martins, e o café A Baratinha, na esquina de Henrique Martins com Joaquim Sarmento. Dentro desse espaço se continham, ainda, o Café da Paz, com seu grande salão de sinuca, o cine Avenida, três livrarias e, bem próximos, o cine Odeon e as redações de todos os jornais da cidade. Pode-se dizer, portanto, que ali pulsava o coração de Manaus. E Alfredo era seu freqüentador diário. Um dia, ele se encontrava no bar Avenida, quando reclamou do mau atendimento, irritou-se e saiu dizendo que voltaria

para promover uma quebradeira. Horas depois, foi informado de que o dono do bar levava a sério a ameaça e pedira a proteção de cinco ou seis guardas-civis armados de cassetetes. Alfredo já tinha esfriado a cabeça e não pretendia cumprir a promessa. Mas não era homem de recusar desafios como aquele. Sem pensar duas vezes, dirigiu-se ao bar e passou a provocar os guardas, que reagiram com violência. Ele se defendia com cadeiras, socos e pontapés. Mas, em desvantagem, foi recuando até à calçada, onde arrebatou de um dos guardas o cassetete, que passou a usar. E assim foi, batendo e apanhando, até o lado oposto da Eduardo Ribeiro, onde, afinal, foi dominado. A custo, conseguiram levá-lo à Central de Polícia, sendo liberado mais tarde por interferência de Herculano Castro e Costa, jornalista influente e seu amigo. Passados alguns anos, ao comentar comigo o incidente, Alfredo confessava: *Foi a primeira e última vez que enfrentei guardas armados de cassetetes. Pancada de cassetete arde como fogo. Uma semana depois minhas costas ainda doíam.*

Outra vez, estava na *Baratinha*, tomando uma média, quando acidentalmente derramou café sobre a calça. Aborrecido, arremessou a xícara à rua. Encontrava-se no café um português, recém-chegado de Portugal, que estava em negociações para arrendar o estabelecimento. Alto e corpulento, o homem se dirigiu a Alfredo, rispidamente, para censurar o seu gesto. Houve o revide, em seguida os dois se engalinharam e o português conseguiu prender a cabeça do antagonista sob uma forte *gravata*. Com muito esforço, os circunstantes conseguiram apartar os contendores e Alfredo foi levado para fora do café por um de seus amigos. Mas, para ele a briga não tinha terminado. Antes de andar meio quarteirão, parou, deu meia-volta e retornou ao café, indo direto ao português, que atingiu com poderoso murro. O homem desabou. Foi tão grande o susto, que desistiu da *Baratinha* e do Brasil. Semanas depois, voltou para Portugal.

Havia em Manaus um jornalista, também de gênio explosivo e que habitualmente usava um revólver à cintura. Ao saber que Alfredo havia dado uns tapas em alguém, comentou que com ele seria diferente. Alfredo soube do comentário e passou a caçar o homem. Uma tarde, ao entrar no bar Americano, tranqüilo e decadente, deparou com o próprio, que bebia cerveja em companhia de um amigo. Alfredo nem se deu ao trabalho de interpelar o homem. De dedo em riste, atacou: *Você disse que com você ia ser diferente. E vai ser. Moleque da sua espécie não merece apanhar de tapa.* A seguir, pegou uma das mãos do outro, espalmou-a e, com os dedos de sua mão direita, aplicou-lhe meia dúzia de sonoros bolos. E retirou-se sem olhar para trás, sem verificar sequer se o homem estava armado.

Por mais de uma vez saiu em defesa de outros, mais fracos, sem ter nada com a briga. Assim aconteceu uma noite, quando lia tranqüilamente, numa *garçonière* na rua Miranda Leão. De repente, o silêncio foi quebrado pelo som de vozes alteradas que vinham do quarto fronteiro. Seguiu-se um ruído de luta, acompanhado de choro e de um grito de mulher a pedir socorro. Alfredo, cavalheiresco, não era homem para deixar sem resposta os apelos de uma dama em perigo, mesmo que não se tratasse exatamente de uma dama. E foi bater na porta do quarto, que se abriu, mostrando uma mulher em prantos e um homem forte e mal-encarado, que recebeu o indesejado visitante *com quatro pedras na mão*. Discutiram e o desconhecido, furioso, partiu para a agressão, que lhe custou muito caro. Levou tremenda surra e teve de ser medicado no Pronto-Socorro. Provavelmente nunca mais bateu em mulher nenhuma.

Somente uma vez Alfredo fugiu a um desafio. O autor da proeza foi Pedro Santiago de Amorim, ou Augusto Sandino, pseudônimo que utilizava em sua mocidade, quando se apresentava em *shows* cantando árias de óperas famosas e canções napo-

litanas, com sérias pretensões de se tornar um novo Caruso. Meu amigo de infância, sempre foi um excelente caráter, por isso dado a certas quixotadas. Pedro era colega de Alfredo na antiga Delegacia Fiscal, onde tinha a seu cargo a elaboração das folhas de pagamento. Um dia apareceu uma diferença a menor nos vencimentos de Alfredo, que reclamou, exigindo que fizessem a retificação, do contrário ele próprio a faria. Pedro, franzino e baixinho, devia pesar uns quarenta quilos, podendo ser derrubado com um sopro. Mas nem assim se intimidou. Pondo-se de pé, encarou o formidável competidor e, teatral, desafiou: *Nunca! Só se passar por cima do meu cadáver*. Alfredo ainda cerrou o punho, mas logo percebeu que se aplicasse o murro estaria cometendo homicídio. Preferiu engolir a raiva e retirar-se, deixando Pedro gozar, deliciado, o seu dia de herói.

Mas nem todas as passagens curiosas da vida de Alfredo estão relacionadas com brigas. Como já observei, tinha um apurado senso de humor e vivia a maquirar brincadeiras, inclusive com pessoas de quem gostava, por mero espírito de farra. A peça pregada em Aducto Rocha não foi a única nem a maior. Uma noite, ele e Pedro Lemos (tinha que ser!), em frente à redação de *O Jornal*, na Eduardo Ribeiro, tiveram a idéia de aprontar uma com Álvaro Bandeira de Melo, pacato e ilustre cidadão que morava do outro lado da avenida, nos altos de um prédio hoje reformado. Começaram com um telefonema para a Garagem Esportiva, pedindo um carro de praça. Em seguida chamaram a Polícia, para prender um ladrão que estaria tentando arrombar uma casa. Ligaram, a seguir, para o Pronto-Socorro, pedindo a ambulância para atender a um caso de urgência. E, finalmente, deram um quarto telefonema para o Corpo de Bombeiros, comunicando um incêndio. Em todas essas chamadas forneceram o endereço de Álvaro. Em poucos instantes a confusão estava formada. O motorista de praça ficou algum tempo batendo na porta,

Sobrado localizado na avenida Eduardo Ribeiro com Saldanha Marinho, hoje já demolido, onde funcionou por longos anos o bar e restaurante Avenida.



sem ser atendido, porque o dono da casa havia saído com a mulher. Nesse momento chega a polícia no carro celular, a velha *Manduquinha*, e dá voz de prisão ao motorista, que se rebela. Logo chega a ambulância, com a sirene uivando, seguida do carro de bombeiros com o sino tocando. Ao retornar à casa, em companhia da excelentíssima, Álvaro encontrou o pandemônio formado, e por pouco não precisou dos serviços da ambulância. Creio que morreu sem descobrir os autores da façanha, que naquela noite, da porta do jornal, se divertiram a valer.

Outra das suas brincadeiras teve, contudo, inspiração mais generosa. Aconteceu no bar Avenida, onde também funcionava um restaurante. Os garçons, cumprindo ordem superior, passaram a mover campanha sistemática contra os pequenos engraxates que ofereciam seus serviços aos frequentadores. Alguns dos garotos, mais insistentes, eram escorraçados aos empurrões e com xingamentos humilhantes. Alfredo foi inchando e um dia resolveu dar uma lição ao proprietário e a seus fiéis serviçais. A

pretexto de homenagear autoridades e políticos, inclusive o senador Cunha Melo, encomendou um jantar de trinta ou quarenta talheres, com um cardápio dos melhores. Na noite marcada, para surpresa e desgosto do dono e de seus empregados, o restaurante era invadido não por convidados ilustres, mas por um enxame de engraxates, que tomaram assento à mesa caprichosamente arrumada, com o anfitrião, rejubilado, à cabeceira. O jantar decorreu sem incidentes, mas o proprietário vingou-se cobrando o dobro do preço usual, que Alfredo pagou sem discutir, feliz como uma criança.

Nunca mais vi Alfredo Aguiar, o bravo guerreiro, agora em repouso. Não sei que marcas a vida lhe terá imprimido. Sejam quais forem, serão amenizadas, certamente, pelas recordações de quem soube fazer de sua juventude não uma caminhada de

cinzenta monotonia, mas antes uma alegre cavalgada com sabor de aventura.

VIII



A MELHOR DIVERSÃO

*O cinema era tema de diálogo e discussão,
muito mais que a literatura.*

Italo Calvino

Dizer que nenhuma diversão ultrapassava o cinema, naquele tempo, não era um simples *slogan* de propaganda, mas uma verdade incontestável. Não tínhamos televisão que nos distraísse com sua variedade de programas e ainda nos desse oportunidade de assistir a qualquer filme em nossa própria casa. Ou íamos aos cinemas, ou não os veríamos jamais. Uma superprodução, precedida de ampla publicidade, gerava uma expectativa que se prolongava por vários meses, tempo que meditava entre o lançamento no sul do país e a estréia em Manaus. Ficávamos contando os dias que faltavam para a data ansiosamente aguardada, com a emoção das crianças à espera do Natal. Mas não eram só os filmes que nos atraíam. Os cinemas não eram apenas casas de espetáculos, mas também locais de encontro e de convívio social. Às vezes, eram os únicos lugares onde se podia ter momentos de maior intimidade com a namorada, em razão do severo controle que os pais exerciam. Apesar da presença do inevitável acompanhante, sempre havia chances de trocas de carinhos difíceis ou impossíveis fora dali. Mas tão importante quanto a sala de projeção podia ser o salão de espera, onde os espectadores, languidamente refestelados em poltronas, fumavam e conversavam,



Exemplar de "A Cena Muda"
exibindo Indríg Bergman
na capa.

enquanto assistiam à exibição de beleza e elegância das moças que desfilavam. E ainda havia aqueles que, já tendo visto o filme, ou sem dinheiro para o ingresso, se plantavam na calçada em frente, a olhar a entrada e a ouvir música, como num sereno de festa.

Nós nos familiarizávamos com o mundo do cinema, antes mesmo de assistir ao primeiro filme, através de uma revista especializada, *A Cena Muda*, que publicava um variado noticiário sobre o assunto. Fartamente ilustrada, constituía a grande fonte de onde nossas tias, irmãs e primas tiravam as fotos dos astros e estrelas em voga, as quais, cuidadosamente recortadas, iam enriquecer seus álbuns. Vivíamos a era do *star system*, com a eficiente máquina publicitária de Hollywood mobilizada para a fabricação dos ídolos da tela, em torno dos quais se criava toda uma atraente mitologia. As mulheres suspiravam por Clark Gable, Tyrone Power, Robert Taylor, Errol Flynn, Carry Grant e Charles Bayer, enquanto os homens se rendiam ao charme de Hedy Lamarr, Vivien Leigh, Lana Turner, Rita Hayworth e, um pouco mais tarde, Ava Gardner, Grace Kelly e Kim Novak. E havia outros que pelo talento ou simpatia atraíam ambos os sexos, tais como: Bette Davis, Spencer Tracy e Olivia de Havilland. Ia-se ver um filme principalmente pelo elenco e menos pela qualidade ou pela assinatura do diretor.



Chaplin.

Como todo menino do meu tempo, eu me iniciei com as comédias de Carlitos, do Gordo e o Magro e de Harold Lloyd, e creio que nunca mais na vida vou dar, outra vez, as espontâneas gargalhadas que eles arrancavam de mim. Adorava também, obviamente, os desenhos animados, especialmente os de Popeye, então, como sempre, enfrentando o eterno rival Brutus, na disputa por Olívia Palito. Depois, vieram os filmes de *western* classe B, primários no enredo e na realização, que se limitavam a uma seqüência confusa de socos, tiroteios e correrias, com o *happy end* tradicional. Eu



Desenho de Tarzan.

Cartaz original do filme *E o Vento Levou...*



não os perdia, principalmente se estrelados pelos meus mocinhos preferidos, como Tim Mccoy, Ken Maynard e Charles Starret. Como não perdia igualmente os seriados. Nada mais emocionante do que acompanhar aqueles dez ou doze episódios, exibidos semanalmente, com o final sempre apresentando o héroi ou a sua garota em situação de perigo mortal. No episódio seguinte, após escapar milagrosamente, reiniciava a luta implacável contra o monstruoso vilão. Entre um episódio e outro ficávamos a semana inteira especulando sobre o que aconteceria. Outro gancho que nos mantinha presos à história era a identidade do vilão, misterioso personagem que só era desmascarado ao final, numa atmosfera de clímax. Até hoje guardo a imagem do sinistro chefe dos bandidos no *Aranha Negra*, do qual só víamos a mão afaçando um gato preto sobre a escrivaninha, enquanto instruía seus asseclas com uma voz cavernosa que me dava arrepios. Além desse, creio que assisti a quase todos, como *A Deusa de Joba*, *O Império Submarino*, *Novas Aventuras de Tarzan*, *A Adaga de Salomão* e muitos outros.

Com o tempo, meu gosto foi ficando mais eclético e também um pouco mais apurado. Não me tornei um cinemaníaco, mas passei a gostar de todos os gêneros e a assistir, em média, de três a quatro filmes por semana. Em meio a tantos de segunda categoria, pude assistir a alguns que se tornaram clássicos e a outros que, embora não fossem obras-primas, me marcaram, com passagens e cenas que ficaram em mim, inesquecíveis. De muitos, pude matar a saudade ao revê-los periodicamente, em reprises nos cinemas e na televisão, e alguns até gravei, para minha filmoteca, como os eternos *E o Vento Levou...*, *Casablanca*, *Gilda* e *Rebeca*, a mulher inesquecível, que de vez em quando projeto para me reencontrar com Scarlett em Tara, ou com Rick a ouvir Sam no bar tocando *As Time Goes By*. Outros, para minha tristeza,

nunca mais consegui rever, por não terem sido reprisados ou por falta de oportunidade.

Dos *westerns*, que continuaram a gozar da minha preferência, como esquecer *Os Brutos também Amam*, com o mocinho Shane, tendo Alan Ladd no papel-título, a manejar o revólver como um mágico, ante os olhos do menino fascinado com a proeza; ou o xerife encarnado por Gary Cooper em *Matar ou Morrer*, atirando ao chão a estrela, num gesto de supremo desprezo pela cidade que ele salvara sozinho, ou, ainda, *Jesse James*, com Tyrone Power no papel-título, assassinado pelas costas e vingado pelo irmão, numa perseguição emocionante ao assassino, em *A volta de Frank James*, vivido por Henry Fonda.

A Segunda Guerra Mundial foi e continua a ser um riquíssimo filão para os estúdios cinematográficos. Outro gênero que sempre exerceu uma grande atração sobre mim, porque funde uma dupla paixão, pelo cinema e por aquele conflito. Acho que poucos me escaparam. Procurava ver todos, qualquer que fosse o tema: operações bélicas, ações de espionagem ou dramas vividos em campos de concentração. Pouco importava também o teatro de guerra. Podia ser no Pacífico, no norte da África ou na Europa, o interesse era o mesmo. Pude ver Humphrey Bogart vivendo alguns de seus bons momentos em *Passagem para Marselha* e *Uma Aventura na Martinica*. E Errol Flynn, como o bravo oficial americano a resistir até o fim ao avanço japonês em Bataan. E outros, menos famosos, sendo aniquilados na ilha de Wake, em *Nossos Mortos Serão Vingados*. Como realmente foram, mais tarde, em *Guadalcanal*.

Isto não quer dizer, claro, que filmes referentes a outras guerras não me interessassem. A Primeira Guerra Mundial nos proporcionou, por exemplo, *Patrulha da Madrugada*, com Errol Flynn, e *Nada de Novo na Frente Ocidental*, inspirado no livro de Erich Maria Remarque;



Errol Flynn.



Fred Astaire.

CHANCHADAS DA ATLÂNTIDA

Comédias ingênuas que levavam multidões aos cinemas.

a Guerra da Criméia nos deu, também com Errol Flynn, *Carga da Brigada Ligeira*; e a Guerra Civil Espanhola foi cenário do imortal *Por Quem os Sinos Dobram?*, da obra de Hemingway, com Gary Cooper tendo seu desempenho empanado por uma Ingrid Bergman belíssima como a terna Maria dos cabelos cacheados. E até as guerras coloniais inspiraram bons filmes, à parte suas conotações políticas e distorções históricas. Por isso não podemos esquecer *Beau Geste*, romantizando as lutas da *Legião Estrangeira* na África do Norte, ou *Gunga Din*, apresentando os nacionalistas hindus como fanáticos sanguinários. De qualquer forma, fiquei comovido com o sacrifício do pária indiano – que não me saiu da memória – a galgar a cúpula do templo dourado para, com suas clarinadas, salvar seus amigos ingleses de uma cilada mortal.

Não faltava, também, aos filmes de aventuras, fossem de piratas, como *Capitão Blood*, ou de capa e espada, como *As Aventuras de Robin Hood*, do qual me ficou o memorável duelo travado entre Errol Flynn (tinha que ser) e Basil Rathbone. Igual, só veria muito mais tarde, em *Scaramouche*, em que os espadachins eram Stewart Granger e Mel Ferrer. Os policiais eram outros que me tinham como espectador certo, especialmente os que traziam os nomes de James Cagney, Humphrey Bogart e George Raft. De alguns esqueci até os títulos, mas não as cenas de violência, como aquela em que Richard Widmark, num requinte de sadismo, lançava escada abaixo, com cadeira e tudo, uma velhinha paralítica. Igualmente imperdíveis os que tinham como vilões Sidney Greenstreet e Peter Lorre; ou os musicais com Fred Astaire e Gene Kelly; ou, ainda, as comédias com Bob Hope, Red Skelton e Danny Kaye.

Mencionei apenas filmes americanos porque Hollywood dominava amplamente o mercado, na proporção, talvez, de nove a um, em dez exibidos. Os nacionais só começaram a ter popu-

CINEMAS DE MANAUS

Eram os grandes centros de diversões de todas as idades e classes sociais.

laridade a partir das chanchadas da Atlântida. Quanto aos europeus, embora quantitativamente menos expressivos, foram responsáveis por algumas obras-primas que nos marcaram, como *Ladrões de Bicicletas*, *Roma*, *Cidade Aberta*, *Milagre em Milão* e outros do neo-realismo italiano, sem esquecer os franceses de diretores como Jean Cocteau, Jean Renoir e René Clement. Que delícias de filmes, *A Bela e a Fera* e *Brinquedos Proibidos*. Finalmente, não posso deixar de mencionar os mexicanos, com os horríveis dramalhões da Pelmex, a que assistia para ouvir as canções de Pedro Vargas e do Trio Los Panchos, mas, principalmente, para admirar Maria Antonieta Pons, talvez o mais bonito par de coxas do cinema. Ou, então, quando as produções traziam as assinaturas de Emílio Fernandez e Gabriel Figueroa, que nos deram obras antológicas, como *A Pérola*.

Creio que algumas das mais intensas emoções que senti ocorreram no interior dos cinemas, nos arroubos do namoro ou nas fugas que empreendia quando, ao mergulhar na penumbra, emergia no retângulo mágico da tela para viver em comunhão com os deuses e as divas de um mundo mitológico.

Cine Guarany.

* * *



No centro de Manaus existiam apenas quatro cinemas, o Avenida, o Odeon, o Polytheama e o Guarany, pertencentes a duas empresas, a J. Fontenele e a A. Bernardino. Na segunda metade dos anos quarenta surgiria o Éden. Não incluo o Popular porque, de tão precário, só era freqüentado, praticamente, por pessoas residentes no Alto de Nazaré e imediações. Basta dizer que um *habitué* de cine-

ma como eu, nunca lá pus os pés. Mesmo os quatro melhores, porém, deixavam muito a desejar em matéria de conforto. As poltronas tinham assentos de madeira e não havia refrigeração. O calor era amenizado por ventiladores de teto e de parede, os quais, dependendo da hora e da quantidade de gente, podiam ser praticamente inúteis. Lembro-me perfeitamente das sessões das treze horas, aos domingos, no Polytheama e no Guarany. As bilheterias abriam ao meio-dia. À hora marcada, com a sala superlotada, inclusive com espectadores sentados no chão, as cortinas eram cerradas e o prefixo musical anunciava o início da sessão. Aí se desencadeava uma zoadeira infernal de gritos, assovios e sapateados, que logo se interrompia, para se repetir, com intermitência, durante toda a sessão, a pretexto de qualquer coisa.

Nas cenas românticas, quando o galã beijava a moça, nas de briga e nas de perseguição, a cavalo ou automóvel, a assoada era a mesma, por pura molecagem. Quando o filme *queimava* e as luzes se acendiam, então era um pandemônio, com gritos de *ladrão*, em protesto contra possíveis mutilações da película. A sala era uma estufa, e após três horas de calor e barulheira, a camisa encharcada de suor, os olhos habituados à semi-escuridão, tomávamos um choque quando as portas se abriam e recebíamos, em pleno rosto, a claridade da luz solar. Frequentemente, essas sessões me custavam uma forte dor de cabeça

que me estragava o resto do dia. Mas, no domingo seguinte, lá estava eu, firme, na fila de ingressos.

Havia duas sessões, de segunda a sábado, às dezesseis e às vinte horas. Aos domingos realizavam-se, ainda, a matinal, às nove, e a *matinée* de treze horas. As sessões noturnas eram



Cine Odcon.

TICO-TICO NO FUBÁ

Composição famosa de Zequinha de Abreu, que abria as sessões de cinema Polytheama.

duplas, com a exibição de dois filmes, sem intervalo. Uma parte do público se retirava ao término do primeiro filme, mas a grande maioria ficava para assistir ao segundo. A platéia das sessões de adultos era geralmente bem-comportada, especialmente a das *soirées* – era assim mesmo que chamavam – freqüentadas por casais da classe média alta, que falavam aos cochichos, como nos teatros. Os homens compareciam de paletó e gravata, acompanhados de esposas e filhos em trajes de festa. A única perturbação, às vezes, corria por conta de um tipo de chato, muito comum à época, que passava a sessão inteira a comentar o filme com seus acompanhantes, inclusive antecipando seqüências da história. Quase sempre os circunstantes engoliam a raiva em silêncio ou, quando muito, trocavam de lugar. Raramente acontecia de alguns, menos educados, protestarem em voz alta ou se queixarem à gerência, criando tumulto. Excetuados esses incidentes, raríssimos, as sessões eram silenciosas e tranquilas. Algo semelhante ocorria com as domingueiras das dezesseis horas, com a diferença de que os freqüentadores eram, predominantemente, jovens casais de namorados.

As bilheterias abriam quarenta e cinco minutos antes, quando começava a tocar a música, não para dentro, mas para fora, através de alto-falantes voltados para a rua. À hora marcada para o início da sessão, tocava o prefixo musical, que era uma música popular. No caso do Polytheama, durante muitos anos foi o *Tico-Tico no Fubá*. Nunca entendi bem o porquê dessa prática, a não ser pela possibilidade, improvável, de atrair freqüentadores. O certo é que perdurou por muitos anos, sendo abandonada aos poucos. O mais renitente foi o Guarany, que só aboliu a música externa no início da década de 60, quando um grupo de *habitués* da República Livre do Pina, eu no meio, não suportando mais o volume do alto-falante e o baixo nível das músicas, fizemos um apelo ao velho Vasco, que finalmente nos atendeu.



POLYTHEAMA

Situado na avenida Getúlio Vargas, cruzamento com a 7 de Setembro, era um dos quatro grandes cinemas de Manaus e, também, teatro.

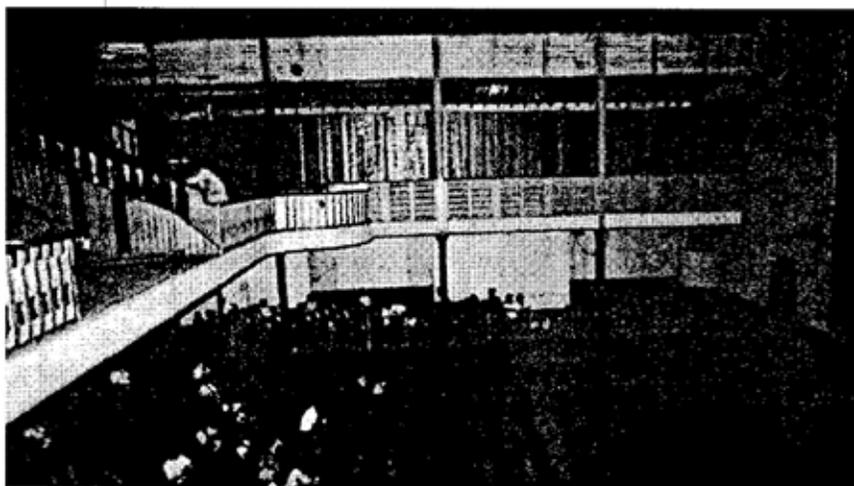
A programação diária era afixada em grandes tabuletas, amarradas aos postes ou aos *ficus benjamins* fronteiros aos cinemas, com os nomes dos filmes, o horário e os preços pintados em grandes letras azuis e vermelhas. As superproduções, ansiosamente aguardadas, eram anunciadas dias antes, através de carros com altos-falantes que percorriam a cidade inteira, trombeteando com estardalhaço as qualidades da película. Nos dias festivos, como grandes feriados e datas de aniversário dos cinemas, havia sessões ao ar livre. Nos canteiros em frente ao Polytheama e ao Guarany erguiam-se postes de ferro, aos quais se prendiam as telas em que se projetavam os filmes, geralmente documentários e desenhos animados. Eram realizadas entre as dezoito e as dezenove horas, gratuitamente, com grande afluência de espectadores, que se espalhavam, no Guarany, até à calçada da praça da Polícia, e no Polytheama ocupavam toda a pista da Getúlio Vargas, até à calçada do Ginásio. A área em frente aos cinemas ficava embandeirada com papéis coloridos, como um arraial, a cidade era despertada com salvas de rojões e a matinal regurgitava de crianças que acorriam para ver o filme e receber balas e bombons. Tudo grátis. Era realmente uma festa.

Os donos e gerentes eram conhecidos dos freqüentadores, com os quais se relacionavam. E alguns, de tão assíduos, se tornavam íntimos e não pagavam ingresso. Eram os *beiradistas*, assim chamados porque ficavam rondando a platéia pelas margens, em busca de garotas para possíveis abordagens. Hábílssimos, adotavam várias técnicas de aproximação. Algumas vezes, sentavam ao lado da moça escolhida e, de leve, cautelosamente, lhe roçavam o braço. Se o contato era repellido, desistiam; se não, iam em frente, porque o peixe estava fígado. Outras vezes, faziam comentários a respeito do filme. Se a vizinha respondia, mesmo com um simples sorriso, logo entabulavam conversa. Finalmente, havia a abordagem indireta, que consistia em

obsequiar o acompanhante da jovem com chocolates ou balas, se criança, para, numa segunda etapa, atingir o verdadeiro alvo. Esses *beiradistas* eram encontrados em todos os cinemas, mas o preferido era o Guarany, talvez pela proximidade do Pina. O grupo se constituía de advogados, médicos, dentistas e promotores, que assinavam ponto todos os dias, independentemente do filme em exibição, já que o seu interesse estava na platéia. Mas havia também os neófitos, que podiam agir desastradamente. Foi o que aconteceu uma noite com Fernando Gonçalves, o Fernandão, mais tarde Promotor de Justiça. Sem muito jeito para a coisa e dotado de uma tonitruante voz de barítono, no meio da sessão resolveu abordar uma garota, com sutileza de mamute, cochichando-lhe ao ouvido, num ribombo que ressoou em toda a platéia: *Maria, deixa eu pegar no teu peito?* A gargalhada foi geral e Fernandão logo deixou a sala, ralado de vergonha. Um vexame completo.

Sala de projeção do
Cine Guarany.

Em meados dos anos 50 surgiram, como novidade, as “sessões só para homens” no Guarany e no Polytheama. Acon-





FARIAS DE CARVALHO

Membro do Clube da Madrugada e o poeta mais popular de seu tempo.

teciam às sexta-feiras, às 11 da noite, com enorme afluência de um público rigorosamente masculino. Nem as meninas da zona do meretrício se atreviam a comparecer. Não me lembro de ter visto, alguma vez, nenhuma mulher numa dessas sessões. Eram apenas homens maiores de 18 anos. Alguns poucos velhos que enfrentavam a zombaria dos outros, que os hostilizavam aos gritos de “velho broxa” e “mineteiro”. Alguns não se davam por achados e todas as semanas lá estavam, firmes, indiferentes aos doestos da turba. Havia homens de todas as classes sociais, mas aqueles de maior projeção, ciosos de sua reputação, entravam sorrateiramente, depois de começada a sessão, e saíam antes do seu final, temerosos de serem reconhecidos.

Não preciso dizer que os filmes eram todos pornográficos, feitos por amadores em 16 mm, mudos, de péssima qualidade, com estórias curtas que eram simples pretexto para a apresentação de cenas de “sexo explícito”, como se diz hoje. Tudo de muito mau gosto, mas o sabor do proibido fazia a platéia vibrar, excitadíssima, não sendo raro os que se entregavam à masturbação em pleno cinema. Certa noite, no Guarany, vi um espectador reclamando, muito irritado, porque um jato de esperma lhe caíra na cabeça, ejaculado do alto da galeria. Diziam os empregados que, após as sessões, tinham um grande trabalho para remover a sujeira deixada pelos onanistas. É claro que a grande maioria não chegava a esses extremos, mas, em compensação, saía do cinema direto para os lupanares, que nesses dias ficavam lotados.

O Guarany era domínio do velho Vasco Farias, o *vovô* Vasco, que ainda em vida foi homenageado por Farias de Carvalho com um belo e comovente soneto. Alto, cabelos de algodão, ventre avantajado, sua figura paternal despertava simpatia em adultos e crianças. Devia gostar muito do ramo, porque trabalhou alguns anos no Polytheama e depois se transferiu para o Guarany, onde ficou até se aposentar, e com o qual se identifi-

RÁDIO DIFUSORA

*Popular emissora de Manaus,
fundada e dirigida por Josué
Cláudio de Souza, pai.*



D. YAYÁ

Esposa do proprietário do cinema Avenida, muito estimada pelos frequentadores.

cou a tal ponto que era a própria personificação do velho cinema. Aliás, teatro também, eventualmente utilizado para *shows* e programas de auditório, como o popular *Tem Gato na Tuba*, da Rádio Difusora, que contava com enorme audiência. Era o único cinema com o privilégio de manter abertas as portas laterais, nas sessões noturnas, permitindo aos espectadores deixar por instantes a sala de projeções, para fumar e *bater papo* nos bancos do jardim. Cinema de classe média, era freqüentado também pelo povão, que a preços módicos tinha acesso à *galeria ou poleiro*, um mezanino situado no fundo do salão. Por tudo isso, e pelo velho Vasco, era o cinema mais simpático da cidade.

No Polytheama o próprio dono, Alberto Carreira, comparecia diariamente à porta. Sempre vestido de um branco imaculado, inclusive os sapatos, ficava próximo às borboletas, em conversa com amigos, até o início da sessão. Era filho do renomado poeta Jonas da Silva, sócio da empresa, que eu costumava ver todas as tardes, já muito velho, sentado num banco do canteiro central, em frente ao cinema. Mais do que o Guarany, o Polytheama era também teatro. A começar pela disposição interior, com uma platéia em forma de ferradura, circundada por duas fileiras de camarotes. Não sei se chegou a ser encenada alguma peça teatral em seu palco, mas eram freqüentes os espetáculos com ilusionistas, cômicos e cantores nacionais e estrangeiros. Foi lá que tive a oportunidade de ver, pela última vez, Gregório Barrios soluçando boleros com sua voz de timbre inconfundível.

No Avenida, além do dono, tínhamos também a presença diária, obrigatória, inarredável, de sua esposa, D. Yayá. Sempre com o rosto pintado de batom e ruge de tom arroxeadado, lá estava ela, infalivelmente, em todas as sessões, sentada numa poltrona de palhinha, no *hall* de entrada, ou debruçada no gradil, ao lado da borboleta. Às vezes ficava à porta, procurando aliciar espectadores com a recomendação: *Entre, o filme é ótimo*. E, ante a in-

credulidade do interlocutor, acrescentava: *É colorido!* Para ela, uma prova irrecusável de boa qualidade. Mas o Avenida era também o cinema das elites, preferido pelo escol da cidade. Inesquecíveis as *Sessões Chiques das Moças*, às sextas-feiras, quando o filme era o que menos interessava, porque o melhor espetáculo se desenrolava na platéia.

Já se foram todos os nossos antigos cinemas: o Odeon, o Avenida, o Polytheama e o Guarany. Este foi o último a tombar, sob protestos tão incisivos quanto inúteis. Para a maioria, não passava de um prédio feio, velho e sujo. Para as pessoas da minha geração, no entanto, constituía inestimável relíquia de um tempo em que o cinema não era só uma diversão como outra qualquer. Muito mais do que isso, era parte indissociável de nossas vidas.

IX



O JOGO DO SEXO: PROFISSIONAIS E AMADORAS

*O mar é grande e cabe na cama e no colchão
de amar.*

Carlos Drummond de Andrade

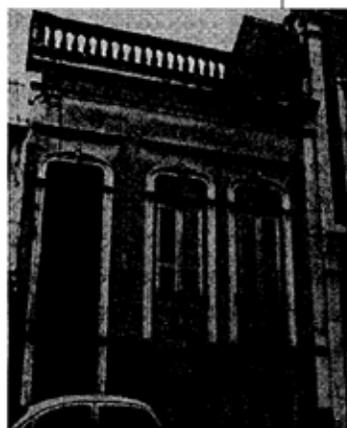
FREI JOSÉ DOS INOCENTES

*Uma das mais antigas ruas de
Manaus, ao tempo com alguns
quarteirões ocupados por casas
de lenocínio.*

Para um jovem da minha geração era muito difícil manter relações íntimas com *moças de família*, de qualquer classe social, entendidas como tais as que viviam em companhia dos pais. A violação do tabu da virgindade tinha sérias implicações, que iam do casamento forçado ao processo por crime de sedução. Não era fácil mesmo com as *moças faladas*, isto é, as suspeitas de não serem virgens, que davam preferência a forasteiros, como aviadores civis e caixeiros-viajantes, por temerem a indiscrição da rapaziada local. Apenas os mais ousados conseguiam vencer essas barreiras, dispostos a enfrentar as conseqüências. A grande maioria tinha de recorrer mesmo às profissionais para satisfazer os reclamos da natureza. Frequentar prostitutas era uma prática exercida com habitualidade por jovens de todas as classes. Com tão grande clientela, não é de estranhar que a Zona do Meretrício, ou simplesmente *Zona*, ocupasse uma área tão ampla, considerando as dimensões da cidade. Reduzida hoje, ao que parece, à rua Henrique Antony, à época abrangia, também, a Itamaracá, parte da Frei José dos Inocentes e alguns quarteirões da

Saldanha Marinho, da Lobo d'Almada e da Joaquim Sarmiento. Embora não houvesse uma separação nítida e precisa, pode-se dizer que as três primeiras ruas constituíam o que o povo chamava de *zona estragada*, onde viviam mulheres decadentes, algumas em deploráveis condições físicas. Moravam em quatinhos precários, à porta dos quais ficavam a chamar os fregueses e a oferecer seus serviços por qualquer preço. Nas demais ruas predominavam as *pensões*, ou sejam, bordéis dirigidos por ex-prostitutas, que cobravam aluguel das pensionistas e exploravam o serviço de bar. Só por exceção um cliente entrava diretamente para o quarto, sem a pausa obrigatória para uma cerveja ou uma dose de *whisky*. Alguns desses prostíbulos eram bem instalados, limpos, com assinalhos encerados e cortinas nas janelas. Geralmente, a dona ocupava a sala da frente, que seria a de visitas, e as meninas utilizavam a alcova e os quartos da puxada. Na sala de jantar, transformada em bar, era recebida a clientela. As pensões mais famosas e concorridas do meu tempo eram a da Lola e da Maria da Luz, vizinhas, na rua Saldanha Marinho, e a Royal, na Joaquim Sarmiento, a única que tinha nome, dirigida pela Hortência, uma mulher já velhusca, alta, educada e de aparência respeitável, que

Prédio na Joaquim Sarmiento, onde funcionou a Pensão Royal.



muitas vezes sentava à mesa para conversar com os frequentadores. Essas senhoras eram muito zelosas do conceito de seus estabelecimentos. Por isso, exerciam permanente vigilância sobre a saúde das suas pensionistas, que eram obrigadas a lhes comunicar sem demora o aparecimento de qualquer doença venérea, para tratamento imediato, antes que os clientes fossem contaminados. O que nem sempre podia ser evitado, porque algumas dessas moléstias, como a gonorréia, por exemplo, são transmissíveis durante o período de incubação, que se estende por vários dias. Assim, esses cuidados diminuía mas não eliminavam a propagação de tais doenças, que apresentavam incidência muito

elevada. Os homens da minha geração bem que poderiam pedir à Santa Sé a canonização de *sir* Alexander Fleming, pois têm para com ele uma dívida de gratidão irresgatável. Antes da penicilina, o tratamento dessas doenças, segundo depoimento dos mais velhos, era penoso e muitos desmaiavam de dor nos consultórios médicos. Pior ainda, algumas eram de cura difícil e incerta, podendo deixar seqüelas terríveis. Não poucos se arruinaram fisicamente. Quando iniciei minha vida sexual já havia penicilina, mas era um remédio caro e de conservação difícil, pois tinha de ser mantida em geladeira para não perder suas propriedades curativas. Somente na década de cinquenta seu preço barateou e passou a ser adquirida facilmente em qualquer farmácia. E, só então, as doenças venéreas deixaram de ser os fantasmas que tanto nos perturbavam o sono.

Essas profissionais do sexo sofriam uma forte discriminação, motivo por que viviam confinadas na Zona como num gueto, do qual pouco se afastavam, a não ser para cabarés e certos balneários exclusivos. Quando freqüentavam lugares públicos, comportavam-se discretamente e procuravam passar despercebidas, receosas de serem convidadas a se retirar. Sua presença podia liquidar um estabelecimento, já que senhoras respeitáveis não admitiam dividir o mesmo espaço com *raparigas*, que era a palavra usualmente empregada para designá-las. É curioso como esse vocábulo, que em bom vernáculo significa apenas o feminino de rapaz, pôde adquirir um sentido tão pejorativo.

Mas, semântica à parte, vale assinalar que essas mulheres, apesar de viverem exclusivamente da profissão, e depois de tão machucadas pela vida, ainda podiam ter, muitas vezes, o comportamento de adolescentes românticas. Quase todas, ou pelo menos uma boa parte delas, tinham os seus *xodós*, ou seja, os homens por quem morriam de amores. Às vezes literalmente, porque podiam ir ao suicídio quando abandonadas. Tive alguns amigos que,

PRAÇA DA MATRIZ

À época, a mais movimentada da cidade, graças à proximidade da Catedral, do Porto, da Estação dos Bondes e do Aviaquário.

embora desfrutassem do privilégio da entrada franca no quarto dos seus xodós, não chegavam propriamente a ser invejados. Ciumentas e exclusivistas, elas armavam cenas desagradáveis e transformavam as vidas dos seus amados num purgatório.

Em compensação, com os clientes comuns o relacionamento era puramente profissional, com pagamento em dinheiro, e à vista. Quando enganadas, tornavam-se ferozes, o que não impedia que o calote, ou *xexo*, fosse aplicado com relativa frequência. Havia até aqueles useiros e vezeiros nessa prática, apesar dos riscos. Conheço alguns casos dos quais fui praticamente testemunha, porque tiveram como protagonistas amigos meus e me foram narrados horas depois de ocorridos.

Um dos meus companheiros de roda, mais tarde ilustre membro do Ministério Público, era à época um *duro*, que vivia do magérrimo salário de repórter. Um dia, sem um tostão no bolso, resolveu farrear na pensão da Lola. Chegou muito cedo, antes da abertura do *expediente*. Ainda assim, foi admitido por uma das mulheres, que o conhecia. Sentou-se no bar, onde já se encontravam cinco ou seis pensionistas. Uma delas lhe perguntou se pagaria uma dose de *whisky*, ao que ele assentiu, sendo logo assediado pelas outras, às quais generosamente também atendeu. Logo depois patrocinou uma segunda rodada, mesmo sabendo que seu plano estava prejudicado, porque teria de pagar a conta do bar antes de ir para o quarto. Resolveu, então, bater em retirada. A pretexto de ir ao mictório, dirigiu-se aos fundos, seguido por uma das mulheres, já desconfiada, desceu a escada, ganhou o saguão, onde escorregou, sujando-se todo, mas ainda assim conseguiu saltar o muro para a casa vizinha. Era outra pensão, em cuja sala irrompeu, em meio a um grande alvoroço das mulheres, saindo pela porta da frente. Na rua, foi perseguido por um guarda até à praça da Matriz, onde conseguiu despistá-lo. Mas a aventura ainda não havia terminado. Na fuga ele perdera um dos sapatos, e agora surgia o proble-

Praça da Matriz.



ma do retorno a casa, pois morava com uma tia, sua mãe adotiva e senhora de rígidos costumes. Aflito, pediu socorro ao nosso amigo comum José Oliva, o *Pítias*, que lhe emprestou um par de sapatos brancos do seu pai. Mas a ajuda não lhe foi de muito proveito. Ao chegar à casa, a brancura dos sapatos chamou atenção, de imediato, obrigando-o a um puxado exercício de imaginação para inventar uma história com um mínimo de verossimilhança.

Esse mesmo personagem não demoraria a se meter em outra enrascada. Em fins dos anos quarenta a Zona foi enriquecida com uma cara nova, que gerou enorme interesse no nosso grupo. Chamava-se Zilpa e morava numa estância que se estendia da Frei José dos Inocentes à Saldanha Marinho. Morena clara, alta, lábios suculentos, olhos ligeiramente amendoados, revelando a ascendência quíchua ou aymará, lembrava um pouco a deusa Ava Gardner. Segundo versão corrente, fora seduzida por um moço de família libanesa, que em seguida a abandonara, abrindo-lhe o caminho da prostituição, como já fizera com meia dúzia de outras jovens suburbanas. Mas o certo é que o amigo de quem falo, sem dinheiro, como sempre, logo engendrou uma farsa para

conquistar a bela Zilpa sem fazer desembolso. Um dia bateu-lhe à porta e, falando um espanhol de péssima qualidade, apresentou-se como agente do FBI, de nacionalidade colombiana, que procurava um perigoso *gangster*. E exibiu a fotografia do meu amigo Mário Rocha, mais tarde representante do Itamaraty em Manaus, que somente anos depois tomou conhecimento do episódio. Daí a conversa enveredou por outros rumos, foi mencionada de passagem uma polpuda quantia em dólares que o nosso amigo estaria prestes a receber e, como era de esperar, Zilpa acabou cedendo. Nesse dia e nos subseqüentes. No terceiro dia, como ela reclamasse dinheiro, deu-lhe por conta um cordão de ouro, de pequeno valor, que trazia ao pescoço. No sexto dia, já impaciente, ela fez uma cobrança mais incisiva, e ele, sorrindo e em bom português, resolveu contar a verdade. Mas a mulher não achou nenhuma graça. Armada de um tamborete, perseguiu-o pelo pequeno quarto, até que ele conseguiu destrancar a porta e fugir, livrando-se de um sufoco que poderia ter-lhe custado muito caro.

Mas Zilpa, ao que parece, tinha uma grande reserva de boa-fé, pois foi enganada novamente por outro companheiro nosso, hoje funcionário aposentado do BASA. Este conseguiu enrolar a morena com a história de uma herança, que estava na iminência de receber. E foi tão persuasivo, que se instalou em seu quarto com mala e tudo, vivendo no paraíso durante uma semana. No sétimo dia, ao perceber que a situação era insustentável, decidiu sair à francesa. De manhã bem cedo pegou a mala e se esgueirou sem fazer ruído, mas no meio da passagem da estância foi notado por uma vizinha, que deu o alarme. O jeito foi correr, perseguido pelas mulheres, aos gritos de *xexeiro* e sob o bombardeio de sapatos, vassouras e outros petardos, dos quais se defendeu como pôde, fazendo a maleta de escudo.

Esse companheiro, incorrigível como o outro, quando ainda servia ao Exército, entrou um dia numa pensão na Lobo

PANAIR

A maior empresa aérea brasileira, que, no Amazonas, ligava Manaus à maioria das cidades do interior, com aviões anfíbios.

d'Almada, igualmente disposto a escapular sem pagar. Mas se deu mal. A mulher percebeu a tempo a manobra e exigiu pagamento. Sem outra saída, viu-se obrigado a deixar o capote militar como garantia. No dia seguinte, arranhou dinheiro e foi resgatá-lo, a fim de escapar de um inevitável xadrez.

Um terceiro membro do grupo, mais tarde respeitável integrante do Poder Judiciário, certa vez se meteu em apuros por motivo semelhante. Seu alvo foi uma das meninas da Zona, que ganhara fama por ter *bezerro*, particularidade anatômica raríssima, muito apreciada pelos homens, e que, por isso mesmo, elevava a cotação das mulheres que a possuíam. Esse amigo procurou-a, tiveram o encontro, num quarto da Frei José dos Inocentes e, antes de efetuado o pagamento, se dirigiram, juntos, para o reservado do bar Americano, que em sua fase decadente era frequentado por prostitutas. Sentaram-se, tomando cerveja quando, a certa altura, sempre com o velho pretexto de ir ao mictório, ele se levantou e empreendeu a fuga. Perseguido pela mulher, subiu a Eduardo Ribeiro, correndo, debaixo de chuva, no momento em que acabava a sessão do Avenida. Em meio à curiosidade dos passantes, a perseguição continuou até as proximidades do Tribunal, quando a mulher afinal desistiu. Pouco depois o nosso amigo chegava à sua casa, na praça da Saudade, com a roupa ensopada e o coração aos pulos, de cansaço e de susto.

Poderia mencionar ainda outras passagens, para mostrar os expedientes a que tinha de recorrer a rapaziada para exercer uma atividade que podia sair bastante onerosa. Principalmente quando tínhamos de procurar as mulheres mais cotadas, em cabarés distantes, como o *Bar da Panair* e o *Quitandinha*. Somados o *cachet* da mulher, a despesa do bar, o aluguel do quarto e a corrida de carro, ida e volta, o montante dos gastos podia ser proibitivo para a grande maioria.

* * *

Mas o *xodó* e o *xexo* não eram as únicas opções dos que tinham dinheiro curto. Havia uma alternativa ao alcance de todos, que eram as empregadas domésticas. As caboclas, ou *cabocas*, como são chamadas ainda hoje, com supressão do L, como forma designativa mais de um segmento social do que de uma categoria étnica ou racial. Cabocla era toda moça empregada em casa de família, fosse o tipo regional, de feições indiáticas, ou fosse mulata ou mesmo branca.

Talvez pela sua condição social, marcada por severas restrições e ausência de vínculos familiares, elas adotavam um comportamento peculiar. Embora dessem preferência a homens de farda, não eram exclusivistas nem faziam discriminação. Na ausência do namorado, substituíam-no tranqüilamente por outro, ao qual se davam, generosamente, sem nenhum remorso. Eram encontradas, em grande número, na praça da Polícia, para onde iam, depois do jantar, e onde ficavam dando voltas, em duplas ou em grupos de três ou quatro. Para lá se encaminhavam também grupos de rapazes com intenção de abordagem. Havia os

PRAÇA DA POLÍCIA

A praça mais freqüentada, aos domingos, graças às retretas promovidas pela banda da Polícia Militar.



habitués, chamados de *caboqueiros* porque tinham por elas especial predileção. Aliás, compreensível, seja pelo aspecto financeiro, seja pelo menor risco de doença venérea ou, ainda, pelo gosto diferente do sexo não mercenário. A aproximação não era difícil, nem tampouco a consecução do objetivo, mas exigia uma pequena encenação, com eles fingindo que desejavam apenas um namoro inocente, e elas fingindo que acreditavam. Até porque elas quase sempre juravam que eram virgens. Às vezes o ato já estava sendo consumado, mas elas continuavam jurando.

É curioso constatar que geralmente eram frígidas, jamais alcançando o orgasmo. A facilidade com que cediam aos apelos não era determinada, assim, por um apetite sexual exacerbado. Muito menos por interesse material. Nunca pediam nem aceitavam pagamento, e muitas se mostravam ofendidas se lhes ofereciam dinheiro. Isto leva a crer que se entregavam como uma concessão, em troca do puro prazer da companhia masculina.

O problema com elas podia ser o local de encontro, a menos que o interessado fosse locatário de um pequeno apartamento ou tivesse amigo que lhe cedesse a chave de algum. E sempre havia no grupo dois ou três que, em sociedade com outros, mantinham *garçonnières* em velhos edifícios do centro. Quando não aparecia esse *quebra-galho*, e se havia algum dinheiro no bolso, podia-se ir a uma casa especializada. Ainda não havíamos ingressado na era dos motéis, mas existiam seus precursores, os *rendez-vous*, dos quais o mais procurado e acessível era a *Pensão Ritz*. Situava-se na esquina da rua Dr. Moreira com o Beco do Comércio e pertencia a Flora Lifstitch, uma velha russa – ou seria polonesa? – que atendia os clientes embalando-se numa rede, com as pernas inchadas de erisipela. Recebia o pagamento, deitada, e invariavelmente perguntava se a garota era virgem, temerosa de complicações com a Vara de Menores. Ante a resposta negativa, talvez por brincadeira, pedia para fazer ela mesma um

BARBADIANOS EM MANAUS

Negros, oriundos da ilha de Barbados, que moravam principalmente na Praça 14.

exame ginecológico, sempre recusado sem que ela insistisse. A seguir, o casal era encaminhado para um dos quartos, verdadeiros cubículos, divididos por tabiques, com a tradicional cama de ferro no centro. Desconfortáveis e pouco asseados, nem por isso a procura diminuía. Às vezes era preciso esperar na fila.

Havia também o *rendez-vous* da Barbadiana, na Cachoeirinha, pertencente a uma preta velha que mal falava português e usava o traje que identificava facilmente os naturais de Barbados: vestido comprido, chapéu, meias e a inseparável sombrinha na mão. Mas sua casa era evitada pela distância, que custava uma boa corrida de automóvel.

Se não havia dinheiro algum, o jeito era apelar para a *pensão calango*, expressão que designava os terrenos baldios e as ruas cobertas de mato. O trânsito escasso, a iluminação deficiente e a abundância de terrenos sem muros, facilitavam a vida dos casais sem dinheiro. Os mais procurados ficavam nas ruas transversais à Getúlio Vargas, como a Huáscar de Figueiredo (então Saldanha Marinho), onde havia até um canal entre o covão e uma velha estância, e a 24 de Maio. Mas não faltava quem utilizasse até mesmo ruas, como a área em torno do Teatro Amazonas e a ladeira do Pimpão, correndo o risco de flagrantes da Polícia. Quem sabe a circunstância não fosse até estimulante?

O certo é que, raparigas ou *cabocas*, profissionais ou amadoras, pouco importa que sobre elas recaísse a condenação de toda a sociedade. Para os jovens do meu tempo, elas representaram as boas samaritanas, sem as quais muitos de nós teriam penado um longo e sofrido jejum até o casamento.

X



AS LÚDICAS ANDANÇAS

Só quero reencontrar o menino que já fui.

Pedro Nava

Eram poucas as quadras e piscinas, e precários os estádios, mas seria um erro supor quase inexistente a prática de esportes. Ao contrário, eu diria que, considerando o tamanho da população e a pobreza do meio, as atividades esportivas surpreendiam pela variedade e intensidade. Como hoje, o futebol já era de longe o esporte mais popular. Os jogos oficiais se realizavam em dois estádios, o Campo do Luso, nos Bilhares, que conheci em seus últimos momentos, e o Parque Amazonense, o *Dispensário Maçônico* da rua Belém, hoje em ruínas, e antigo hipódromo, onde se realizavam corridas de cavalos que os mais velhos recordavam com saudade. Havia ainda o General Osório, do 27.º BC, utilizado apenas para treinos e amistosos porque, inteiramente aberto, não permitia a cobrança de ingressos.

Os times eram todos amadores, mas já havia formas disfarçadas de semiprofissionalismo, que consistiam em dar aos atletas empregos sem obrigações, ou em regime de meio expediente, que lhes permitiam dedicação quase integral ao futebol. Participavam do campeonato estadual apenas clubes de Manaus. Havia três grandes, os velhos rivais Rio Negro e Nacional, e mais o Olímpico, fundado no final dos anos trinta e transformado logo numa grande potência do futebol. Em segundo plano, como



*Escudos do Nacional e
Rio Negro.*

clubes médios, o Fast e a União, com algumas glórias passadas. Finalmente, dois clubes pequenos, eternos perdedores, o Independência, de José Caitete, e o General Osório, formado por militares do 27.º BC. Mais tarde apareceram outros, como o Tijuca, o Barés e o Eldorado.

O palco dos grandes acontecimentos futebolísticos era o Parque Amazonense, ao qual tínhamos acesso através dos velhos bondes, que passavam à sua porta. Nos dias de jogos importantes saíamos de casa depois do almoço para pegarmos transporte, e ao término das partidas, nem sempre sendo possível tomar o bonde em frente ao estádio, às vezes tínhamos de caminhar até o Entroncamento, no Boulevard Amazonas. Voltávamos à casa depois das sete horas da noite. Pouco seguro, com muros baixos em suas partes laterais e traseira, o estádio era um convite aos *furões*. Muitas vezes ocorriam verdadeiras invasões, com centenas de pessoas saltando o muro ao mesmo tempo e provocando cargas de cavalaria da Polícia Militar. Muitos pagavam caro a ousadia, ao terem as costas espaldeiradas por lâminas de sabre dos cavalarianos.

Certa vez, o velho Parque, em tarde de gala, foi palco de uma proeza praticada pelo meu saudoso amigo Wilson Câmara. Gaiatíssimo, Wilson gozava tudo e todos, inclusive a si próprio. Sempre que era apresentado a alguém fazia um impagável duplo

sentido com as iniciais do seu nome: "W. C., às suas ordens". Pois foi esse gozador que, num domingo de estádio cheio para assistir a uma partida entre o Nacional e um time de fora, conseguiu paralisar o jogo com uma grande molecagem. No momento em que o atacante do time adversário, após driblar o zagueiro nacionalino, se preparava para finalizar, Wilson meteu dois dedos na boca e

Parque Amazonense.



A famosa seleção amazonense de 1943. De pé, Emanuel, Periquito, Pelado, Téo, Omar e Marcellio. Agachados, Oliveira, França, Marcos, Sidinho e Pinhegas (Arquivo de Carlos Amith).



simulou com perfeição o trilo do apito do juiz. Jogo paralisado, confusão, o autor da façanha, descoberto, foi detido por policiais e, mais tarde, liberado por influência de amigos.

Em campo, os times adotavam a formação clássica: dois zagueiros, três médios e cinco atacantes, todos com posições fixas. A terminologia era toda inglesa, sem tradução para o vernáculo. Assim, goleiro era *goal-keeper*, zagueiro, *back*; médio, *half*; comandante de ataque, *center-forward*; escanteio, *corner*; falta, *foul*; impedimento, *off-side*; locutor, *speaker*; e até o árbitro era chamado de *referee*.

O nível do futebol local era modestíssimo até o começo dos anos quarenta. Os jogadores, além de amadores, eram amazonenses, quase não havia intercâmbio, de forma que o desempenho da nossa seleção, no Campeonato Brasileiro, era sempre decepcionante. Nas eliminatórias nunca passávamos pela seleção do Pará, que nos aplicou algumas goleadas históricas. O panorama começou a mudar com a vinda do Santa Cruz de Recife, uma verdadeira *máquina*, como dizem os cronistas esportivos. Tinha craques com nível de seleção nacional, além de um conjunto entrosadíssimo. Foi, talvez, o melhor time de futebol que vi atuar em campos locais. Nessa excursão o Santa Cruz se desfez. Dois jogadores morreram de tifo, em Belém, e cinco ficaram em Manaus: Omar, Pelado, Sidinho, França e Pinhegas, este, mais tarde, pontasquerda do Fluminense do Rio. Sorte nossa, porque, enfim, pudemos formar uma seleção altamente competitiva. Com os cinco ex-jogadores do time pernambucano, o selecionado ficou assim constituído: Téo, Periquito e Marcellio; Omar, Pelado e Emanuel; Oliveira, França, Marcos, Sidinho e Pinhegas. Partimos, então, para Belém, onde disputaríamos dois jogos. No primeiro, detro-

PALÁCIO RODOVIÁRIO

Antiga sede do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, hoje Faculdade de Medicina da Universidade do Estado do Amazonas, localizado na avenida Carvalho Leal, Cachoeirinha.

tamos a seleção paraense, pela primeira vez em muitos anos, por 2 x 0. No segundo, perdemos pelo mesmo escore. Foi necessária uma prorrogação de trinta minutos. Próximo ao final, Pelado, paraense de nascimento, inesperadamente atrasou a bola com um violento chute, marcando um gol contra. Assim, foi eliminado o Amazonas, que poderia, talvez, disputar as finais com Rio de Janeiro e São Paulo. Foi a nossa maior frustração esportiva. Pelado ficou em Belém. Se voltasse a Manaus, provavelmente seria linchado. De qualquer maneira, a qualidade do nosso futebol melhorou consideravelmente a partir daí, inclusive com o surgimento de craques amazonenses, como os irmãos Onety, Benjamim, Luiz e Paulo. Até hoje, não entendo por que Paulo não se transferiu para o sul do país, onde seguramente teria feito uma bela carreira.

Mas o futebol não era apenas apreciado como espetáculo. Também era praticado intensamente por garotos e adultos em inúmeros campos de peladas. Em pleno centro da cidade havia, por exemplo, a Baixa do JG, no terreno hoje ocupado pelo edifício Palácio do Rádio; os dois campos do de Manaus, entre a Lauro Cavalcanti e a Ipixuna, que ficavam descobertos quando as águas baixavam; um campinho situado em terreno baldio, no Alto de Nazaré; o Campo Grande, atrás do Colégio Maria Auxiliadora; e mais as ruas sem calçamento, utilizadas pela molecada tranqüilamente, sem risco de atropelamento, como a avenida Floriano Peixoto. Mais afastados, tínhamos o campo do S. Raimundo, o da Labor, em Educandos, o da Casa Amarela, na Cachoeirinha, onde hoje se ergue o Palácio Rodoviário, e o da Maria Monassa, na Vila Municipal, entre as ruas Natal e Fortaleza. Eram campos abertos, sem muros ou cercas, em terrenos públicos ou parti-



culares, franqueados a qualquer pessoa, mediante simples permissão verbal do proprietário ou do vigia. Às vezes nem isso, como acontecia com os campos da Baixa do JG e do Igarapé de Manaus, que ocupávamos sem que jamais alguém aparecesse para reclamar. Joguei em quase todos, sempre demonstrando uma completa ausência de talento para o futebol. Basta dizer que, atuando como apoiador ou ponta-direita, nunca consegui fazer um mísero gol. Um recorde difícil de ser igualado.

Nesse tempo as partidas eram disputadas com as bolas antigas, que na verdade eram duas, uma de borracha, que se enchia com bomba de bicicleta, dentro de outra, de couro, que era o seu revestimento externo. O bico era empurrado, entre uma bola e outra, e a abertura da bola de couro amarrada com um cordão, à semelhança de cadarço de sapato. O cabeceio era uma temeridade, porque a testa podia acertar exatamente na parte amarrada, e doía muito. Nas peladas, dava-se preferência às bolas de sernambi, compradas no Mercado, que podiam ficar inutilizadas no primeiro dia se caíssem num caco de garrafa ou numa ponta de prego. Além disso, com o tempo iam murchando, até ficarem do tamanho de um coco. Quando o dinheiro não dava para comprar uma bola, fazia-se uma de meia, recheada de pano ou papel, que era chutada até se desfazer. Mas sem a *pelada* é que não ficávamos. Com chuva ou com sol. Quase todos os dias.

* * *

Tanto quanto me lembre, eram quatro, apenas, as quadras existentes na cidade, todas descobertas. Havia a do 27.º BC, na praça General Osório; a do Ginásio; a do Nacional, nos fundos da antiga sede, na Saldanha Marinho; e a do Rio Negro, não a atual, mas uma outra, atrás da sede, da qual se assistia aos jogos, sentados nos batentes. Mas essas poucas quadras eram intensamente

PRAÇA DE SÃO SEBASTIÃO

*Praça preferida pelos jovens
para a prática do ciclismo.*

Teatro Amazonas.



utilizadas para treinos, jogos amistosos ou torneios. Raro o dia em que a do Ginásio, por exemplo, não era ocupada por equipes de vôlei ou basquete. Todos os clubes grandes possuíam times dos dois sexos, pois era grande o número de moças que praticavam esses dois esportes, especialmente o vôlei. Frequentemente se disputavam partidas com guarnições de navios ancorados no porto e com equipes de outros Estados e Territórios. Certa noite, na quadra do Rio Negro vi um combinado amazonense de basquete, em exibição de gala, derrotar uma forte seleção de Roraima, integrada por jogadores gaúchos de grande experiência. Não sou um *expert* na matéria, mas acho que naquela noite teríamos enfrentado a seleção brasileira sem fazer feio.

* * *

Quando se fala em esporte, é preciso não esquecer o ciclismo, que fazia parte do lazer diário do jovem amazonense de classe média. Rara a casa que não possuía uma ou duas, de marca *Raleigh*, *Opel* ou *Peugeot*. Tantas, que havia meia dúzia de oficinas de consertos espalhadas pelo centro. Mas quando se tratava de pneu furado, nós mesmos consertávamos, vedando o furo com pedaços de borracha e cola *Michelin* (que aportuguesávamos pronunciando o *in* final com o som de *i* mesmo). A topografia da cidade e o calçamento das ruas não favoreciam o uso da bicicleta como meio de locomoção normal, mas havia um lugar excepcional para a prática do ciclismo, que era a praça de São Sebastião. Os dois tipos de calçamento ali existentes, o das ruas que a cercam, liso como asfalto, e o da área em torno do Teatro Amazonas, de paralelepípedos bem ajustados, permitiam

IGREJA DO POBRE DIABO

Capela da Cachoeirinha, que, apesar do nome, nada tinha a ver com o Demônio.

que as bicicletas deslizassem suavemente. Apenas eram evitadas as laterais que dão seguimento às ruas Costa Azevedo e 10 de Julho, devido às linhas de bonde. As demais, raramente percorridas por automóveis, eram usadas tranqüilamente, inclusive as rampas do Teatro, por onde os mais exibicionistas desciam como bólidos, com os braços e as pernas levantados. Todas as tardes, a partir das cinco horas, em particular aos domingos, a praça ficava coalhada de ciclistas de ambos os sexos, misturados a outros que rodavam sobre patins, igualmente muito utilizados.

O ciclismo de competição tinha seu grande palco no velódromo *Álvaro Maia*, uma grande pista de corrida, erguida na Cachoeirinha, ao lado da Igreja do *Pobre Diabo*. Concebido e construído pelo engenheiro Deodoro Freire, com recursos próprios e de terceiros, lá se exibiam os ases do pedal, entre os quais os próprios filhos de Deodoro, Pedro e Rita, Vinícius Silva, filho do pintor Branco e Silva e, dentre os competidores mais novos, meu amigo Haroldo de Oliveira Costa. Às vezes era usado, também, para corridas de motocicletas, e outras, para apresentações de luta-livre. Arnava-se um ringue no centro, onde se engalfinhavam os lutadores famosos da época, como João Isaac, Pantera Negra e Surimã. Com a morte de Deodoro Freire, o velódromo ficou abandonado. Hoje, não sei se restam sequer as ruínas.

* * *

Havia também, é claro, o *papagaio*, empinado por quase todos os garotos e por muitos adultos, sem distinção de classes. Curiosa brincadeira essa que, inclusive, criou todo um jargão, de origem genuinamente popular. *Cerol*, *rabiola*, *peitoral*, *banda de asa*, *maçaroca*, *famão* são termos saborosos, próprios de um esporte que é peculiar não apenas em sua terminologia, mas também em seu caráter a um tempo artístico e lúdico, que se inicia

PAPAGAIO

Esporte muito popular, à época, praticado pela maioria dos jovens e por muitos adultos.



com o prazer de confeccionar o brinquedo, e pode completar-se com a luta e a vitória, no corte elegante e fatal do competidor. Podia-se comprar, é claro, o papagaio feito, mas a grande maioria fazia os seus. Consequíamos as talas, que cortávamos nos tamanhos adequados e famos amarrando com linha zero, formando o esqueleto, que a seguir cobríamos com papel de seda, no modelo desejado. Além do *banda de asa*, muito comum, havia também o de *espinho*, o de *listras*, o *Rio Negro* e o *Nacional*, estes com as cores dos clubes. Empinava-se em toda a cidade e de todos os lugares, das ruas, dos quintais, dos pátios e dos telhados. O céu ficava cheio, com milhares de papagaios a nos divertir com a sua graciosa coreografia. Havia ainda a torcida quando ocorriam as tranças (com cedilha mesmo), especialmente se envolvessem dois famões, isto é, campeões famosos que dificilmente eram batidos. Alguns se distinguiam pela habilidade em colher, quando se formavam os *bolos*. Às vezes, colhiam com tanta rapidez, que conseguiam trazer às suas mãos o papagaio do adversário. Outros ganhavam fama pela eficiência do *cerol* que usavam. Embora todos os preparassem com os mesmos ingredientes e da mesma maneira, ou seja, moendo garrafas e vidraças em trilhos de bonde e misturando o vidro moído à cola líquida, o *cerol* de alguns parecia melhor que o de outros. Isso dava lugar a boatos sobre misteriosas fórmulas usadas pelos campeões. Lembro-me de Paulo Maranhão, o *famão* do meu bairro, residente no Igarapé de Manaus, que chegava a cortar de cinco a seis papagaios numa tarde, aos gritos de: *bota outro, medroso!* Dizia-se, e alguns acreditavam piamente que ele adicionava urina ao cerol para torná-lo mais cortante. Infelizmente, nunca se saberá a verdade, porque Paulo morreu sem revelar o segredo.

* * *

JOGO DE BOTÕES

Também grandemente difundido e jogado no chão das casas residenciais.

Entre os jogos de salão, nenhum superava o de botões, talvez devido à nossa paixão pelo futebol. Tal como acontecia com os papagaios, esse jogo também nos proporcionava o prazer de fazer o brinquedo com as nossas próprias mãos. Adquiridos feitos, apenas alguns poucos botões de roupa (daí o nome do jogo) e o pente usado para impulsioná-los. Tudo o mais nós fazíamos. A começar pela trave, que montávamos em armações de madeira, com a rede obtida de toucas ou pedaços de véus, usados por nossas mães e tias em suas idas a igrejas. O goleiro era feito de chumbo, conseguido de sucata, que derretíamos e moldávamos em caixas de fósforos enterradas na areia. Quando o chumbo solidificava e esfriava, era colocado numa outra caixa de fósforos, que envolvíamos num papel branco, com o escudo do clube escolhido. Os jogadores, ou botões, eram de vários tipos. Havia os de madeira, que mandávamos torneiar em marcenarias e, a seguir, lixávamos e envernizávamos; os de tucumã, que cortávamos ao meio, lixávamos e aos quais dávamos polimento com estearina; os de casco de tartaruga, não muito apreciados; e, finalmente, os de jarina, os mais bonitos e trabalhosos, que nos exigiam uma viagem até as embarcações ancoradas no porto, onde a colhíamos em estado bruto. Esta exigia um trabalho paciente, que começava com a ralação numa superfície áspera – o nosso grupo usava o muro da Beneficente Portuguesa – seguido da raspagem com uma faca de lâmina afiada. Depois, completávamos o serviço, com lixa e polimento. Ficavam lindas, em cores de fundo branco ou creme, rajadas de castanho ou marrom, fazendo perfeitamente jus ao nome de marfim vegetal. Nunca mais vi um botão de jarina. Será que ainda é usado? Finalmente, tínhamos a bola, de cortiça, tirada de rolhas de garrafas, que cortávamos com tesoura e depois fâmos lixando, até assumir uma forma perfeitamente esférica. Não utilizávamos mesas como campos, devido ao cansativo trabalho de apanhar as bolas caídas. O jogo era no chão



Escudo do Botafogo.

COMPETIÇÕES NO ROADWAY

Três clubes náuticos de Manaus disputavam torneios e campeonatos nas águas do rio Negro.

Regata no rio Negro.

mesmo, em salas, pátios e porões. Organizávamos campeonatos com turno e retorno, cada um adotando o nome de um clube de sua preferência, dentre os grandes do Rio e de S. Paulo. Eu ficava sempre com o do meu amado Botafogo, pelo qual soffro até hoje. Ao contrário do que acontecia no futebol, o jogo de botões me alegrou com muitas vitórias e até alguns campeonatos.

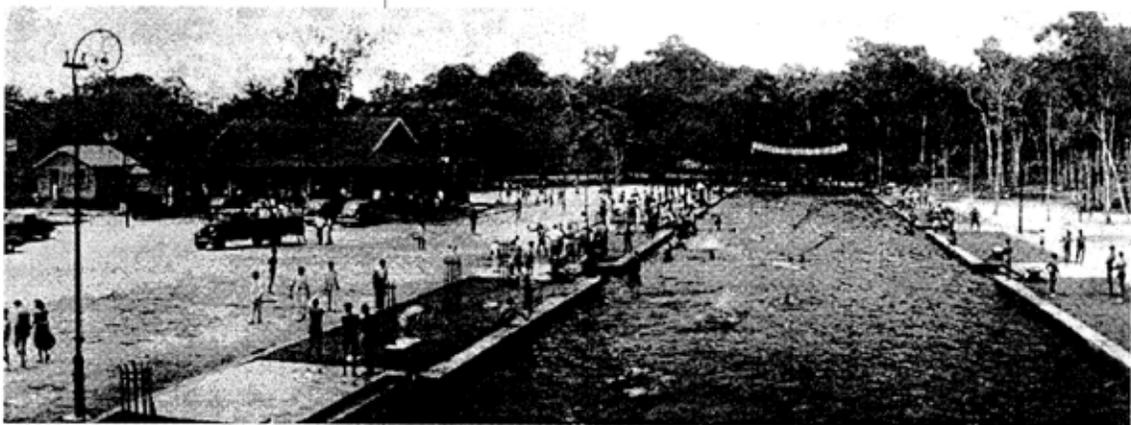
* * *

No Reino das Náiades não podiam faltar os esportes aquáticos. O remo era praticado intensamente por três clubes, bem equipados e que mantinham acirrada rivalidade. O Clube do Remo, antigo Ruder, fundado por alemães, tinha sua garagem num flutuante no Igarapé de Manaus, ao qual se tinha acesso através da Passagem Cabral. O Amazonense ficava à margem do rio Negro, no começo da Joaquim Nabuco. E o Náutico tinha sua sede também na orla do rio Negro, mas no início da 7 de Setembro. Praticavam-se várias modalidades, como *skiff*, canoa e *out-rigger*. Na Semana da Pátria realizavam-se as provas do Campeonato Estadual, que tinham lugar na baía do rio Negro, tendo como ponto de partida uma bóia em frente aos coqueiros



de São Raimundo, e, como linha de chegada, flutuadores colocados em frente ao *roadway*. O cais ficava tomado por um grande público, que vibrava muito com a disputa. Entre os praticantes, consigo lembrar de Walmir Robert, mais tarde Desembargador, e Simão Abnader, que remavam pelo Amazonense, e Francisco Reis Filho, o Chiquinho, depois advogado, que defendia as cores do Náutico. Havia também equipes femininas, mas não me ocorre o nome de nenhuma das moças que, surpreendentemente, praticavam esse esporte em época tão distante. Além do remo, esses clubes cultivavam o Water-Pólo, em raias armadas ao lado das garagens, e chegaram a formar boas equipes, que disputavam em pé de igualdade com times de navios-escola como o *Almirante Saldanha*, brasileiro, e o *Apollo* de bandeira inglesa. Lamentavelmente, esses clubes não sobreviveram. O Amazonense se acabou quando uma ventania derrubou a sua garagem. Os outros foram derrubados pelo vendaval do tempo.

Naquele tempo existiam apenas duas piscinas de águas paradas, em Manaus, a do estádio General Osório e a do *stand* de tiro, ambas do 27.º BC e nenhuma olímpica. Isso não prejudicava a natação, que era muito praticada nos balneários e no rio Negro. Este era utilizado para provas de resistência por grandes nadadores, como Adalberto, mais conhecido como *Morcego*, e Miguel Barrela, mais tarde médico e advogado, que em várias oportunidades fez a travessia do rio, para espanto de muitos, que jamais poderiam supor fosse o Barrela, com o seu físico de atleta, capaz de semelhante feito. As provas de velocidade, não muito freqüentes, eram disputadas na piscina do General Osório, inadequada pelas suas dimensões. A natação era praticada mesmo, em grande escala, como lazer, nos balneários, ou *banhos*, dos arredores da cidade, e até nos igarapés do centro, como o da primeira e segunda pontes, bem como o de São Vicente. Os balneários eram muitos, como a Pomerânia, a Chapada Síria, o V-8,



PARQUE 10 DE NOVEMBRO

Piscina de água corrente e o mais popular balneário da cidade.

o Igarapé do 40, o então distante Tarumã, e principalmente, acima de todos, o Parque 10 de Novembro, a grande piscina de água corrente, construída com o represamento do Igarapé do Mindu, que Antônio Maia legou à cidade quando prefeito. Era o ponto de encontro da população, nas manhãs de domingo, quando ficava cheio de casais, mulheres bonitas e crianças, num ambiente puramente familiar. Era também procurado por grandes nadadores, como o *Húngaro* – nunca consegui saber o seu nome – um gringo louro, de peito protuberante, que ficava a nadar da ponte à represa, e desta até aquela, quase a manhã inteira, numa incrível demonstração de resistência. Mas, além da piscina, o Parque 10 oferecia, ainda, como segunda opção, cerca de duzentos metros da represa, o Sanatório, um recanto em estado natural, onde as águas se aprofundavam e o sol não penetrava, barrado pela copa das árvores, que se fechavam no alto e nas quais subíamos para saltarmos no igarapé. O Parque 10 era também o local preferido das nossas gazetas. Inexistindo ônibus e sem dinheiro para o carro, íamos até lá de bonde e a pé, por duas vias de acesso. Por Adrianópolis, onde saltávamos na praça N. S. de Nazaré, caminhando cerca de dois quilômetros pela Recife, então

estrada de terra batida. Ou então, pegávamos o bonde Flores e saltávamos em frente à Chapada, seguindo pela estrada do Mindu, hoje avenida Darcy Vargas. A caminhada era longa, se bem que divertida, porque íamos entrando nos terrenos e colhendo mangas, jambos, tamarindos, ingás e, quando não tinha outra coisa, até tucumã-babão. Mas o bom mesmo era tomar banho no Parque 10, com suas águas cor de chá, transparentes, que deixavam ver a areia do fundo. E tão ricas de oxigênio que as piabas, ariscas, chegavam até nós, em cardumes, atraídas pelo miolo de pão que lhes atirávamos. Hoje, é com prazer que me banho em assépticas piscinas de cloradas águas azuis. Mas, não posso deixar de sentir saudade dos mergulhos em águas douradas e correntes, com os peixinhos nadando ao meu lado.

XI



OS MONSTROS SAGRADOS

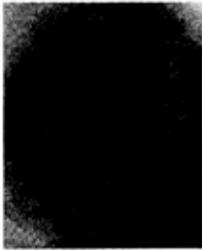
Minha cabeça estava cheia de livros, de sonhos e de poemas que zumbiam em mim como abelhas.

Pablo Neruda

ACADEMIA
AMAZONENSE DE LETRAS

*Templo da elite intelectual,
onde pontificavam os grandes
nomes da literatura local.*

A cidade possuía, naturalmente, seus *monstros sagrados*. Aliás, chamados pelo povo simplesmente de *monstros*, termo que, na gíria de então, representava o máximo de elogio. Era aplicado a todos aqueles que tinham uma atuação considerada genial em qualquer atividade, fosse um jogador de futebol ou um cantor. Mas a admiração maior, embevecida e respeitosa, ia para os homens de letras. Cultuados como monumentos vivos, eram saudados nas ruas, com reverência, e apontados como celebridades. O anúncio de uma conferência, a ser proferida por um deles, era garantia de sala cheia, e no dia seguinte o pronunciamento era o assunto da cidade. O mesmo acontecia com seus artigos e poemas, publicados na imprensa, que rendiam aos seus autores momentos de glória, ao receberem uma chuva de cumprimentos, partidos até de desconhecidos. Todos eles pertenciam à Academia Amazonense de Letras, o grande templo do saber, no qual entrávamos como se estivéssemos indo participar de um culto religioso. Desde criança me habituei ao contato direto ou indireto com aqueles *monstros sagrados*. De perto ou de longe, conheci-os todos e deles guardo as mais diferentes impressões.



Péricles Moraes.

Academia Amazonense
de Letras.



* * *

Como a Grécia, o Amazonas também teve a sua Era de Péricles. Durante cerca de três décadas, até sua morte, em meados dos anos cinqüenta, o *grand-seigneur* da literatura amazônica foi Péricles Moraes. Sua casa modesta, na rua Henrique Martins, era um local de romaria dos acadêmicos e dos que aspiravam às galas da imortalidade. Uma recomendação sua era um passaporte seguro para o ingresso no Silogeu. Seu veto, ao contrário, erguia uma barreira intransponível às pretensões de qualquer candidato. E um simples elogio seu já constituía uma consagração para qualquer jovem intelectual.

Dono de vasta erudição literária, era fascinado pela França, cujo idioma dominava perfeitamente, como, aliás, todo intelectual de sua geração. Dizem que quase metade da sua opulenta biblioteca era constituída de livros escritos em francês. Encontrei-o algumas vezes em casa do meu tio Leopoldo Péres, de quem era amigo íntimo e que seria por ele biografado numa obra repassada de emoção. Alto, gordo, óculos de aros finos, nariz rubicundo, lembrava a figura de um bispo ou de um avô bonachão. Um perfeccionista, tinha o que ele chamou, certa vez, de *martírio flaubertiano da construção do período*. Quando presidia às sessões de recepção de novos acadêmicos, muitas vezes seus discursos de abertura eram mais trabalhados do que as peças oratórias dos principais personagens da noite. Muito apegado aos amigos, comenta-se que sabia ser, igualmente, implacável como inimigo. Ficou famosa a sua inimizade com Raimundo Moraes, de quem não era parente, e a quem nunca perdoou, não permitindo que entrasse na Academia e excluindo seu nome do livro que escreveu intitulado *Os Intérpretes da Amazônia*. Era também

muito cioso do próprio valor e infenso a intimidades. Certa vez, um cidadão bem mais novo do que ele e que freqüentava sua casa fazia algum tempo, de repente resolveu tratá-lo por você. A reação de Péricles foi imediata: *Dobre a língua. O único jovem a quem eu permito que me trate por você é Leopoldo Péres, e mais ninguém!* O visitante saiu arrasado, com o pito e com a morte das pretensões acadêmicas que certamente alimentava. Como aconteceu, aliás, com muitos outros. Morreu sem concluir o livro de memórias, do qual, curiosamente, só escreveu o último capítulo. É dedicado à esposa, mas de passagem menciona os momentos angustiosos que viveu durante o assédio a Paris, onde se encontrava em 1914. Ao final, dirige um comovente apelo a Deus para que não o deixasse morrer depois da esposa, pois não gostaria de sobreviver a ela. Deus foi ao encontro de sua vontade e levou-o, em 1956, deixando viúva D. Andrômaca, que sobreviveu a ele por muitos anos, morrendo em idade avançada. Não há dúvida de que, com o desaparecimento de Péricles, se encerrou uma era da história literária do Amazonas.

A liderança de Péricles só era disputada, talvez, por Adriano Augusto de Araújo Jorge, fundador e segundo presidente da Academia, posto que manteve até morrer. Mas, ao contrário do seu colega, Adriano era, reconhecidamente, um dispersivo, que deixou pouca coisa escrita e não chegou a publicar um livro sequer. Brilhou sobretudo como orador. O anúncio de que falaria, em qualquer evento, era garantia de público certo, para lhe ouvir a palavra cintilante. Nisso era ajudado por seu físico apolíneo. De estatura mediana, cabelo penteado em topete, olhos mortiços, olhar de *cabra morta*, como se dizia, impressionava principalmente as mulheres. Mantendo-se solteiro até muito perto de morrer, teve uma vida amorosa marcada por aventuras picantes, que prefiro omitir. *Double* de médico e humanista, sua atividade intelectual não o impedia de exercer a profissão com rara competên-



Adriano Jorge.



Heliodoro Balbi.

cia. Clínico geral, com numerosa clientela, seu consultório, na Eduardo Ribeiro, vivia cheio, sendo muito solicitado, ainda, para atender pacientes em casa. Famoso, também, pela generosidade, não costumava cobrar de seus clientes, que pagavam como e quando queriam. Conta minha mãe que durante a epidemia de *gripe espanhola*, em 1918, que tirou a vida de centenas de pessoas, Adriano era um dos pouquíssimos médicos que não se recusavam a atender chamados. Apesar disso, às vezes não resistia à tentação de fazer humor, mesmo que fosse humor negro. Um dia, chamado por um vizinho nosso para atender seu velho pai, Adriano, ao deparar com um ancião arfante sobre a cama, parou na porta da alcova e disse em voz baixa: *Eu trato de doentes, não de moribundos*. Mas era apenas uma blague, pois logo a seguir medicou o paciente, embora sem resultado, porque o caso era mesmo sem jeito. Como político não foi muito feliz. Candidato ao Senado, em 1945, foi derrotado; tentou em seguida a deputação estadual, também sem êxito; conseguiu finalmente, numa terceira tentativa, eleger-se vereador à Câmara Municipal de Manaus. Em seu primeiro discurso como vereador não ocultou uma ponta de mágoa, ao salientar que, dos três cargos eletivos que disputara, havia conquistado exatamente o mais modesto. Em seus últimos meses de vida, alquebrado, andava claudicante, talvez devido a alguma artrose ou reumatismo. Sem perder o bom humor, aos que perguntavam o que tinha na perna, respondia que era o *peso de muitos pecados*. Avesso a cemitérios, recusava-se a visitá-los desde que pronunciara a oração fúnebre em homenagem a Heliodoro Balbi, cujos restos foram trasladados do Acre para Manaus. Sempre que era convidado, respondia que para lá só iria morto. Surpreendentemente, no dia de finados de 1948, mudou de idéia e acompanhou a esposa ao São João Batista. À noite, sentiu-se mal e morreu, de madrugada, em sua velha casa da rua Fortaleza, pobre como sempre vivera. Em sua



ADRIANÓPOLIS

Nome dado ao bairro Vila Municipal, em homenagem a Adriano Jorge, que lá residia.

homenagem, deram ao bairro o nome de Adrianópolis, que o povo, ao peso da tradição, teima em chamar de Vila Municipal.

* * *

Waldemar Pedrosa era muito mais jurista do que homem de letras. Dividia com Leopoldo Péres o mais prestigioso escritório de advocacia da cidade. Dizem que nas causas criminais ficava a seu cargo a fundamentação jurídica, cabendo a Leopoldo o combate na tribuna do Júri. Infelizmente, não enfeixou em livros todos os seus pareceres e arazoados, que, em sua maioria, jazem perdidos em arquivos mortos, à espera de algum pesquisador que se anteceda às traças e aos cupins. Político, teve uma passagem brilhante no Senado Federal, onde se distinguiu pela participação ativa na reunião de um dos órgãos da ONU em Paris, e pelo célebre parecer de sua lavra, favorável à cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro. Argumentou que, havendo o Tribunal Superior Eleitoral cancelado o registro do PCB, que deixou, assim, de ter existência legal, entendia como automática a perda dos mandatos dos

senadores e deputados eleitos sob a legenda desse partido. Com base nesse parecer, o Congresso, em reunião tempestuosa e dramática, procedeu à cassação dos mandatos dos comunistas, inclusive de Carlos Marighella, deputado, e de Luiz Carlos Prestes, colega de Waldemar no Senado, onde representava o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Com isso, Waldemar caiu no *índex* das esquerdas, que passaram a ferreteá-lo com a pecha de *reacionário*. Mas não foi a impressão que me ficou daquele senhor baixinho, encanecido, afável e simpático que, senador da República, primeiro, e mais tarde ministro do Tribunal Superior do Trabalho, aparecia nos comícios da Cruzada Amazonense de Resistência e da Frente Nacionalista, para me abraçar e se dizer solidário com a nossa luta. E como poderia ser de outro modo, em se tratando de um homem que eu havia conhecido anos antes, já advogado famoso, de cabelos grisalhos e pai de filhos adultos, no pátio de sua casa na 7 de Setembro a empinar papagaio com um entusiasmo infantil.

Huáscar de Figueiredo disputava, com Leopoldo e Waldemar, o título de maior advogado do Amazonas. Seu escritório, na rua Barroso, era freqüentado por uma grande clientela, em busca do seu patrocínio para causas, principalmente cíveis, que dificilmente perdia. Comentava-se que guardava profunda mágoa pela morte prematura de sua primeira mulher, vítima de hanseníase. Quando despertei para o mundo, ela já havia desaparecido, mas era mulher elegante e de grande beleza, segundo depoimento de todos que a conheceram. Entretanto, nas poucas vezes em que pude observar Huáscar, não cheguei a perceber nele nenhuma sombra de tristeza, a menos que a dissimulasse, extravasando-a somente para os íntimos. Ao contrário, parecia um

homem extrovertido e alegre, bom contador de anedotas, que nar-
rava sem medir palavras, arrancando gargalhadas dos que o ou-
viam. Irreverente, causou grande constrangimento ao poeta
Sebastião Norões, quando este lhe foi apresentado, ao disparar:
“Norões?! Que boa rima para c...!” E soltou uma gargalhada.
Norões, muito tímido, sorriu amarelo e engoliu em seco. Mas
parece ter guardado mágoa para o resto da vida, pois era visível
o seu mal-estar quando lembravam o episódio. Esse destempero
verbal era uma das suas características, não poupando sequer os
clientes, se lhe atenazavam a paciência. Um dia foi procurado por
um comerciante português, homem rico, mas conhecido por sua
avareza, que lhe encomendou a elaboração de um contrato.
Huáscar pediu que ele voltasse daí a duas horas. Decorrido esse
tempo, o português voltou e recebeu o contrato pronto. Ao per-
guntar quanto devia, ouviu como resposta uma quantia que lhe
pareceu exagerada, e reclamou: *Tudo isso por um serviço que lhe
custou duas horas de trabalho?!* Huáscar então explodiu: *Olhe
aqui, são f. da p., para redigir este documento em duas horas, eu
precisei estudar mais de vinte anos. Pague ou procure outro
advogado.* O homenzinho pagou, mas naquele dia ele perdeu um
cliente. Tal como Adriano, não deixou nenhum livro. Sua obra se
encontra dispersa em conferências, artigos de jornal e, sobretudo,
editoriais nos vários órgãos de imprensa com os quais colaborou.
Estes últimos são irrecuperáveis, porque impossível identificar a
sua autoria. É fora de dúvida, no entanto, que sua pena contribuiu
para manter elevado o nível do editorialismo na imprensa local.
Para perpetuar sua memória, a municipalidade deu seu nome ao
trecho da rua Saldanha Marinho entre a avenida Getúlio Vargas e
o Igarapé de Manaus, onde nasci e passei minha infância.

* * *

Peço licença, agora, para colocar a modéstia de lado e falar um pouco do meu tio, Leopoldo Carpinteiro Péres. Aos olhos da comunidade, ele formava, juntamente com Péricles e Adriano, embora mais novo do que eles, a *Santíssima Trindade* do mundo intelectual amazonense. Orador fulgurante, conseguiu brilhar em quase todos os ramos da oratória: literária, parlamentar e judiciária. Tão grande o seu prestígio, que era solicitado, como profissional, até pelos desafetos. Certa vez, foi procurado para aceitar a causa de membros da família Brasil, de Boa Vista, cujo patriarca, coronel Bento Brasil, se tornara inimigo irreconciliável de seu pai, e meu avô, quando este lá servira como juiz. Leopoldo então procurou o pai, que o liberou para agir profissionalmente. O mesmo brilho demonstrava como professor e ainda hoje suas aulas são recordadas com saudade pelos seus ex-alunos. Mas assim como dominava a arte do bem-falar, não se descuidava igualmente do bem-escrever. Era um estilista, de prosa escorreita, fluente, elegante. Pode-se dizer que escrevia como falava. Lamentavelmente, os dois livros em prosa que nos deixou, – além de um outro de poemas, póstumo –, constituem apologias do Estado Novo e de seu criador. Como diz o povo, *queimou boa cera com um mau defunto*. Mas se redimiou amplamente desse pecado, quando, deputado à Assembléia Nacional Constituinte, fez inserir na Constituição de 46 o famoso artigo 199, que destinava 3% da receita da União ao desenvolvimento da Amazônia. Se mais não tivesse feito, já teria justificado o seu mandato. Mas tudo o que se disser de Leopoldo será inútil para quem não o tenha conhecido. O forte dele era a personalidade, o encanto que sabia irradiar. Fisicamente não impressionava. Baixo, quase gordo, óculos de aros de tartaruga, passaria despercebido, não fora a requintada elegância no modo de ser e de dizer. *Causeur* admirável, dominava todas as rodas, nas quais se tornava logo o centro das atenções, quaisquer que fossem os seus integrantes. Não é de admirar que tenha cole-

cionado muitas conquistas femininas, pois nem os homens escapavam ao seu fascínio. Uma de suas muitas aventuras amorosas quase se transforma em tragédia quando, ao sair de sua residência, teve de arrostar a fúria de um marido ultrajado. A custo, alguns transeuntes desarmaram o agressor, salvando-lhe a vida mas não a tranqüilidade, afetada pelo escândalo. Um aristocrata, sabia receber os humildes com a mesma simpatia que dispensava aos homens importantes. À sua casa iam diariamente pessoas de condição modesta, às quais distribuía, generosamente, dinheiro que lhe fazia falta. Um esteta, sua preocupação descia a pormenores. Certa vez, em conversa com Péricles Moraes, pronunciou o nome de Anatole France com o *o* fechado (Anatôle). No dia seguinte Péricles, inconformado, lhe telefonou para indagar por que ele pronunciara assim o nome do escritor francês, que, para ele, Péricles, devia ser pronunciado com o *o* aberto. Leopoldo deu uma gargalhada e respondeu: *Ora, Péricles, porque é mais eufônico.* Por ocasião do meu nascimento, ao ser informado de que me seria dado o nome de José Jefferson, estranhou: José Jefferson? *zé-jé?* não soa bem. E aconselhou que eu fosse batizado apenas como Jefferson. Mas o parto ocorrera a 19 de março, dia de S. José, e minha mãe decidiu manter o prenome duplo, em homenagem ao santo. Por lhe parecer de péssima concepção arquitetônica, detestava o edifício-sede da Associação Amazonense de Imprensa, na esquina de Eduardo Ribeiro com 24 de Maio, que só chamava de *horrendo caixote*. Para minha tristeza, convivi pouco tempo com ele. Deixou-nos muito cedo, aos 47 anos, fulminado por um derrame cerebral. Morreu praticamente na tribuna parlamentar, provavelmente como gostaria. Num livro de memórias, Afonso Arinos de Melo Franco, testemunha ocular, conta como aconteceu. Reunida a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, Leopoldo lia um parecer, quando, a certa altura, sua voz foi ficando pastosa, seus movimentos desco-



RAMAYANA DE CHEVALIER

*Escritor e tribuno de grande
prestígio em meados do século.*

ordenados e logo, para estupefação geral, caiu no chão e foi levado ao hospital, onde morreu horas depois. Sepultado no Rio de Janeiro, até hoje seus restos não foram trasladados para Manaus.

* * *

Walmiki Ramayana Paula e Souza de Chevalier, era o seu nome completo. Como que antevendo a vocação literária do filho, seu pai lhe deu os nomes do célebre poema épico hindu e do seu autor presumível. Não sei por que Ramayana acabou por estudar Medicina. Dizem seus contemporâneos da faculdade que em suas provas orais ele já fazia verdadeiras dissertações. Formado, guardou o diploma e nunca exerceu efetivamente a profissão. Seu mundo era o das letras e da boêmia, como ele próprio confessava. Tribuno excepcionalmente dotado, era capaz de discorrer durante horas sobre qualquer tema. Quando ele voltou do Rio, após longos anos de ausência, procurei-o, em nome do Diretório Acadêmico, para convidá-lo a pronunciar uma conferência na Faculdade de Direito. Deixado o tema à sua escolha, decidiu na hora: *Democracia Libertária*. À noite, depois de ouvir o discurso de saudação, que coube a mim fazer, tomou a palavra e, por mais de uma hora, discorreu sobre os princípios de um novo regime, que preconizava, bem como sobre o movimento político que estaria sendo articulado para a sua implantação. Ao fim, compreendemos que tínhamos assistido apenas a um prodigioso exercício de imaginação. Mas nem por isso nos sentimos frustrados, pois em compensação nos havíamos regalado com uma bela demonstração de oratória. Ator nato, tinha um grande pendor para os gestos teatrais. Em 1953 liderou uma ruidosa campanha de arrecadação de donativos em favor das vítimas da enchente. Parece-me vê-lo, ainda, em plena Eduardo Ribeiro, sentado no paralamas dianteiro de um velho automóvel, com faixa



Capa do livro *No Circo sem Teto da Amazônia*, de Ramayana de Chevalier.

e alto-falante, a implorar o auxílio da população. Jornalista de combate, tinha uma pena demolidora, que muito incomodava os adversários durante as campanhas eleitorais. Mas não teve sorte em política, jamais conseguindo galgar nenhum posto eletivo. Em grande parte, talvez, devido ao seu pouco empenho. Levava sua candidatura na brincadeira, como quase tudo que fazia. Gostava mesmo era de varar a madrugada num *bate-papo* com os amigos, sem preocupação com o tempo. Um eterno menino, que ocupava as horas vagas com trotes irreverentes passados nos figurões da cidade. Displicente, escreveu apenas dois ou três livros, muito menos do que se poderia esperar do seu enorme talento. Aquele garoto brincalhão que era Ramayana – oculto na máscara de feições orientais – guardava, no entanto, a mágoa de viver, por circunstâncias diversas, longe do Amazonas, que ele amava com um apego telúrico e uma unção quase religiosa.

* * *

Por coincidência ou não, dentre os homens que brilhavam em nosso meio literário, além de Álvaro Maia, também ensaísta e ficcionista, apenas um era, antes e acima de tudo, poeta. Chamava-se Américo Antony. Seu valor intelectual era reconhecido por todos, mas muitos lhe torciam o nariz devido à sua excentricidade. A começar pela figura. Magro, recurvo, cabelos compridos, terno amarfanhado e capa eternamente pendurada no braço, fizesse chuva ou sol. Formado em direito, foi promotor no interior, mas dedicava aos autos apenas as horas que lhe sobravam da ocupação principal, que era a poesia. Conta-se que quando serviu, em determinada comarca, com Octaviano Mello – pai de Pedro e Anísio Mello –, um homem de letras aprisionado pela magistratura, os dois mantinham o Forum fechado e se deixavam ficar, perdidos, em longas conversas sobre literatura. Dizia-se,

também, com foros de verdade, que uma das muitas mulheres com quem viveu, certo dia entrou na sala em que Américo escrevia um poema e pediu-lhe dinheiro para o mercado. O poeta, indignado com a interrupção, gritou: *Miserável! Espantaste-me as Musas!* Consta que a moça deixou a casa no mesmo dia. Eu próprio testemunhei uma dessas tiradas de Américo. Certa manhã, quase meio-dia, de regresso das aulas, no Colégio Dom Bosco, encontrei Américo cercado de amigos, embaixo de um *benjamim*, na calçada do *Leão de Ouro*, esquina de Eduardo Ribeiro com Henrique Martins. No exato momento em que eu cheguei, ele acabava de declamar um dos seus poemas. A cerca de dois metros da roda, um jornaleiro, de apelido *Ferrugem*, entusiasmado, bateu palmas. Ao invés de agradecer, Américo, voltando-se para o rapazinho, perguntou: *Você entende de poesia?* Surpreso, o interpelado meneou a cabeça negativamente, e Américo arrematou: *Pois então não se meta, porque sapateiro não toca rabecão!* Acho que até hoje, se vivo for, *Ferrugem* continua sem entender de poesia e, muito menos, das razões do poeta. Mas apesar desse comportamento nada convencional, reprovado pelos mais velhos, os moços reconheciam em Américo um grande talento poético e lhe dedicavam o respeito devido ao artista sério que ele sempre foi.

* * *

O último dos *monstros sagrados* a desaparecer foi Ramayana, já nos anos 70, doente e auto-exilado no Rio de Janeiro. Muito antes havia ocorrido o *crepúsculo dos deuses*, com o fim de uma era em que a sociedade, reverente, cultuava seus intelectuais como figuras do Olimpo.

XII



SUAVE ERA A NOITE

*A noite é só nossa,
no mundo não há mais ninguém.*

Canção Popular

A vida noturna de Manaus não tinha, é claro, a efervescência das metrópoles. Mas seria um engano supor que as noites se apresentassem vazias e sem opções. Longe disso, se levarmos em conta as dimensões da cidade, as atrações até que eram divertidas e variadas, embora ajustadas ao estilo e ao ritmo de vida da época.

Além dos cinemas, naturalmente, havia, em primeiro lugar, as atividades dançantes, concentradas, para a classe média, nos dois tradicionais clubes de elite, Ideal e Rio Negro.

Ambos estão nas sedes que atualmente ainda ocupam, mas o Rio Negro recém-transferido da antiga sede da rua Barroso, onde mais tarde funcionaram, sucessivamente, a Vara de Menores e a União Estadual de Estudantes, agora em ruínas. Durante quase todos os anos quarenta, os dois clubes se limitavam a cumprir uma programação anual preestabelecida e imutável, com a realização das festas de sempre, *Chitão*, *Rosas Vermelhas*, *S. Pedro*, *Glamour-Girl*, *Réveillon* e bailes carnavalescos, em traje passeio ou a rigor. Somente no final da década o Ideal inovou, inaugurando uma *boite*, aberta todos os sábados e em roupa esporte. Após reformar um velho porão que servia como depósi-

UNIÃO ESTADUAL DE ESTUDANTES

Órgão de representação estudantil com forte presença na vida política e social da cidade.



Dois expoentes da juventude idealina, Ivete Andrade e Aristóteles Melo, no cinquentenário do Ideal.

Bloco do Ideal Clube do Carnaval de 1952.



to, na ala norte, a Diretoria do velho clube deu-lhe um sopro renovador, com a criação da Juventude Idealina. Composta por um grupo atuante de moças e rapazes, à frente Bernardo Cabral, Carlito Cordeiro e Altino Azevedo, a J. I. passou a realizar suas sabatinas na *boite* que, devido à cor de suas paredes, era chamada carinhosamente de Vermelhinha e, mais tarde, de Moranguinho. Tendo como principal atração o piano de Aristóteles Melo, a *boite* do Ideal se tornou o ponto de encontro daquilo que os colunistas sociais chamavam de *jeunesse dorée*, reunindo tudo que Manaus tinha de mais bonito e elegante.

As festas desses dois clubes eram, de modo geral, tranquilas e bem-comportadas, transcorrendo rigorosamente dentro do figurino da época. As moças compareciam, sempre, em companhia de casais, com os quais, igualmente, regressavam a suas casas. Garota sozinha, ou acompanhada apenas de amigos ou namorados, nem pensar. E no decorrer da festa as jovens deviam permanecer sentadas à mesa, à espera de convites para a dança, com pavor de *fazer crochet*, isto é, de passar a noite sem dançar. Quando isso acontecia, eram alvos de gozação e algumas chegavam a chorar de humilhação. Os rapazes, por seu turno, podiam sofrer, também, o vexame da recusa. Normalmente, o interessado procurava fazer sinal para a garota, de longe, e já ia na certa. Mas sempre aparecia algum mais ousado que resolvia correr o risco, sem prévio entendimento. Se dava sorte, a moça aceitava o convite e saía, educadamente, mesmo a contragosto. Mas às vezes a ousadia era castigada com peremptório *não* e, nesse caso, o recusado fazia o caminho de volta no salão, sob olhares de zombaria, rubro de vergonha. Muitos abandonavam a festa, de *cara no chão*.

Os dirigentes dos clubes eram muito zelosos da ordem e do decoro, que deviam ser preservados a qualquer custo. A vigilância sobre os participantes era bastante severa, princi-

HOTEL AMAZONAS

Primeiro hotel de categoria internacional da cidade, inaugurado no começo dos anos 50.



palmente no Rio Negro, que tinha em Aristophano Antony um férreo guardião da moral e dos bons costumes. Não se permitia *agarramento* – há quanto tempo não ouço esta palavra – beijos na boca nem passos de gafeira. Os infratores eram punidos sem apelação. Abordados discretamente, por um diretor, eram convocados à sala da diretoria, onde recebiam o *convite* para deixar a sede. Em outras palavras, eram simplesmente expulsos da festa. E obedeciam sem muita discussão, porque o rosto sisudo de Aristophano não estimulava resistência nem protestos.

Tocava-se exclusivamente música romântica. Eram os *fox-blues* americanos, como *Summertime*, *Moonlight Serenade*, *Mona Lisa*, *Blue Moon*, *Again*, *Tenderly*; ou *foxtrot*es, como *Cheek-to-Cheek* e *Tea for Two*; ou boleros do repertório de Pedro Vargas, Gregorio Barrios e Lucho Gatica, ou, ainda, canções francesas, como *Les Feuilles Mortes*, *La Mer*, *La Vie en Rose*, *Douce France* e *J'attendrai*. A orquestra, ou conjunto, tocava em surdina e deslizava-se no salão. Festa era uma oportunidade para se dançar, ouvir música e conversar. Conversavam os grupos, em voz baixa, nas mesas, e conversavam os pares, susurrando, na pista de dança.

No final do período de que falo, abriu-se uma nova opção com a inauguração do Hotel Amazonas. O primeiro edifício de linhas modernas e, também, o primeiro hotel de categoria que aqui se construiu, fez de saída um enorme sucesso com o seu *Mandy's Bar*, refrigerado, com instalações confortáveis e apresentando um serviço que a cidade desconhecia. Além disso, o hotel logo deu início às reuniões dançantes dos domingos, na *Varanda Tropical*, que ocupava todo o primeiro andar do edifício, aberta e agradavelmente arejada. Começavam à tardinha e se estendiam até às vinte horas. Com Aristóteles ao piano, tornaram-se

um prolongamento da Moranguinho, completando os nossos fins de semana.

* * *



Branco e Silva.

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, a rotina da cidade, em matéria de divertimentos, foi quebrada com a abertura, em setembro de 45, da Feira de Amostras. Um empreendimento ambicioso, que se tornou possível graças à conjunção do arrojo de Gebes Medeiros, do capital (pouco) de Coriolano Lindoso e do talento de Branco e Silva. A idéia inicial era fazer apenas uma grande exposição de produtos regionais. Logo o projeto se ampliou, para incluir um parque de diversões e um teatro de variedades. Obtido o apoio do governo do Estado, insuficiente, Gebes caiu em campo para vender *stands* da feira a empresários daqui e do Nordeste, conseguindo, com muita dificuldade, os recursos para tocar a obra. Em pouco tempo foram erguidas as construções em madeira, no terreno da *Manaos Harbour*, cedido gratuitamente, que se estendia desde o local onde hoje se encontra a Capitania dos Portos até o Trapiche Teixeira, próximo ao edifício da Alfândega. Compreendia três grandes pavilhões de exposição, decorados por Branco e Silva, com dezenas de *stands*; um parque de diversões, transportado do Rio, que apresentava uma grande variedade de brinquedos, conhecidos alguns, novidades outros, como *Roda-Gigante*, *Polvo*, *Dangler*, *Gruta do Terror*, e um outro, o *Water-Shoot*, que nunca vi em lugar nenhum; incluía, ainda, um grande teatro ao ar livre, um restaurante em forma de navio, – a Nave da Felicidade, na amurada à beira do rio – e mais o próprio Trapiche Teixeira, aproveitado para a prática de jogos de azar, que só viriam a ser proibidos alguns meses depois, no governo Dutra. Em setembro a feira foi inaugurada, com uma enorme afluência de público, presentes o então interventor Álvaro Maia e o embaixador americano no Brasil, Adolfo Berle Jr., de passagem

Exposição Feira da
Amazônia, 1945.

por Manaus. Tão grande foi o entusiasmo do diplomata ianque, que fez um convite a Gebes para visitar os Estados Unidos, às expensas de seu governo. A viagem não se realizou porque, semanas depois, Adolfo Berle, envolvido num episódio famoso, deixava o país, ao ser considerado *persona non grata*, por envolvimento em nossos assuntos internos. A partir daí, durante três meses, a feira foi o grande centro de diversões da cidade, tendo como carro-chefe o teatro, onde se apresentavam os grandes astros da música popular brasileira. Por ali passaram Orlando Silva, Carmen Costa, Ciro Monteiro, Odete Amaral, Dircinha e Linda Batista, as Irmãs Pagãs, Moreira da Silva e Manezinho Araújo, além de um cômico, Canelinha, que se tornou muito popular na cidade, por ele visitada periodicamente. Trazer esses e muitos outros artistas a Manaus, num espaço de tempo tão curto, era uma tarefa quase impossível, não apenas pelos gastos exigidos, mas também pelas dificuldades de transporte. Naquele tempo não havia linha direta Manaus-Rio. Os aviões faziam o percurso Rio-Belém pelo litoral e, da capital paraense, os passageiros, feito

o traslado, se deslocavam para cá. Os vôos eram poucos e os aviões, pequenos, estavam sempre lotados. Gebes só conseguiu superar o problema porque, através de Álvaro Maia, obteve a proteção de D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, a Alzirinha, filha do ditador, só deposto a 29 de outubro – que interferiu junto a Salgado Filho, ministro da Aeronáutica, para a concessão de prioridade aos artistas que viajassem a Manaus. A realização de um empreendimento daquele porte, na pequena cidade dos anos quarenta, é explicada pela tenacidade de um nordestino que aprendeu, desde cedo, a não recuar diante de obstáculos.

Hoje, 18 de Setembro

— NA —
1.ª EXPOSIÇÃO-FEIRA DA AMAZONIA
8.º GRANDE SHOW
DUAS SESSÕES — ÀS 20 E ÀS 22 HORAS
Para maior comodidade dos espectadores:



ELY CAMARGO

Ely Camargo
"A harmonização de tanta
"harmonia".
Luiz Bandeira
"Tribuna de PA e de Eterni".
Luiz Santos
"A harmonia dos
"harmonia".

CLAUTENES ANDRADE
"A harmonia dos
"harmonia".
Todos sob o comando de
ANDRADE JUNIOR.

Preços para o Teatro:
CADEIRA, CR\$ 6,00 — GERAL, CR\$ 3,00

QUINTA-FEIRA
CIRO MONTEIRO
(O maior cantor do rádio brasileiro)
ODETTE AMARAL
(A cantora que mais gravou no Rio de Janeiro)

AGUARDEM:
DILERMANO PINHEIRO
(O rei do chapele de praia).
ARTHUR COSTA
(O maior harmonista brasileiro)
ZÉ COÍO
(O substituto de Canelinha)

Anos depois, as duas emissoras de rádio locais, a Baré e a Difusora, decidiram explorar o filão descoberto pelos criadores da feira. Antes, à semelhança das emissoras do sul do país, lançaram os programas de auditório, em suas próprias instalações, como a Difusora, que então funcionava em um velho prédio na Joaquim Sarmiento, quase defronte à sua sede atual, ou utilizando o Guarany e o Polytheama, como fazia a Baré.

O programa da Difusora se intitulava *Tem Gato na Tuba*, porque o calouro que se saía mal era advertido com um *miado* desaprovador. A Baré, sucessora da pioneira *Voz da Baricéia*, já realizava esses programas desde o tempo em que pertencera ao governo do Estado, adquirida de seus primitivos donos. Com estúdio instalado no prédio da Associação Comercial, foi lá que estreou como calouro o garoto Carlos Augusto Carneiro, que ainda aspirava a fazer carreira como cantor de rádio. Incorporada à cadeia dos Diários e Rádios Associados, partiu, já na década de cinquenta, para a construção da *Maloca dos Barés*, um grande auditório descoberto, construído no mesmo terreno em que funcionara a Feira de Amostras. Ali, o *show* era comandado por ani-

Prédio da Associação
Comercial.



matadores como Belmiro Vianez e Josaphat Pires, com distribuição de prêmios aos espectadores, muitos dos quais abiscoitei, ao responder a perguntas de conhecimentos gerais. Havia, também, apresentações de artistas locais, dentre os quais guardo, como grata lembrança, a figura de Maria de Lourdes – por onde andarás a Lourdinha? – terna cantora de música hispano-americana. O espetáculo era encerrado, sempre, com a presença de um cantor nacional famoso. Toda a velha-guarda do rádio brasileiro desfilou no palco da Maloca.

Os mesmos que haviam passado pela feira, e mais Sílvio Caldas, Carlos Galhardo, Nelson Gonçalves, Aracy de Almeida, Marlene, Emilinha Borba, Dalva de Oliveira, com o Trio de Ouro, depois sozinha, Lourdinha Bittencourt, Nora Ney e

muitos outros. A Difusora não ficou atrás e replicou com a Festa da Mocidade, também um grande auditório ao ar livre, primeiro instalado na rua Silva Ramos, em terreno hoje ocupado pelo BEA, e mais tarde na antiga *Baixa do JG*, na avenida Getúlio Vargas, onde atualmente se ergue o edifício Palácio do Rádio.

Havia grande rivalidade entre as duas emissoras e com isso, obviamente, saía ganhando o público. Às vezes, a Festa e a Maloca anunciavam, simultaneamente, duas grandes atrações, deixando-nos em dúvida quanto à escolha. De minha parte, eu preferia, quase sempre, a Maloca, onde podia ficar na amurada do rio, perdido em cismas, a contemplar as luzes das embarcações ao longe.

* * *

As noites ofereciam, ainda, muitas vezes ao ano, os arraiais ou quermesses, promovidos pelas diversas paróquias da cidade. Sucediavam-se quase à razão de uma por bimestre, inicialmente com a de São Sebastião, em janeiro, depois a dos Remédios, a seguir a de Aparecida, logo a de N. S. de Nazaré, na Vila Municipal e, finalmente, a da Matriz, em torno da Catedral. Essas promoções eram aguardadas ansiosamente e movimentavam meia cidade, principalmente a juventude, que lá comparecia não apenas atraída pelos mais diferentes tipos de jogos, nem pela ampla variedade de guloseimas que podiam ser encontradas, mas também pela oportunidade de paquerar garotas. Elas vinham às centenas, das redondezas ou de outros bairros, para encontros com namorados ou para o giro habitual em volta da praça, para o simples flerte ou, quem sabe, para a abordagem dos rapazes, que também acorriam, de todas as partes, com o mesmo objetivo. E ali nos plantávamos até o alto-falante emudecer, dando por findo o arraial.

Aos domingos tínhamos um aperitivo, que eram as retretas da praça João Pessoa (hoje Heliodoro Balbi), com a bem afinada



APARECIDA

Antigo bairro dos Tocós, um dos mais antigos de Manaus.

SERENATAS

Muito praticadas, até os anos 50, ao som de violões e violinos.

banda da Polícia Militar, no belo coreto que ainda lá se encontra, tocando os sucessos musicais em voga. A praça ficava apinhada, com gente espalhada em torno do coreto, nas alamedas internas e, sobretudo, na calçada, onde se deixavam ficar os rapazes, em grupos, parados, e as moças volteando de braços dados. Saíamos com a banda, quase sete horas da noite, quando voltávamos às nossas casas para jantar e, em seguida, sair de novo, rumo ao cinema ou à quermesse, se havia alguma funcionando.

* * *

Sempre que possível, nossas noitadas se completavam com serenatas. Nos meses de *verão*, de julho a novembro, com lua cheia ou mesmo quarto crescente, lá fomos nós preparar a seresta, que dependia da disponibilidade de instrumentistas, poucos e muito disputados na época. Geralmente levávamos dois violões e, quando aparecia, um violino. Nossos violonistas preferidos eram Clóvis Bacury, excelente companheiro, morto prematuramente, e Domingos Lima, um crioulo bom e pachorrento, com infinita paciência para suportar as nossas desafinações. Sim, porque os cantores éramos nós mesmos. Raramente convidávamos algum integrante do *cast* de uma das emissoras locais. E do nosso grupo, constituído por José Oliva, o *Pítias*, Luiz Bezerra, Haroldo Costa, Stephano Novelino e Pedro Amorim, apenas este último apresentava uma bem impostada voz de tenor. Os outros variavam de razoáveis a péssimos e não poucas vezes se perdiam em agudos mais puxados, apesar do ligeiro ensaio que sempre fazíamos, na praça da Polícia, em busca do tom exato. Em seguida, fomos comer peixada, geralmente no Vasconcelos, uma peixaria no começo da Joaquim Nabuco, onde se servia a melhor caldeirada de Manaus. Por volta de meia-noite saíamos para a seresta, em carro de praça, se as casas eram distantes, ou a pé, se ficavam mais

próximas. Normalmente a recepção era boa, pois despertar ao som de violões e violinos satisfazia o ouvido e a vaidade. O prestígio da moça entrava em alta na vizinhança, e mais ainda se havia coincidência de duas serenatas na mesma noite, coisa nada incomum se a jovem era muito requisitada. Ela própria, aliás, se encarregava de alardear o feito, para acicatar o despeito das rivais. Muito raramente podiam acontecer fatos desagradáveis. Com o nosso grupo, ocorreram pelo menos dois. Uma noite, fomos tocar na casa de uma garota, na rua Huáscar de Figueiredo, quando Jorge Carim, que nos acompanhava, adiantou-se uns trinta metros e parou defronte à casa escolhida. De repente, soaram dois disparos secos e Carim correu em nossa direção, lívido, a gritar que haviam atirado contra ele. Preocupados, procuramos o dono da casa, que nos explicou o mal-entendido. Ao ver um homem parado, sozinho, em atitude que lhe pareceu suspeita, disparou para o alto, pensando tratar-se de um ladrão. Esclarecidas as coisas, fizemos a seresta sem problemas, e todos cantaram, menos Carim, que só pensava em encontrar um boteco aberto para se consolar com uma boa cerveja. Outra vez, estávamos em frente a uma casa, na Vila Municipal, quando parou um carro de praça, do qual saltou um morador, irmão da moça homenageada, que não quis conversa. Corpulento, mal-encarado e cheirando a álcool, nos deu ordem de retirada em cinco minutos. Não foi preciso tanto, pois em muito menos tempo levantávamos acampamento. E nunca mais a irmã do gorila ouviu os *sanglots longues* dos nossos violinos. Mas tais incidentes, como disse, foram excepcionais. Havia até pais muito gentis, que abriam a casa para servir um drinque aos seresteiros. Nosso grupo não teve a sorte de ser obsequiado dessa maneira. Muitas casas permaneciam fechadas, sem emitir nenhum sinal de vida. Mas em outras, cortinas eram levantadas ou janelas entreabertas, e podíamos divisar rostos que nos observavam e mãos que nos acenavam. E então regressávamos, felizes e realizados.

Hoje, quando percorro de automóvel as ruas semidesertas, em plena madrugada, parece que ainda os vejo, carregados de instrumentos e sonhos, a palmilhar o calçamento lavado de luar, em sua lírica jornada noite adentro.

XIII



TESOURA PRESS E ROTOPLANAS

Era um jornalismo romântico, a um tempo boêmio e heróico.

Anônimo

Como não poderia deixar de ser, a imprensa de Manaus era um reflexo do meio provinciano em que se inseria. Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, tínhamos apenas quatro jornais permanentes e de circulação diária, ao lado de outros, de vida efêmera ou longa, porém editados esporadicamente, de forma irregular. Ao tempo, alguns circulavam pela manhã, e outros à tarde. Eram matutinos *O Jornal* e o *Jornal do Comércio*, e vespertinos, obviamente, *A Tarde* e o *Diário da Tarde*. Mesmo esses quatro maiores não funcionavam, a rigor, em bases empresariais. O parque gráfico era obsoleto mesmo para a época – com exceção, talvez, do que imprimia os jornais da família Archer Pinto – o pessoal era mal remunerado, muitos sequer possuíam vínculo empregatício e as dificuldades financeiras chegavam a ser angustiantes. O noticiário telegráfico era escasso, predominando as notícias locais, de conteúdo e linguagem que beiravam a ingenuidade. Diariamente eram publicadas relações de aniversariantes, com notas mais extensas sobre alguns, como matéria paga ou por injunções de amizade. Publicavam-se, também, listas completas de passageiros de aviões e, assim, ficava-se sabendo, obrigatoriamente, quem estava indo para onde. A seção poli-

cial limitava-se a uma coluna. A de *O Jornal* intitulava-se *Polícia e Ruas*, com três ou quatro tópicos que registravam, principalmente, brigas de vizinhos e prisões por bebedeiras.

Em geral, as notícias eram vazadas em linguagem pitoresca, que deliciava, tanto pela repetição de clichês e frases-feitas, como pelo emprego de saborosíssimos sinônimos em substituição a palavras de uso coloquial. Assim, água era *precioso líquido*; todo juiz, *íncrito magistrado*; toda moça, *fino ornamento da nossa sociedade*; e toda senhora casada, de classe média, *virtuosa esposa do doutor Fulano de Tal*, ou então, *dama de peregrinas virtudes*. Médico era chamado de *esculápio*; advogado, de *causídico*; prostituta, de *mariposa* ou *hetaíra*; escritor, de *beletrista*; poeta, de *vate* ou *bardo*; bispo, de *antístite*; ladrão, de *lunfa* ou *larápio*. E todo portador de diploma de curso superior era inevitavelmente chamado de *doutor*. Aliás, se não o fosse, provavelmente se sentiria ofendido e procuraria o dono do jornal, para reclamar do tratamento não condizente com o seu título. Esse tipo de protesto constituía sintomática demonstração de que a imprensa refletia efetivamente a mentalidade da época.

Seria um engano, porém, supor que os jornais fossem inteiramente escritos nessa linguagem bisonha. O nível era outro, quando se tratava de editoriais ou *artigos de fundo*, como eram chamados, de *sultos* e de matéria assinada. Nesses casos a qualidade podia ir de boa a excelente, porque todos esses órgãos, mesmo os menores, contavam com redatores e colaboradores de primeira água. Na velha-guarda se incluíam homens como Álvaro Maia, Adriano Jorge, Leopoldo Pères e Huáscar de Figueiredo. E, ainda, João Leda, de impressionante erudição filológica e polemista temível, porque escrevia certo e bem. O que não é, necessariamente, a mesma coisa.

Pode-se escrever com acerto e sem nenhum talento. Outro que se agigantava era Herculano de Castro e Costa, reconhecido



João Leda.



AGNELLO BITTENCOURT

*Professor e historiador dos
mais respeitados e estimados
do Amazonas em sua época.*

por todos os seus ex-companheiros como um dos mais completos homens de jornal que o Amazonas já teve. Meus contatos com ele foram poucos, mas sabia identificar de imediato os editoriais de sua lavra, pela limpidez de estilo e contundência de linguagem. Não poderia esquecer Genesino Braga, que já surgia como o grande cronista da cidade que fez sua por adoção. Entre os mais novos, já se distinguia Agnello Uchôa Bittencourt, de quem tive a ventura de ser aluno, muitos anos mais tarde, em meu curso de mestrado na Fundação Getulio Vargas. Amazonense de boa cepa, pertencente a uma estirpe de intelectuais, filho que era do velho Agnello e irmão de Ulysses, foi mais um dos conterrâneos que cedo emigraram, abrindo claros preenchidos por arrivistas de várias procedências. Surgia, também, ainda muito novo, o padre Raimundo Nonato Pinheiro, que já despontava como um legítimo sucessor de João Leda, no posto de defensor da pureza do nosso conspurcado idioma. Um lugar especial era ocupado por Pedro Ubiratan de Lemos, muito jovem, com pouco mais de vinte anos, boêmio e meio irresponsável, foi, possivelmente, a maior vocação de jornalista de sua época. Tinha o faro, a garra e a imaginação dos grandes repórteres. Perseguia a notícia tenazmente e, quando não a encontrava, – pecado perdoável pela idade – simplesmente a inventava. Foi ele que reeditou, falsamente, o milagre de Fátima em Manaus, ao engendrar uma aparição de Nossa Senhora no Alto de Nazaré, transformando o covão da rua Barcelos numa réplica da cova da Iria. Usando expedientes os mais diversos, ele conseguiu convencer uma parte da população de que a Virgem tinha aparecido a algumas pessoas naquele local, logo convertido num ponto de romaria, onde se reunia diariamente uma multidão de devotos. A farsa movimentou a cidade e rendeu a Pedro copiosa matéria para algumas semanas de reportagens. Lembro-me de outra vez em que, num dia paupérrimo de notícias, ele escreveu extenso e comovente relato sobre a morte



Philippe Daou.

de uma família de caboclos, num naufrágio no Solimões, do qual restara apenas um sobrevivente para contar a tragédia. É claro que essas brincadeiras eram exceções na vida profissional de Pedro, que sabia escrever como ninguém sobre fatos reais. Não foi à toa, mas graças ao seu talento, que logo depois trocava Manaus pelo Rio de Janeiro, onde trabalhou em *O Cruzeiro*, na sua fase de ouro, e nos maiores jornais da então capital da República, vindo a consagrar-se como um dos melhores repórteres do país. Outros integrantes da turma jovem do periodismo foram Arlindo Porto, Mendonça de Souza, Áureo Mello, Almino Affonso, Leopoldo Péres Sobrinho, José Cidade, Aluísio Sampaio, Philippe Daou e Milton Cordeiro, alguns dos quais continuaram por muitos anos no *batente*. Cito esses nomes ao correr da pena, sob o risco de cometer omissões por falha de memória, sem nada de intencional. Falha tanto mais desculpável quanto jamais tive militância efetiva na imprensa, com a qual sempre colaborei através de artigos assinados. Apenas em anos mais recentes cheguei a escrever os editoriais de *A Crítica*, mas em caráter não profissional.

A imprensa de Manaus viveu, durante muito tempo, sob a predominância dos dois órgãos editados pela Empresa Archer Pinto, *O Jornal* e o *Diário da Tarde*. Eram os mais bem equipados, os que contavam com os melhores colaboradores, os de melhor feição gráfica e, disparadamente, os de maior circulação. Seus dirigentes eram cortejados até pelos mais poderosos, conscientes da força dos dois periódicos junto à opinião pública. Um apelo ou advertência de qualquer deles, dirigido ao governo, era seguido de imediatas providências; uma crítica, endereçada a qualquer cidadão, deixava o atingido em pânico. E se as críticas se transformavam em campanha sistemática, como aconteceu com Leopoldo Cunha Melo, então, o jornal precisava ser neutralizado, através de gestões de paz, se a vítima tinha alguma pre-

DIÁRIO DA TARDE

Maior vespertino da cidade, no tempo em que alguns jornais circulavam de manhã, e outros, à tarde.



ARTHUR C. FERREIRA REIS

Notável historiador amazonense e o primeiro governador do Estado durante o regime militar.

tensão de fazer carreira. Curiosamente, o todo-poderoso proprietário desses órgãos de comunicação não parecia tirar proveito disso. Anti-social, o velho Henrique Archer Pinto, fundador e diretor-presidente da empresa, viveu os últimos anos de sua vida recluso em casa. Não comparecia a reuniões, não fazia nem recebia visitas, a não ser dentro de um círculo muito restrito de parentes e amigos. Já adolescente, fui seu vizinho, por mais de um ano, na praça General Osório, lado da rua Luiz Antony, separadas nossas casas por uma distância inferior a cem metros. Nunca consegui vê-lo, nem por instantes. Falava-se numa doença grave, de que seria portador, mas parece que o boato não tinha fundamento. Tudo indica que o velho Henrique, por algum motivo, se desencantara com o gênero humano. Por isso, logo passou a direção da empresa aos filhos Aguinaldo e Aluísio, sob a liderança do primeiro. Mas Aguinaldo teria vida curta, morrendo antes de completar quarenta anos. O comando dos jornais se transferiu, então, para a sua viúva, minha amiga Maria de Lourdes, que bravamente os dirigiu, durante mais de dez anos. Mas os tempos eram outros e o encargo pesado demais para os seus ombros. No começo dos anos setenta, deixava de circular o *Diário da Tarde* e, alguns anos depois, com reduzida circulação e nenhuma influência, desaparecia melancolicamente *O Jornal*. Logo a seguir, a empresa entrava em liquidação.

* * *

Vizinho à empresa Archer Pinto, em prédio contíguo, funcionava o velho *Jornal do Comércio*, o outro grande matutino da cidade. Até o início dos anos quarenta foi propriedade do velho Vicente Reis, pai de Arthur Cezar Ferreira Reis, que o dirigiu com mão de ferro, imprimindo-lhe um caráter austero e conservador. Dizem que o velho Reis era muito severo e exigente no



Assis Chateaubriand.

tocante à veracidade do noticiário e instituíra como norma do jornal não desmentir notícia publicada. Era anedota corrente na cidade que, certa vez, o *Comércio* noticiou, por engano, a morte de um determinado cidadão. Este, indignado, pediu desmentido, que não veio. E, pior, nunca mais viu publicada nenhuma notícia a seu respeito, porque, para o jornal, ele estava definitivamente morto. Corria, também, com foros de verdade, que o velho Vicente não perdoava desafetos. A tal ponto, que seus nomes não podiam ser publicados no jornal, mesmo em listas de passageiros. Verdadeiros ou não, esses fatos não foram meus contemporâneos, pois quando despertei para o mundo o *Jornal do Comércio* já tinha sido adquirido por Assis Chateaubriand e incorporado ao império dos Diários e Rádios Associados, que se estendia por todo o país. Já era dirigido de forma mais impessoal, com diretores vindos de fora, que aqui permaneciam poucos anos, sem tempo de se integrarem ao meio. Não era jornal de minha simpatia porque, fiel à orientação do seu dono, seguia uma linha conservadora e antinacionalista. Durante a campanha do *Petróleo é Nosso*, a posição do JC era abertamente contrária ao movimento. Em seu rodapé, quase todos os dias, tínhamos o desprazer de encontrar, em seu estilo inimitável, um artigo de Chatô com violentos ataques à tese do monopólio estatal. Sempre lamentei que uma pena tão brilhante estivesse a serviço de uma causa que, no meu entender, não consultava os interesses nacionais. Nem mesmo depois de criada a Petrobras a posição do jornal se modificou, só vindo a se atenuar após a morte de Chateaubriand. Por essas e por outras razões, que não pretendo, aqui, analisar, o velho matutino foi perdendo leitores gradativamente. Conseguiu sobreviver, mas sem a importância do tempo em que disputava com *O Jornal* a preferência da chamada *Classe A*.

* * *

O quarto diário da cidade era *A Tarde*, que se identificava com Aristophano Antony, seu proprietário e fundador. Era o mais novo e o mais modesto de todos. Funcionava no térreo do prédio ainda hoje existente, na esquina da rua Henrique Martins, com Lobo d'Almada. As instalações eram acanhadas, com as oficinas no piso inferior e a redação numa pequena sobreloja de madeira. A impressão se fazia numa velha rotoplana, em tipos graúdos, e precisava ser manuseado com muito cuidado porque a tinta se desprendia com facilidade, manchando roupas e mãos dos leitores. Invariavelmente com quatro páginas, era pobre também de noticiário, tanto local como telegráfico. Apesar dessas deficiências, o jornal era influente e tinha um público fiel, graças principalmente, senão exclusivamente, a Aristophano. Ele era, creio, o único dono de jornal com militância no *batente*. Não exercia outra atividade remunerada. Vivia do jornal, que dirigia pessoalmente e no qual escrevia todos os dias. Infalivelmente, lá estava o seu artigo assinado, no canto inferior da primeira página, dividido em três partes, sempre do mesmo tamanho. Jornalista combativo, que não poupava adversários de ataques frontais e contundentes, seus artigos eram o grande atrativo do jornal. Homem de hábitos conservadores, trajando rigorosamente paletó e gravata, chapéu na cabeça, charuto na mão, fazia diariamente, de manhã e de tarde, o percurso de casa para a redação e vice-versa. Sempre pela Henrique Martins e às mesmas horas. Talvez pelo seu conservadorismo, não pôde, ou não quis, modernizar o jornal, que teve o desgosto de fechar poucos anos antes de morrer.

* * *

No final dos anos quarenta surgiria um novo matutino, *A Crítica*, modestíssimo e com todos os indícios de que teria vida curta. Seu fundador, Umberto Calderaro Filho, era meu velho



Umberto Calderaro Filho.

conhecido do Colégio Dom Bosco, onde fomos contemporâneos, sendo ele de turma mais adiantada. Lembrava-me perfeitamente dele pela sua intensa participação na política estudantil como candidato à presidência da União Estadual de Estudantes, que não chegou a conquistar. Impossível esquecê-lo, de qualquer modo, pelo seu tipo físico. Alto, magro, a pele branca coberta de sardas, chamava atenção de pronto. Agitado e atuante, parecia destinado a cumprir a trajetória de tantos jovens da nossa época, ou seja, fazer o curso de Direito, como aconteceu, e ingressar na política. Mas, de repente, Calderaro largou tudo para se lançar à aventura do jornal. Foi instalar-se bem ao lado dos grandes, no térreo de um edifício contíguo ao da empresa Archer Pinto. Para fingir que não pretendia concorrer com os maiores, fez *A Crítica* circular a partir das onze horas, o que levou Áureo Mello, sempre criativo, a cunhar o neologismo *onzeorino*, para designá-lo. As instalações eram precárias, com uma velha linotipo e um prelo manual. Quando, algum tempo depois, ele adquiriu uma rotoplana, ao tempo já ultrapassada, houve uma festa na redação. Como não havia recursos para a compra dos serviços das agências telegráficas, dizem que Calderaro tinha um funcionário designado para acompanhar atentamente o noticiário das emissoras nacionais e estrangeiras, bem como para recortar notícias de jornais do sul do país. Como gozação, dizia-se que *A Crítica* trabalhava com duas grandes agências: a Rádio Press e a Tesoura Press. O jornal era tocado por toda a família Calderaro. Além de Umberto, lá trabalhavam sua mãe, D. Maria, que cuidava das finanças internas e, nas horas vagas, o velho Umberto, pai, que formava, com o *sêo* Miguel, a dupla de simpáticos italianos que atendia a clientela da sapataria Arone. Talvez esse mutirão familiar explique, em grande parte, por que, ao contrário de tantos periódicos da época, *A Crítica* pôde sobreviver e ganhar as dimensões que tem hoje. Confesso que me enfileirei entre os fal-

DIÁRIOS E
RÁDIOS ASSOCIADOS

*Cadeia de rádios e jornais que
cobria todo o país, dirigida por
Assis Chateaubriand.*

sos profetas que vaticinaram seis meses de vida para o pobre boletim paroquial. E teria achado muita graça se alguém me dissesse que aquele magricela sardento se transformaria, algum dia, num magnata da imprensa local.

* * *

Em 1949 o cenário jornalístico de Manaus se enriquecia com o surgimento de *A Gazeta*, um vespertino de grande circulação, fundado por um grupo de políticos ligados ao Partido Social Democrático, à frente Avelino Pereira e, em segundo plano, Álvaro Bandeira de Mello, Flávio de Castro e Jatyr Pucu de Aguiar. *Doublé* de médico e jornalista, Avelino, nascido no Rio Grande do Norte, há muitos anos trocara o Potengi pelo rio Negro, aqui se estabelecendo como oftalmologista de grande clientela e largo prestígio social. Mas tinha experiência do “batente”, desde garoto, quando trabalhava no jornal de um tio, em Natal, com passagem, mais tarde, quando estudante, na redação de *O Estado da Bahia*, então um dos maiores órgãos da capital baiana. Depois, veio a trabalhar como repórter de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, e em Manaus fora o primeiro diretor do *Jornal do Comércio*, quando de sua incorporação à cadeia dos Diários e Rádios Associados. Há anos afastado das redações, sua vocação política e jornalística falou mais alto e ele voltou à lide, como dono de um jornal que logo alcançou o grande público, graças a sua linha politicamente engajada. Contribuiu para o êxito, também, a qualidade do jornal, bem impresso, amplamente noticioso e redigido por uma equipe de primeira, na qual se distinguiam Herculano de Castro Costa, como secretário, Ulysses Paes de Azevedo Filho e Arthur Virgílio Filho, como principais redatores. Apesar do engajamento político, Avelino soube evitar o caráter panfletário, imprimindo ao jornal um tom de equilíbrio e seriedade, que lhe deu ampla penetração

na classe média e nas elites, em acirrada disputa com o *Diário da Tarde*. Sóbrio, fugindo aos ataques pessoais, podia, no entanto, alcançar extrema agressividade. Alguns poucos que ousaram investir contra *A Gazeta* ou seu dono, certamente se arrependeram, tamanha a virulência da resposta, redigida por Herculano ou pelo próprio Avelino. Mas, chegou o tempo em que o velho combatente, cansado da política e do jornalismo, e decidido a se voltar exclusivamente para a medicina, vendeu o jornal para Arthur Virgílio. Este mudou a linha política do jornal, que passou a dar cobertura ao governo trabalhista de Plínio Coelho, além de lhe imprimir um tom ainda mais agressivo, bem de acordo com o temperamento do novo proprietário. Algum tempo depois essa agressividade quase provocou uma tragédia. Aldo Moraes, filho do escritor Raimundo Moraes, de quem herdou o talento e a combatividade, por motivo que já não recordo, envolveu-se numa polêmica com Arthur. Como geralmente acontecia naquela época, dos argumentos passaram à troca de desaforos. Um dia, Aldo telefonou para Arthur intimando-o a descer para um acerto de contas. Arthur, sem vacilar, aceitou o desafio e foi postar-se na calçada, defronte à redação. Logo depois surgiu Aldo, no lado oposto, caminhando da rua Joaquim Sarmiento para a Av. Eduardo Ribeiro. Quando se viram frente a frente, sacaram os revólveres e dispararam, felizmente sem se atingirem. E, ao que parece, não correram grande perigo, pois nenhum dos dois era propriamente um exímio atirador. Tanto que a perícia nem sequer encontrou as balas, que provavelmente se alojaram a muitos metros de distância dos respectivos alvos. Alguns anos depois, Arthur Virgílio, eleito deputado federal, passou adiante *A Gazeta*, que se transformou em órgão oficioso do segundo governo trabalhista. A partir daí foi perdendo qualidade e leitores, até cerrar as portas em meados dos anos sessenta.

* * *

Dentre os pequenos jornais daquela época, que não lograram vida longa, merece uma referência especial *O Momento*. Dirigido pelo então acadêmico de Direito, mais tarde advogado, Geraldo Costa, nasceu politicamente engajado, em virtude da vinculação do seu proprietário e diretor ao Partido Social Democrático. Começou a circular na fase agônica do Estado Novo, em setembro de 45, dando apoio à candidatura do Marechal Dutra à presidência da República e, no ano seguinte, à de Ruy Araújo ao governo do Estado. Vitorioso Leopoldo Neves, *O Momento* passou à oposição, não poupando críticas ao governo. Convidado por emissários oficiais a aderir à situação, Geraldo recusou. Começaram, então, as pressões. Primeiro, foi-lhe retirada toda publicidade oficial. Como o jornal sobrevivesse, vieram as ameaças verbais de elementos ligados ao governo. Certo dia, a pretexto de uma notícia referente a um assalto à joalheria *La Ville de Paris*, Geraldo foi chamado à Polícia. Por interferência de Aristophano Antony, presidente da Associação Amazonense de Imprensa, a intimação foi retirada. Mas as ameaças continuaram, cada vez mais frequentes. Em junho de 48, Geraldo recebeu informação segura de que o jornal seria atacado. Por prevenção, convocou os poucos funcionários e montou acampamento na sede, localizada na esquina das ruas Itamaracá e Frei José dos Inocentes. Após uma vigília de 48 horas, decidiram regressar às suas casas, deixando apenas dois empregados de prontidão. Logo depois, um grupo de beaguins, armados de revólveres e cassetetes, invadia o prédio e empastelava redação e oficina. O prejuízo foi total, não sobrou praticamente nada e nunca mais *O Momento* voltou a circular. A violência matou, ali, as ambições de um jovem e, quem sabe, o embrião de um futuro grande jornal.

Eram tempos heróicos do jornalismo. De jornais acanhados e provincianos, pobres e desequipados, mas de jornalistas forjados no *batente*, que sabiam tocar a imprensa com esforço, entusiasmo e, sobretudo, com um imenso amor à profissão.

XIV



BURROS DE CARGA E LOUCOS MANSOS

*Os amalucados são fantásticos,
são como crianças doidas.*

Petrignani

Naquele tempo já havia, também, o que os economistas e sociólogos chamam hoje de subemprego. Impossível quantificá-lo, mesmo por estimativa, pois não se faziam pesquisas nem levantamentos estatísticos, mas uma boa parte da população era constituída de empregados e autônomos, que viviam à margem da legislação trabalhista e previdenciária. Entre eles eu incluiria, numa classificação sem rigor técnico, um número incontável de pequenos comerciantes, que viviam do seu trabalho estafante e muitas vezes terminavam a vida miseravelmente. A uns e outros a cidade muito deve, já que sem eles a vida urbana se tornaria difícil, senão mesmo impraticável, pelo papel que desempenhavam nos mais diferentes ramos de atividades.

De todas essas categorias profissionais, a mais desamparada, creio, era a das empregadas domésticas. Elas não eram apenas os anjos noturnos que dessedentavam a rapaziada. Aqueles eram os momentos de liberdade, ao fim de um dia de trabalho duro e, às vezes, penoso. Porque a verdade é que elas viviam, virtualmente, num regime de semi-servidão. Pouquíssimas eram remuneradas. Apenas as famílias mais ricas admitiam empregadas pagas, com direitos e deveres definidos. Dentre essas, recordo, por

CARDÁPIO DAS REFEIÇÕES

Os pratos do cotidiano eram simples, sem sofisticação, basicamente de carne de vaca e peixe, acompanhadas de legumes e verduras regionais.

exemplo, da família de Agésilau Araújo, cujas filhas adolescentes saíam sempre acompanhadas de uma aia, portuguesa com certeza, de farda e avental. Essa fora contratada, provavelmente, mediante salário. Mas na quase totalidade das famílias de classe média, o comum eram as *crias da casa*, que trabalhavam sem remuneração, em troca de teto, roupa e comida. Raras as casas que não possuíam dois ou até três empregados desse tipo, incluindo uma cozinheira, uma babá e um menino de recados. Quase todos oriundos de municípios do interior, eram encaminhados por juízes, prefeitos ou pelos próprios pais. Geralmente eram remetidos pelas autoridades, por terem caído na orfandade, e pelos pais, por impossibilidade de mantê-los. Aqui, ficavam sob a tutela dos seus patrões e muitos nunca voltavam a ver seus familiares. Durante a menoridade eram praticamente prisioneiros, sendo caçados pelos vigilantes de menores, em caso de fuga, e devolvidos aos seus patrões, quando encontrados. A jornada de trabalho começava ao amanhecer e se estendia pela noite até a hora de dormir, sem direito ao repouso nos fins de semana. Somente os maiores de dezoito anos eram liberados após o jantar, mas com hora marcada para o regresso. As cozinheiras – às vezes, também, copeiras e faxineiras – eram as mais sacrificadas. Não havia fogão a gás ou elétrico. Todas as casas utilizavam fogões à lenha ou fogareiros, desses usados ainda pelas tacacazeiras. Acendê-los era uma batalha que podia durar vários minutos, quando a lenha ou o carvão estava úmido. Às vezes, acendiam por minutos e tornavam a apagar, numa luta que durava o dia inteiro. Como se não bastasse, ainda tinham de enfrentar o pilão, numa época em que o café, comprado em grão, era torrado e pilado em casa. Da mesma forma, com a carne-seca, quando era dia de paçoca. Para completar, aos sábados, se tempo sobrasse, o enceramento ou a lavagem da casa. A indisciplina e a negligência eram punidas severamente, com *bolos* de palmatória ou surras de cinturão. Às vezes esses castigos eram

tão freqüentes, e tão duros, que os vizinhos, indignados, apresentavam queixa à Vara de Menores. Quando meu pai foi juiz fez muitos inimigos, ao retirar menores de patrões desumanos, aos quais recriminava e ameaçava com processos criminais. Sem querer puxar brasa para a minha sardinha, mas para dar o depoimento de uma experiência pessoal, devo dizer que meus pais eram patrões generosos. Nunca os vi aplicar castigos físicos aos empregados, nem repreendê-los com palavras humilhantes. Tampouco eram discriminados na alimentação. Sempre comeram o mesmo que todos nós. Quando se mostravam rebeldes incorrigíveis, ou com tendência ao furto, eram devolvidos ao lugar de origem, se possível, ou entregues à Vara de Menores. Não por acaso, quase todos os nossos ex-empregados se tornaram amigos da família. Minha ama-seca Isabel, que me carregou em minha primeira infância, mais tarde casada, com filhos e netos, me chamava pelo apelido familiar e visitava minha mãe para tomar a bênção. Ou o caboclo Manuel, que chegou à nossa casa vindo de Badajoz, pintado pela icterícia, o ventre dilatado pela verminose e o baço afetado pela malária. Foi tratado, recuperou-se, ficou conosco muitos anos e depois tomou seu rumo, bem orientado e continua a manter um relacionamento cordial com todos nós. Não sei dizer se esse tratamento correto que dávamos aos nossos empregados constituía a exceção ou a regra. Numa ou noutra hipótese, o quadro não se altera em substância. Sem pieguice nem demagogia, devemos reconhecer que, por bondosos que fossem, esses patrões eram também senhores, que privavam seus empregados, durante anos, de direitos elementares da criatura humana.

Era muito grande o número de vendedores ambulantes, entregadores e carreteiros, que atendiam em domicílio. Os mais solicitados, e talvez mais sacrificados, eram os carvoeiros. Como a grande maioria das famílias utilizava fogareiros, consumia-se muito carvão vegetal, preparado em caieiras nos arredores da

cidade. Quem percorresse as estradas do Tarumã e de Campos Sales divisava, com frequência, rolos de fumaça que saíam da mata, indicando os locais onde se fazia o carvoejamento. Dali o carvão era transportado até a cidade, onde era distribuído em lombo de cavalo ou levado às costas pelos vendedores. Circulavam de manhã e de tarde, apregoando o produto. E mesmo aqueles que usavam animais eram obrigados a conduzir as sacas para o interior das residências, cobrindo-se de pó. Ao fim do trabalho, independentemente do tipo racial de cada um, estavam todos negros dos pés à cabeça. Não sei qual era a situação profissional desses homens e as suas relações de trabalho. Se eram eles próprios fabricantes; se compravam dos produtores para revender; se recebiam salário; ou se eram pagos por saca vendida. Qualquer que fosse, o certo é que o seu aspecto, fora do trabalho, indicava um nível de remuneração muito baixo para as pesadas tarefas a que se dedicavam. Tanto mais se considerarmos que forneciam um produto, na época, essencial à vida da população.

Outros que trabalhavam muito, e duramente, eram os carregadores do porto. Quase todos italianos, podiam ser facilmente identificados, pois vestiam praticamente uniforme, com suas blusas de xadrez, coloridas, e as cabeças protegidas por bonés, que traíam sua origem peninsular. Eram encontrados em frente à entrada do porto e ao lado da Alfândega, na rua Marquês de Santa Cruz. Usavam carros de duas rodas, revestidas de aros metálicos,

com dois braços compridos, que empurravam ou puxavam com as mãos. Os carros ficavam estacionados no meio-fio, enquanto os donos conversavam em grupos, na calçada, à espera de fregueses. Só desciam ao cais para apanhar ou deixar bagagem, nos dias de chegadas ou partidas de navios. O movimento era grande, num tempo em que as viagens se faziam principalmente em embarcações, tanto para o interior como para fora do Estado.

Carregador.



As malas dos passageiros, das casas para os navios e vice-versa, eram transportadas por esses carregadores, porque os automóveis de praça, freqüentemente, não comportavam o volume da bagagem. Nos carros de mão, os sacos e malas eram arrumados em grandes pilhas e amarrados. Sempre me espantou a força daqueles homens, a empurrar os carros sobrecarregados com enormes pesos, muitas vezes ladeira acima. Lembravam-me os puxadores de *rickshaws* da China pré-revolucionária. Com a diferença que os chineses conduziam pessoas, bem mais leves, com menor dispêndio de esforço. Os nossos, esbaforidos e suados, mais do que os orientais, pareciam autênticos burros de carga.

Muitos outros, por igual, se entregavam a tarefas pouco atraentes. Como os entregadores de pães, que saíam de madrugada, com enormes cestas às costas, a distribuir o produto de porta em porta. Para os consumidores, era uma delícia tomar o café da manhã com pão cheirando a forno. Mas, para aqueles rapazes, pode-se imaginar quão penoso seria acordar às quatro da manhã, para caminhar quilômetros em troca de um mísero salário.

Não menos dura era a atividade dos carroceiros, a conduzir suas carroças puxadas a burros, semelhantes a carros de bois. Faziam carreto de tudo, inclusive material de construção. As carroças, também com rodas de madeira e aros de metal, se arrastavam pesadamente nas pedras do calçamento. Às vezes, os burros empacavam, extenuados, e eram espancados brutalmente pelos donos. Esses espancamentos freqüentemente provocavam incidentes com transeuntes, que protestavam, revoltados. Os protestos eram justificados, sem dúvida, mas hoje eu seria mais complacente com aqueles carroceiros, que apenas transformavam os pobres animais em bodes expiatórios, nos quais descarregavam todo o amargor de suas vidas, que estavam longe de navegar num mar de rosas.

Carroceiro.





*Vendedor ambulante
de cascalho.*

Seria cansativo falar de todos os antigos ambulantes, hoje desaparecidos, como os geleiros, os garapeiros, os piruliteiros e os vendedores de puxa-puxa. Mas não posso deixar sem menção especial os doceiros, particularmente estimados em virtude da minha gula por doces, que não perdi depois de adulto. Deslocavam-se a pé, transportando tabuleiros fechados, com vidros na tampa, através dos quais podíamos escolher os olhos-de-sogra, quindins, bons-bocados e queijadinhas, que continuam a ser produzidos e apreciados. Mas havia outros que não se encontram mais. Lembro-me, com saudade, de um, de forma arredondada, com recheio que tinha a cor e a consistência de gema de ovo, e um sabor positivamente divino. Esqueci-lhe o nome, mas não o gosto, que ainda me inunda a boca, ao recordá-lo. Nunca mais vi em parte alguma essa pérola culinária. Talvez fosse receita exclusiva de algum doceiro egoísta, que morreu sem a revelar. Mas ainda guardo a esperança, cada vez mais débil, de que um dia aconteça o milagre, e eu volte a provar aquele perdido manjar da minha infância.

Nem todos esses humildes vendedores tinham de enfrentar um trabalho áspero. Mas identificava-os um traço comum, que era a precariedade da profissão e a incerteza do futuro. Não poucos envelheceram como o Jaú, que terminou seus dias melancolicamente, cego de guia, a esmolar das mesmas pessoas que antes lhe disputavam, avidamente, o mungunzá e o arroz-doce que sabia fazer como ninguém.

* * *

Houve um tempo, em Manaus, em que os partos se realizavam rotineiramente em casa, e apenas excepcionalmente em hospitais; a cargo de parteiras, que também davam assistência pré-natal e neonatal; e quase todos naturais, raríssimas as cesa-

rianas. Sem contar que as crianças recebiam aleitamento materno, enquanto leite houvesse nos seios das mães.

Era essa a rotina em todas as classes sociais. Dou o exemplo da minha família, tipicamente de classe média. Apenas um dos meus irmãos teve parto assistido por médico, em razão de complicações que exigiram o uso de fórceps. Mas o acompanhamento da gestação, e posterior, foi feito por uma parteira. Eu e os outros irmãos viemos à luz na alcova de nossa casa, pelas mãos abençoadas de D. Lídia Bandeira, que trouxe ao mundo não sei quantas centenas ou milhares de pessoas nesta cidade.

Amiga de nossa família, como de todas a que servia, visitava-nos freqüentemente, para uma prosa cordial, sendo recebida com imenso carinho, como se fora uma tia ou avó muito querida. Ainda me lembro da sua expressão, repassada de ternura, ao constatar quão crescidos estávamos e ao recordar fatos relacionados ao nosso nascimento. Sentia-se nela um misto de orgulho profissional e de sentimento maternal, pois éramos, de certa forma, também seus filhos.

Como ela, muitas outras havia em Manaus. Para falar nas mais conhecidas, D. Etelvina Mesquita, D. Elvira Gonçalves e D. Clavelinda Montenegro. Fora muitas outras, anônimas, que atendiam parturientes humildes nos bairros mais pobres.

Todos os manauaras da minha geração, salvo exceções, nasceram assim, aos cuidados dessas abnegadas profissionais, quase todas autodidatas, mas com talento e experiência que supriam perfeitamente a ausência de formação acadêmica. Tanto assim, que era baixíssimo o índice de mortalidade materno-infantil. Na minha família, por exemplo, esse índice foi igual a zero.

Dou meu testemunho de um episódio familiar, num passado menos remoto. Grávida de um dos meus filhos, minha mulher se viu acometida de dores provenientes de má colocação do feto. Aconselhada pela mãe, procurou D. Zima, a parteira que a fizera

OS COMERCIANTES

Integravam o setor mais importante da economia local e eram quase todos portugueses, judeus e árabes, ou seus descendentes.

nascer, então residente na rua Jonathas Pedrosa. Já muito idosa, quase cega, atendeu-a sem nada cobrar – repito, sem nada cobrar – e em poucos minutos, com mãos de fada, repôs o nascituro no lugar.

Infelizmente, como disse, com o tempo tudo mudou. As velhas parteiras se foram, sem deixar sucessoras, e os partos passaram a ser feitos por médicos, em hospitais e preferentemente por meio de cesarianas. Mudança para pior, com certeza, se considerarmos os custos financeiros, sociais e humanos.

Custou muito ao erário, com as maternidades de construção e manutenção caríssimas; às parturientes, em termos físicos, porque vítimas de infecção hospitalar, e em termos emocionais, pela desumanização do parto; e aos bebês, privados de anticorpos pelo aleitamento artificial.

Lucraram, com certeza, as empreiteiras de obras, as fornecedoras de hospitais e as indústrias de laticínios.

* * *

Eles eram patrões de si mesmos, mas completamente escravizados ao trabalho. Comerciantes, de nacionalidade portuguesa, em sua maioria, com alguns espanhóis de permeio, ocupavam quase todas as esquinas do centro de Manaus, com tabernas, quitandas e botecos. Muitos residiam no próprio local, com a família, em dependências dos fundos, e faziam daquilo o seu pequeno mundo, de onde se afastavam apenas a serviço do estabelecimento. Madrugadores, levantavam muito cedo, para ir ao mercado, e antes das sete estavam a postos, atrás do balcão. Fechavam na hora do almoço, ao meio-dia, para reabrir uma hora depois e prosseguir até às oito ou nove horas da noite, de segunda a sábado. Aos domingos, abriam pela manhã e descansavam o resto do dia. Geralmente em casa, conversando e escutando rádio. Muito

OS PORTUGUESES

Muito influentes, dominavam o comércio atacadista e varejista de bares e mercearias.

raro encontrá-los num local de diversão, que não costumavam frequentar, por parcimônia ou falta de interesse. Sóbrios no vestir, conheci alguns que possuíam três ou quatro peças de roupa, com as quais atravessavam anos, até renová-las. Não tinham empregadas domésticas. As esposas faziam tudo sozinhas e, nas horas vagas, atendiam os fregueses. Os filhos ajudavam o pai, no balcão, desde muito cedo, dividindo o tempo entre a escola e o trabalho. Arredios e tímidos, raramente se integravam às turmas jovens da rua. Seus pais tinham um conceito muito elástico de vagabundagem, denominação que aplicavam a tudo que não se relacionasse com trabalho físico. Curioso como esses aldeões do Minho e do Alentejo, católicos, subordinavam suas vidas a uma ética que muito se aproximava da calvinista, ao eleger como valores supremos a poupança e o trabalho. Não se devia esperar deles, também, rasgos de generosidade. Apesar de se relacionarem com quase todos os fregueses, que conheciam pelos nomes, sua liberalidade se limitava ao crédito. Quase todo mundo comprava fiado, com as compras anotadas num caderno e pagas, total ou parcialmente, no fim de cada mês. Podiam ser compreensivos, também, e aguardar um pouco mais, quando o freguês se via em dificuldades. Fora isso, eram implacáveis cobradores porque sabiam quanto lhes custava ganhar o *pé-de-meia* para a velhice. Às vezes, tão pouco que mal lhes permitia envelhecer com dignidade.

* * *

Nos anos quarenta, o ortopedista da cidade era um leigo. Não possuía diploma, nunca pisara numa Faculdade de Medicina, não tinha sequer o curso primário. Mas era um perito na arte de emendar fraturas ósseas e curar luxações. Chamava-se Rodrigo Cabral. Português do Porto, chegou a Manaus adolescente e se estabeleceu com uma loja na rua Henrique Martins, de venda e



Rodrigo Cabral,
ortopedista leigo que atendia
a população nos anos 40.

conserto de guarda-chuvas. Em pouco tempo, começou a aplicar, em tíbias e clavículas, a mesma habilidade que possuía para reparar hastes de sombrinhas. Procurado por quase toda a população, atendia a chamados a qualquer hora do dia ou da noite. Sempre a pé ou de carro, pois se recusava sistematicamente a tomar bonde, desde o trauma que sofrera com a morte de um filho, atropelado por um elétrico, no dia do seu aniversário. Com o crescimento de sua clientela, cresceu também a indignação da classe médica, que ameaçou processá-lo por prática ilegal da Medicina. Mas como não havia médico ortopedista na cidade, foi feito um acordo de cavalheiros, sendo-lhe permitido atender os clientes sob a assistência de profissionais formados. Assim aconteceu quando minha família precisou dos seus serviços. Um dia, uma das minhas irmãs caiu de uma cerca, no quintal, e fraturou o fêmur. Chamado, Cabral explicou a situação nova a meu pai, que foi obrigado a chamar, também, dois médicos. Lá em casa mesmo, em poucas horas, realizou a operação e engessou a perna da paciente, sob as vistas dos dois colegas diplomados, que se limitaram a olhar, praticamente de braços cruzados. Mas não se esqueceram de mandar a conta, muito mais alta que a do velho Cabral. Este morreu poucos anos depois, deixando por algum tempo um enorme vazio, uma vez que se tratava de um profissional dos mais competentes. Pouco importa que tenha cometido erros em meia dúzia de casos. Terão sido estatisticamente irrelevantes, se consideradas as muitas centenas de clientes que atendeu com êxito e que têm boas razões para reverenciar sua memória.

* * *

Nossa paisagem urbana era muito rica em *tipos populares*, loucos e semiloucos, entendidos como tais aqueles que adotam

padrões não-convencionais de comportamento. Conhecidos de todos, eram estimados e encarados com benevolência pela população. Alguns eram simpáticos e tinham amigos, a quem chamavam pelos nomes; outros, pareciam fechados em si mesmos, evitavam contatos, mas só se mostravam agressivos se provocados.

Nenhum superava em popularidade o *Bumbalá*, figura inofensiva e risonha, que se postava à frente das bandas da Polícia Militar e do 27.º BC, a regê-las com um pedaço de pau à guisa de batuta. Vestido de pijama, a agitar o braço, a boca escancarada, de gengivas à mostra, era a própria imagem da felicidade. Um dia *Bumbalá* se acidentou, ao cair num covão, e quase morreu. Quando se recuperou, sua família, por precaução, passou a impedi-lo de sair. Nos últimos anos de sua vida pude vê-lo, muitas vezes, à janela de sua casa, na avenida Joaquim Nabuco, sem o costumeiro riso, certamente a pensar na sua banda, com os olhos tristes de um menino privado do seu brinquedo predileto.

Outro muito popular era o *Macaxeira*. De meia-idade, mulato, nunca soube o seu nome, de onde veio ou o que pensava, pois raramente abria a boca. Procurava expressar-se através de sinais cabalísticos, que riscava nas calçadas, com pontas de pedras ou tijolos. Ia caminhando e, de repente, se abaixava e fazia os estranhos riscos, muitas vezes assustando os transeuntes, pelo inesperado. Detestava o apelido, quando chamado pelos moleques, aos quais reagia com pedradas, que raramente atingiam o alvo. Desapareceu tão subitamente quanto surgira. Nunca se soube como. Provavelmente morreu, sem que o mundo entendesse seus misteriosos sinais, com os quais procurava transmitir sabe-se lá que estranha mensagem de esperança ou desespero.

Conhecido pelo apelido de *Fracasso*, creio que pouquíssimos sabiam sua origem e seu verdadeiro nome. Era um crioulo baixote, mais gordo do que magro, sempre de branco, vestindo amarfanhados ternos do tipo “o defunto era maior”. Beherrão

incorrigível, desocupado, circulava diariamente entre o Mercado Central e a Estação de Bondes, nos freges e botequins onde comia e bebia – à custa – de almas caridosas. Apesar do estado permanente de embriaguez, era simpático e nada agressivo. Tornou-se popular graças à sua mania de oratória. Não podia ver aglomerado de gente, que logo deitava falação. E em muitos comícios era preciso contê-lo à força para impedi-lo de falar. Não era pregador político ou religioso. Aliás, não tinha mensagem alguma, pois seus discursos não passavam de amontoados de frases desconexas e freqüentemente ininteligíveis. Por mera provocação, apartavam-no com freqüência. Imediatamente, ele interrompia o discurso, voltava a cabeça em direção ao aparteante e o interrogava com um fanhoso e estridente “hein?”, para gozo da platéia, que se esbaldava. A seguir, sem se dar por achado, continuava a discursar, sobranceiramente indiferente aos risos e apupos. Morreu subitamente, ainda novo, depois de imergir em coma alcóolico. Deve ter morrido feliz, embalado na popularidade de “clown” das ruas, mas sentindo-se, talvez, o próprio Demóstenes redivivo.

Muitos outros se juntavam a esses. A Carmem, que não saía dos ônibus, a xingar cobradores e passageiros, quando chamada de *doida*. A *Miss Cozinheira*, com sua paixão obsessiva e absurda pelo filho do ex-patrão, que lhe teria sido prometido em casamento ainda no berço. A *Mi Tereza*, sempre fantasiada e pintada, em busca de imaginários namorados. Ou o *Tom Mix*, o nosso Sherlock, sempre de chapéu na cabeça e capa no braço, a investigar misteriosos crimes criados pela sua fantasia.

Havia um, porém, singular, perseguido pela mania de ser intelectual. Mulato espigado, invariavelmente de paletó e gravata, bengala pendurada ao braço, era tenente reformado do Exército, onde fizera carreira desde soldado raso. Era conhecido pelo sobrenome, Nascimento, e popularmente pelo apelido de *Nacimã*, em alusão ao hábito pedante de fazer citações em

francês, embora não conhecesse uma palavra desse idioma. Adorava empregar palavras pouco usuais e sonoras, absolutamente impróprias, com a única preocupação de falar difícil. Suas tiradas logo se espalhavam pela cidade, contadas com o invariável intróito: *Vocês sabem da última do tenente Nacimã?* Há uma coleção delas, mas vou relatar aquela que me parece antológica, embora talvez inventada, pois já a ouvi atribuída a outro personagem. Certo dia, ele foi ao Mercado Central, fazer compras. Ao indagar o preço de um artigo qualquer, com o palavreado pomposo de sempre, o vendedor não se conteve e sorriu. Nacimã empertigou-se, olhou o pobre homem de alto a baixo, ergueu a bengala e trovejou: *Se ris por ignorância, perdôo-te. Mas se é para zombar de minha alta prosopopéia, dar-te-ei com este cajado fosforescente no alto da tua sinagoga e reduzir-te-ei a cinzas cadavéricas!* Em seguida, sem esperar resposta, retirou-se, cheio de dignidade, com a certeza de haver esmagado a plebe ignara com tão soberba demonstração de cultura.



Mercado Central de Manaus.

Não conheço mais nenhum louco das ruas de Manaus. Duvido que eles tenham diminuído. Ao contrário, devem ser muito mais numerosos. Mas, diluídos na multidão, passam despercebidos, anônimos, em meio à indiferença e ao desamor do mundo.



RAIA A MADRUGADA E PROCLAMA-SE A REPÚBLICA

Os poetas (...) enxergam com os olhos dos anjos.

William Carlos Williams

Muitos jovens da minha geração foram leitores insaciáveis. Menos, talvez, por pendoros naturais do que por fatores circunstanciais. Ainda não havíamos ingressado na era da televisão e do automóvel particular. Quando não tínhamos alguma opção de lazer, o jeito era buscar refúgio na leitura. Líamos de tudo, muitas vezes a qualquer hora e em qualquer lugar. Havia até os fanáticos, que nunca se separavam dos livros, conduzindo sempre algum, seguro pela mão ou debaixo do braço, para ser lido nas salas de espera dos cinemas, nas mesas dos bares ou nos bancos das praças.

Nunca dediquei à leitura menos de seis horas por dia. Quando nada tinha para ler em casa, marchava para a Biblioteca Pública, onde passei muitas tardes da minha juventude e de onde saía, às vezes, ao anoitecer. Foi um hábito que adquiri na infância, com os contos de fadas de Andersen e Perrault e com revistas como *O Tico-Tico*, na qual eu me deleitava com as aventuras de *Reco-Reco*, *Bolão* e *Azeitona*. Logo vieram os jornais e as revistas em quadrinhos de origem americana. Não perdia um número do

Mirim, do *Gibi*, do *Globo Juvenil* e do *Suplemento Juvenil*. Lia com avidez as histórias daqueles heróis, que encantavam pela variedade de tipos, temas e ambientes, oferecidos para todos os gostos, desde trogloditas e dinossauros, com *Brucutu*, até foguetes espaciais, com *Buck Rogers*, passando por castelos medievais e cavaleiros andantes, como o *Príncipe Valente*. Podia escolher entre uma aventura nas selvas da Índia, com o *Fantasma Voador*, e outra nas areias do Saara, com *Abdul, o Árabe*, ou, ainda, uma terceira, nas ruas de Nova York, com o *Tocha Humana*; entre um herói caipira, como *Lil Abner* (por que terão aportuguesado seu nome para Ferdinando?) e um sofisticado detetive urbano, como *Nick Holmes*. E tantos outros, como *Brick Bradford*, *Príncipe Submarino*, *Mandrake* e o nunca esquecido *Flash Gordon*, que me atraía não somente pela história, como também pelo traço elegante do desenho de Alex Raymond. Junto com as histórias em quadrinhos, íamos devorando os livros de aventuras. Li quase todos os livros de *Tarzan*, e a Edgar Rice Burroughs devo alguns dos melhores instantes de encantamento que a leitura me proporcionou naquela fase. E mais ainda, talvez, a Karl May, o alemão autor de *No Deserto e nas Selvas*, *Winnetou* e tantas outras fascinantes histórias passadas nos mais diferentes lugares do mundo. Só muito mais tarde vim a saber, com grande surpresa, que esse novelista nunca saiu da Alemanha e escreveu muitas das suas obras na prisão. Escusado dizer que li quase tudo de Júlio Verne, e o *Capitão Nemo*, com o seu *Nautilus*, me deliciou desde muito cedo. O mesmo aconteceu com a obra de Alexandre Dumas, que me deu muitas alegrias com as proezas de *D'Artagnan* e seus companheiros, ao enfrentarem o poder do Cardeal, e de *Edmond Dantés*, ao se vingar dos seus diabólicos inimigos. Houve muitos mais, como *Ivanhoé*, de sir Walter Scott, *A Ilha do Tesouro*, de Robert Louis Stevenson, para não falar nos policiais, com personagens como *Sherlock Holmes*, *Arsène Lupin*, *Perry Mason*, *Nero Wolf* e tantos outros.



Machado de Assis.



Dostoevski.

Depois, ainda na adolescência, vieram as obras mais sérias, preferentemente de ficção. Dos autores nacionais, antigos e modernos, escaparam poucos. Manuel Antônio de Almeida, que seria, provavelmente, o maior romancista brasileiro do século XIX, se não tivesse morrido tão cedo, deixando apenas uma pequena obra-prima, *Memórias de um Sargento de Milícias*; José de Alencar, do qual li quase tudo; o meu querido Machado de Assis, principalmente o da segunda fase, cujo estilo sempre me encantou. E mais Aluísio de Azevedo e Raul Pompéia, sem contar os poetas, em particular Castro Alves, com sua poesia social que empolgava todos nós e cujos versos eram citações quase obrigatórias em nossos discursos. Dentre os contemporâneos, devorei quase todos do ciclo nordestino, com preferência por Jorge Amado e Graciliano Ramos. Li, com entusiasmo, romances como *Cacau*, *Jubiabá*, *Capitães da Areia* e *Terras do Sem Fim*, embora me decepcionasse mais tarde com o caráter sectário de *Os Subterrâneos da Liberdade*. De Graciliano, li a obra toda, pois o velho Graça e Machado são as minhas paixões na literatura brasileira. Dos estrangeiros, sempre tive predileção pelos autores franceses e russos. Balzac, Flaubert, Stendhal, Maupassant e Victor Hugo logo se tornaram familiares a mim. Somente Proust vim a ler mais recentemente. Dos russos, também ficaram de fora muito poucos. Li Tolstói, Turgueniev, Gogol, Puchkin e, naturalmente, Dostoevski. Naquela fase da minha vida, os dois livros, de ficção e não-ficção, que mais me impressionaram foram, respectivamente, *Crime e Castigo* e *Recordações da Casa dos Mortos*. Fascinante, como estudo psicológico, a história do intelectual que, friamente, sem motivo, decide matar a anciã, apenas para provar que poderia fazê-lo sem remorso. Concordo com Franklin de Oliveira, para quem um dos mais belos momentos da literatura universal é aquele em que Raskolnikov se ajoelha ante a prostituta Sônia e beija-lhe os pés, em homenagem a toda a



Mário Ypiranga Monteiro.

humanidade sofredora. Nenhum outro autor me causou tanto impacto, dentre tantos que li. E não exagero se disser que, ao atingir a idade adulta, tinha lido pelo menos um livro de cada um dos autores considerados clássicos. Faço a observação sem nenhum laivo de vaidade, mas apenas para demonstrar a massa de leitura absorvida por muitos jovens do meu tempo. Sim, porque eu não constituía, de forma alguma, exceção.

* * *

Não deve causar admiração, portanto, que tenham surgido, bem ou mal, tantas vocações literárias. E que proliferassem tanto as associações culturais. Porque foi um período realmente pródigo nesse tipo de grêmio. O mais antigo, que eu me lembre, foi o grupo Colméia, do qual já falei, que deu origem ao PTB local. Constituído informalmente, incluía entre seus membros o historiador Mário Ypiranga Monteiro, o único do grupo, talvez, que não se deixou seduzir inteiramente pela política. Em seguida, nasceu a Sociedade Castro Alves, na qual se agregaram jovens que tinham em comum, além das veleidades intelectuais, a proximidade geográfica, pois quase todos moravam nas ruas adjacentes à praça da Saudade. Recordo-me de três dos seus integrantes, Almino Affonso, Aloísio Nobre de Freitas e Paulo Monteiro de Lima. Este último foi, talvez, o maior talento poético daqueles anos. Infelizmente, boêmio e romântico, desperdiçou-o em grande parte e morreu muito jovem, sem editar um único livro. Popular, seus poemas de circunstância, satíricos, corriam de mão em mão e deliciavam a cidade. Mas também os poemas sérios que escreveu faziam muito sucesso. Aliás, a poesia gozava de popularidade. Quando Rogaciano Leite, poeta cearense, esteve em Manaus, deu um recital no Teatro Amazonas, com casa cheia, e foi aplaudido como um astro de canção popu-

GRÊMIOS LITERÁRIOS

Miniacademias de letras que congregavam os jovens literatos.



Alencar e Silva.

lar. Até os comerciais eram versificados, com as emissoras de rádio lançando ao ar, a todo instante, o *jingle*: *MELHORAL, MELHORAL, é melhor e não faz mal*. Ou então: *Pílulas de vida do Dr. Ross, fazem bem ao fígado de todos nós*.

Nessa época apareceu também o Grêmio Álvares de Azevedo, fundado por Moacyr Vilela, Platão Araújo, Aluísio Sampaio, José Cidade e Roberto Jansen, e no qual ingressei mais tarde. Funcionava no prédio da Escola de Serviço Social, cedido por André Araújo. Ao ser admitido no grêmio, o novel associado era obrigado a ler um trabalho inédito de sua autoria. Uma passagem cômica teve como personagem Danilo Silva (Du Silvan), admitido no Grêmio por proposta minha. Por disposição estatutária, todo novo sócio estava obrigado a pronunciar um discurso escrito na sessão de posse. Mas Danilo, para exibir seus dotes de orador, pediu e obteve permissão para falar de improviso. Seu discurso foi bombástico, cheio de imagens grandiloqüentes, marcado por gestos teatrais e pronunciado com voz embargada. Súbito, a catadupa estancou. Durante um longo e interminável minuto, ante o desconforto dos presentes, o orador, emudecido, passeava os olhos inquietos, de um lado para o outro, em busca da palavra salvadora. Até que, constrangido, numa confissão pública, admitiu que havia decorado o discurso e fora traído pela memória. A sessão solene terminou em gargalhadas.

Um dia, uma briga interna no Álvares de Azevedo criou um grupo dissidente, formado por Alencar e Silva, José Cidade e Roberto Jansen, que saíram para fundar a Sociedade Amazonense de Estudos Literários – SAEL. Suas reuniões eram feitas numa sala do Instituto de Educação do Amazonas, e entre seus membros se incluía Astrid Cabral, que mais tarde se projetaria como contista, no sul do país. SAEL e Álvares de Azevedo mantinham forte rivalidade e desenvolviam intensa atividade, através de promoções culturais a divulgação de trabalhos nos jornais locais. A

desavença culminou com um charivari no Yara Bar, um botequim situado na rua Marquês de Santa Cruz, entre a Alfândega e o Trapiche Teixeira, freqüentado pelos trabalhadores do porto. Uma noite, os membros do Grêmio, já divididos em dois grupos, se desentenderam de vez e partiram para o desforço físico, numa pancadaria que terminou quando Moacyr Villela puxou o revólver e deu um tiro para o alto. Ninguém saiu ferido, a não ser o próprio Álvares de Azevedo que, cindido ao meio, nunca mais voltou a ser o que fora, a dividir com a SAEL o prestígio da entidade jovem mais atuante daquele tempo. Ao seu lado, com atuação mais discreta, havia ainda o Grêmio Gonçalves Dias, integrado por Francisco Queiroz, Danilo Silva e Othon Mendes, que se reunia na residência do último, na avenida Joaquim Nabuco.

Pouco a pouco esses grêmios se tornaram *démodés* e desapareceram. Foram úteis, na medida em que despertavam ou robusteciam o interesse de muitos jovens por assuntos culturais. Mas nada acrescentaram em termos de renovação. Na verdade, eram miniacademias, que reproduziam a Academia de Letras na forma e no espírito, e se diferenciavam muito pouco do modelo em que se haviam inspirado.

* * *

No final dos anos 40 um grupo de adolescentes começou a se reunir no porão da residência de Anísio Mello, na rua Dr. Moreira. Tinham entre si uma grande afinidade: eram todos poetas. Chamavam-se Carlos Farias de Carvalho, Jorge Tufic, Alencar e Silva, Luiz Bacellar, Antísthenes Pinto e Guimarães de Paula. Ainda seguiam as escolas romântica, parnasiana e simbolista, e eram cultores de Castro Alves, Bilac e Cruz e Sousa. Em 1951 o grupo se separou, quando Farias, Alencar, Tufic e Antísthenes empreenderam uma viagem ao sul, a fim de entrar



Anísio Mello.

CLUBE DA MADRUGADA

Instituição cultural de jovens, que rompeu com o conservadorismo artístico e literário dominante e liderou o cenário intelectual de Manaus nos anos 50 e 60.



Elson Farias.

em contato com os meios culturais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na Paulicéia conheceram casualmente Ramayana de Chevalier, então assessor de Adalberto Vale, presidente da Prudência Capitalização, uma poderosa empresa do ramo de seguros. Graças a Ramayana, conseguiram o apoio financeiro de Adalberto e estenderam a viagem até Porto Alegre, de onde retornaram a Manaus. A viagem entusiasmou-os tanto que, dois anos depois faziam outra com destino ao eixo Rio-São Paulo.

Na segunda foram Alencar, Tufic e Guimarães, que já encontraram Antísthenes no Rio. Outra vez de volta a Manaus, chegaram definitivamente rompidos com os cânones acadêmicos e dispostos a empreender em nossa terra um movimento de renovação cultural. Faltava-lhes, porém, o instrumento adequado a ser utilizado na execução do projeto, pois eles continuavam a se reunir em bares e porões, para discussões muito proveitosas para eles mesmos, mas sem nenhuma repercussão no meio.

Em 1954, um outro grupo de jovens, com preocupações principalmente políticas, decidiu certa noite, num banco da praça da Polícia, fundar uma associação de estudos políticos, sociais e literários. Tomaram parte na reunião Saul Benchimol, Francisco Batista, Theodoro Botinelly, José Trindade, Luiz Bacellar, Farias de Carvalho, Fernando Collyer e João Bosco Araújo.

Por sugestão de Saul, a agremiação adotou o nome de Clube da Madrugada, tanto pelos hábitos notívagos dos seus fundadores, como pelo caráter simbólico da palavra, a prenunciar um novo dia no panorama cultural da terra. E, a partir daí, passaram a se reunir todos os sábados, sempre no mesmo lugar. Logo, porém, tiveram ingresso os outros poetas da rua Dr. Moreira, Alencar, Tufic, Guimarães e, um pouco mais tarde, Antísthenes, Luiz Ruas, Elson Farias e Ernesto Penafort, enquanto alguns dos sócios fundadores iam-se afastando gradativamente. O Clube perdeu seu caráter eclético, sugerido na propos-

ta original, para se tornar mais homogêneo, adquirindo uma feição nitidamente artístico-literária. Foi esse grupo de poetas que lhe imprimiu a marca e lhe traçou o rumo. Não só poetas, mas também ficcionistas e ensaístas, muitos deles, aos quais se juntaram outros, como Ernesto Pinho Filho, Arthur Engrácio, Francisco Vasconcellos e Aluísio Sampaio, além de artistas plásticos, como Moacyr Andrade e Afrânio Castro, e musicistas, como Nivaldo Santiago e Pedro Amorim. Estava deflagrado o movimento que iria provocar importantes transformações na literatura e na arte em nosso Estado. O sopro vivificador, ao subverter os valores estéticos, renovou profundamente em termos de linguagem, temática e estilo. Essa renovação continuou, por três décadas, até meados dos anos oitenta, apenas sem o ímpeto e a iconoclastia da fase inicial. Talvez o segredo do Clube seja explicado pela sistemática recusa que seus membros sempre opuseram às tentativas de transformá-lo numa entidade convencional. Nunca foi possível confiná-lo entre as paredes de uma sede ou aprisioná-lo na camisa-de-força de um estatuto.

*Foto histórica do Clube da
Madrugada à sombra do
mulateiro.*



Quem sabe por isso, não se burocratizou nem estagnou, continuando a fluir com suas águas oxigenadas, livremente, como um rio. Alegro-me de haver tomado parte nesse movimento, desde o início, praticamente, pois nele ingressei dois anos depois de sua fundação. Durante algum tempo exerci militância firme, enquanto alimentei pretensões literárias. Ocorre que essas ambições se exauriram com os sonetos da juventude. Quando adquiri autocrítica suficiente para reconhecer que meus poemas eram definitivamente medíocres, decidi parar, livrando a arte poética de novos ultrajes. E, aos poucos, fui deixando de frequentar o Clube. Mas nunca formalizei meu desligamento. Nem poderia fazê-lo. Identificado com suas origens, ligado afetivamente à maioria dos seus membros, sinto-me preso ao Clube por amarras que nem o tempo nem o distanciamento físico poderão jamais dissolver.

* * *

Em 1950 tinham início uma nova década e, também, a construção de um barzinho, sem nada de especial, mas que iria marcá-la profundamente. O local era um canteiro triangular, em frente ao Guarany, onde havia um antigo chafariz desativado e dois postes de sustentação da tela na qual se projetavam filmes ao ar livre. Ao se erguerem os tapumes, correu o boato de que seria construído um posto de gasolina. A novidade não agradou os ginasianos, que ensaiaram um movimento de protesto e ameaçaram depredar a construção. Pressionado, o então prefeito Chaves Ribeiro aconselhou o proprietário a acelerar as obras, a fim de criar o fato consumado. Diante disso, foi abandonado o projeto original, de forma circular, por outro mais feio, retangular, que pôde ser construído em tempo recorde. O êxito do bar foi imediato e se deveu a uma conjugação de fatores. Em primeiro lugar, sua localização, nas vizinhanças de dois cinemas, três colégios, um quartel,



CAFÉ DO PINA

Um dos centros pulsantes de Manaus nos anos 50 e 60.

e mais, da então concorridíssima praça da Polícia; segundo, a excelência do seu café, talvez o melhor da cidade; e, finalmente, a simpatia do proprietário, o português José de Brito Pina, extrovertido e conversador, que em pouco tempo chamava cada um dos frequentadores pelo nome. Batizado oficialmente de *Pavilhão S. Jorge*, o barzinho era conhecido popularmente por *Café do Pina* e, mais tarde, *República Livre do Pina*, por constituir um microcosmo onde se reunia o que havia de mais representativo na cidade, para discutir livremente a respeito de tudo. Eram intelectuais, políticos, jornalistas, boêmios e estudantes que faziam dali o seu ponto de encontro diário. Muitos, como eu, compareciam duas vezes, ao fim da tarde e à noite. Mas havia quem desse três expedientes, como Sebastião Norões. O *Pina* era a nossa cachaça ou entorpecente. Se não tomássemos a dose diária, ficávamos inquietos e com uma sensação de vazio. Era lá que nos supríamos de informações, pois a toda hora estava chegando alguém com as *últimas*. As rodas se formavam em função dos assuntos predominantes. Havia a dos intelectuais, que conversavam principalmente sobre literatura e arte; a dos interessados em política, que a discutiam em nível local, nacional e internacional; a dos desportistas, cuja conversa se limitava praticamente a futebol; e a dos versáteis, que falavam a respeito de tudo. Mas nenhuma era estanque. Todos se conheciam e as pessoas ficavam circulando de um grupo a outro. Além dos *habitués*, que eram dezenas, muitos outros costumavam passar por lá de vez em quando. Se alguém desejava saber o que estava ocorrendo na cidade, no Brasil e no mundo, bastava dar um pulo até a República, para ficar perfeitamente atualizado. Curioso é que esse encontro diário de tantas pessoas, com pontos de vista diferentes e até antagônicos, gerasse discussões calorosas mas sem nenhuma animosidade. Esse clima cordial e ameno jamais foi quebrado.



Luiz Bacellar.

Mas houve um incidente entre dois poetas que merece ser contado. Um dos “habitués” do Pina se chamava Alberto Amorim, ou melhor, Alberto Urubatão Israel Barbosa de Amorim, mais conhecido por “Boi Morto”, um apelido de origem desconhecida, talvez ignorada pelo próprio Alberto. Era uma figura estimadíssima, de permanente bom humor, que não se abalava nem quando lhe chamavam o apelido nem quando gozavam o seu discutível talento poético, manifestado na forma de superados sonetos parnasianos estampados na imprensa local. Sem emprego fixo, militou na imprensa como repórter em quase todos os jornais da cidade. Vivia “liso”, a filar cigarros e cafezinhos dos amigos. Sua principal vítima era Moacyr Villela, amigo inseparável que o socorria nos momentos de maior aperto. Fisicamente, chamava logo a atenção. Estrábico, com óculos de grossas lentes, barrigudo, pé de papagaio, andar desengonçado, tornava-se ainda mais cômico quando soltava risadas sacudindo o corpo todo e pondo à mostra a dentadura bastante desfalcada. Nem por isso perdia a mania de galã. Vivia assediando as mulheres bonitas da cidade, solteiras, casadas e viúvas, através de longas conversas telefônicas. Às vezes, as mulheres cediam às cantadas e marcavam encontros que terminavam sempre de maneira frustrante, quando elas, ao verem a figura pela primeira vez, mal disfarçavam a decepção e nunca mais voltavam a procurá-lo. Mas ele não se dava por achado e insistia em alardear para os amigos histórias de conquistas imaginárias que ninguém levava a sério. Incapaz de atos violentos, algumas vezes, no entanto, se atritou com pessoas atingidas por sua língua solta e seus gestos irrefletidos. O mais rumoroso desses incidentes envolveu o poeta Luiz Bacellar. Este obtivera, pouco antes, o primeiro lugar num concurso nacional de poesia promovido pela revista *A Cigarra*, com o “Soneto a Charles Chaplin”, uma pequena obra-prima digna de figurar em qualquer antologia. Boi Morto, então, comentou numa roda que



Capa do livro de Luiz Bacellar, *Satori*, publicado pela Editora Valer.

Bacellar teria cometido plágio, sem revelar quem teria sido o poeta plagiado. Nem poderia, porque a acusação era injusta e descabida. Quando Bacellar soube, ficou uma fera, como era natural. Mas, impossibilitado de aplicar um corretivo no outro, dada a desproporção física entre ambos, partiu para outro tipo de vingança. No dia seguinte publicou em *O Jornal* um soneto intitulado “Boi Morto” que iniciava com o seguinte quarteto:

*É morto o boi, o mais cornudo boi
De toda a vacaria, e tal mau cheiro
Se evola da carcaça que o terreiro
Se empesta tanto que o fedor já dói.*

Grande foi a repercussão do poema, mas o alvo nesse dia não foi encontrado, para as chacotas inevitáveis. Enfurnado em casa, de lá mesmo telefonou para Bacellar marcando um encontro na praça da Polícia à meia-noite. Temeroso, mas cheio de brio, o poeta, que sempre foi um notívago inveterado, aceitou o convite e, à hora combinada, plantou-se no local, à espera do antagonista. Logo depois apareceu Alberto, que foi direto ao assunto. Com um recorte de jornal na mão, dirigiu-se a Bacellar, dizendo: “Está aqui o seu poema. Agora você vai engolir”. Ao que o poeta replicou: “Não engulo coisa nenhuma”. Ante a negativa, Alberto sacou de um revólver e apontou-o para o rosto de Bacellar, a um palmo de distância, gritando: “Você vai engolir, sim”. O confronto era desigual, pois o poeta, além de desarmado, tinha compleição franzina e nunca se envolvera numa luta física em toda a sua vida. Mas aconteceu o inesperado. Sob o impulso do medo, num reflexo de que ninguém o julgaria capaz, Bacellar, num gesto felino, arrebatou a arma da mão do adversário e atirou-a ao tanque próximo. A seguir, preparou-se para enfrentar a arremetida do outro. Mas, para sua grande surpresa, Alberto, em vez de reagir com fúria, levou as



Livro de Sebastião Norões,
Poesia freqüentemente,
publicado pela Editora Valer.

mãos à cabeça e exclamou: "Não faça isso, que o revólver é emprestado!". A seguir, pulou para dentro do tanque, onde ficou à procura da arma, em plena madrugada, com água pelos joelhos. Não voltaram a se hostilizar, mas também nunca mais se falaram. Alberto morreu, muitos anos depois, em Curitiba, certamente sem guardar, em seu espírito generoso, rancor algum de Bacellar.

Impossível enumerar todos os seus freqüentadores, sem o risco de graves omissões. Mas, para homenagear a todos num só, devo ressaltar a figura do poeta Sebastião Norões. Começou a freqüentá-lo desde a sua inauguração e assim continuou durante cerca de vinte anos, até morrer. E foi lá praticamente que se despediu da vida. Promotor público e professor, morou sempre bem próximo ao *Pina*. Primeiro na casa de sua mãe, na avenida 7 de Setembro. Depois, num pequeno apartamento, na rua Rui Barbosa. Celibatário, sua vida era uma rotina diária entre o Tribunal de Justiça, o Ginásio, o *Pina* e o Guarany.

Saía de um e entrava no outro, com paradas mais freqüentes na República, para o *bate-papo* e o cafezinho, que consumia às dezenas, fumante inveterado que era. Sempre muito tranqüilo, avesso a discussões, andava de roda em roda, mais ouvindo do que falando. Como já disse, de manhã, de tarde e de noite.

Certo dia, ele tomava o seu habitual cafezinho, no balcão, quando se sentiu mal. Socorrido, foi levado de carro para o Pronto-Socorro, onde morreu horas depois. Por uma coincidência feliz, as últimas imagens deste mundo que gravou na retina foram exatamente os três pedaços de chão que mais amou: o *Pina*, o Ginásio e o Guarany. O destino poupou a Norões o desgosto de assistir à decadência e ao melancólico fim da *República*. Anos mais tarde, sacrificado ao Moloch do trânsito, o Pavilhão São Jorge foi demolido. Algum tempo depois foi reconstruído. Mas quando isso aconteceu, já vivia das glórias passadas, com esmaecidos lampejos do brilho de outrora.

* * *

A República Livre do Pina desapareceu e o Clube da Madrugada, com a dispersão da velha-guarda, se modificou. Mas para mim ambos permanecem intactos, como símbolos do esforço de todos aqueles que persistem na busca onírica de um ideal de justiça e beleza, a ser perseguido sempre, como única maneira de se emprestar sentido à trajetória humana sobre a Terra.

EPÍLOGO



Ao escrever este livro evitei, deliberadamente, estabelecer comparações com o presente, em termos de pior ou melhor, porque não foi este o objetivo. Como já disse, meu único propósito foi resgatar nossa memória, o que me parece importante por si mesmo. Voltar-se obsessivamente para o passado é tão negativo quanto ignorá-lo, como se não tivesse existido. Romper com o que fomos significaria cortar nossas raízes, implicaria uma automutilação, uma perda de identidade. Por mais próspera que se apresente, uma comunidade amnésica será vazia como um corpo sem alma, se me permitem o lugar-comum. Como foi dito no prólogo, as sociedades humanas, do ponto de vista temporal, não são unidimensionais. É preciso viver o presente, à plenitude, com uma clara perspectiva do futuro, mas sem perder a consciência do passado.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

© Abrahim Baze (acervo): 28, 34b, 88, 101, 104, 138, 139, 168, 173.

© Abrahim Baze, *125 Anos de História (1873-1998)*. Editora Valer, 1998: 85, 180, 186, 196.

© A Favorita: 22, 54, 65, 72, 151, 154, 175, 185, 217.

© Andreas Valentin (acervo): 19, 29, 33a, 33b, 122, 127.

© Arquivo do IGHA: 142.

© Editora Valer (acervo): 74, 86, 102a, 108, 136, 137, 162, 172b, 181, 221a, 221b, 229, 230, 231.

© Foto Artística: 66.

© Giorgio Taborelli, *Ícones do Século XX*. Editora Senac, 1999: 94, 134b, 135a, 198, 221a.

© Herb Bridges, *Gone with the wind*. Simon and Schuster / Fireside, 1989: 135b.

© Jefferson Péres (acervo): 21, 25, 27, 34a, 36, 40, 59, 60, 97, 107, 111, 112, 126, 134a, 148, 158, 159, 184a, 214, 226.

© Jornal *A Crítica*: 200.

© Litoarte: 90, 217.

© Mário Ypiranga Monteiro, *Modernidade e Negritude*. Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1990: 61, 114, 121.

© Mário Ypiranga Monteiro, *Teatro Amazonas*. Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002: 222.

© Mercator: 160.

© Moacir Andrade, *Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas*. Editora Umberto Calderaro, 1984: 35, 46, 51, 52a, 53, 62, 76, 77, 78, 81, 89, 105, 125, 164, 166, 184b, 188, 197, 208, 209, 210, 228.

© Otoni Mesquita, *Manaus: História e arquitetura – 1852-1910*. Editora Valer, 1999: 26, 31, 83, 84, 102b.

© Rômulo Nascimento: 52b, 91, 141, 172a, 189, 194, 195.

© Samuel Benchimol, *Manáos-do-Amazonas – Memória Empresarial*, 1994: 131.

© Selda Vale e Ediney Azancoth, *Cenário de Memórias – Movimento Teatral em Manaus (1944-1968)*. Editora Valer, 2001: 106, 144, 187.

© Tenório Telles (acervo): 116, 143, 174, 223, 224, 225.



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 · 2018



AMAZONAS
CULTURA DE
VALOR

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

